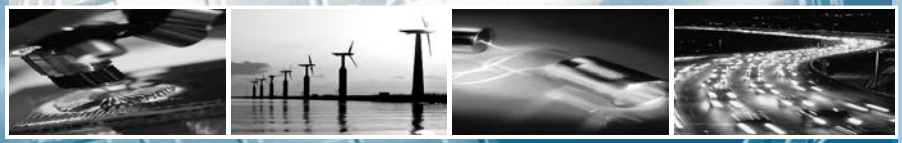
ISSN 0032-5082

Instituto Nacional de Estatística
Statistics Portugal



Boletim Mensal de Estatística

2017

Novembro

Edição 2017

Estatísticas oficiais

Título
Boletim Mensal de Estatística 2017

Editor
Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida, 2
1000 - 043 LISBOA
PORTUGAL
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 845 40 84

Presidente do Conselho Diretivo
Alda de Caetano Carvalho

Capa e Composição Gráfica
Instituto Nacional de Estatística, IP

ISSN 0032-5082
Periodicidade Mensal

Sinais Convencionais

Valor com coeficiente de variação elevado	§
Valor confidencial	…
Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada	ə
Valor não disponível	x
Não aplicável	//
Quebra de série	⊥
Valor preliminar	Pe
Valor provisório	Po
Valor retificado	Rc
Valor revisto	Rv
Percentagem	%
Permilagem	‰

Apoio | a clientes

218 440 695

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

© INE, I.P. Lisboa · Portugal, 2017 *

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, exceto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição e a referência Lisboa-Portugal.

ÍNDICE

1. Destaques **5**
1 - Síntese de Destaques 7

2. Contas Nacionais **43**
2.1 - Contas nacionais trimestrais (Rv) 45
2.2 - Contas nacionais trimestrais (Rv) 46

3. População e Condições Sociais **47**
3.1 - Movimento da população 49
3.2 - Óbitos por causa de morte (CID-10 - lista europeia sucinta), segundo o mês do falecimento 50
3.3 - Segurança social no âmbito dos centros regionais de segurança social e instituições similares - Número de processamentos e valor dos benefícios, por objetivos e tipos de prestações 52
3.4 - População total, ativa, empregada e desempregada 53
3.5 - População empregada por situação na profissão e setor de atividade 53
3.6 - População desempregada por procura de 1º e novo emprego, duração da procura e setor da última atividade dos desempregados (novo emprego) 54
Evolução da taxa de desemprego 54
3.7 - Índice de preços no consumidor 55
Índice de preços no consumidor - Variações homóloga e média dos últimos 12 meses 55
3.8 - Exibição de cinema - Sessões, espectadores/as e receitas por regiões 56
Total de sessões efetuadas 56
3.9 - Exibição de cinema - Sessões, espectadores/as e receitas segundo o país de origem 57
Total de espectadores/as 57

4. Agricultura, Produção Animal e Pesca **59**
4.1 - Estado das culturas e previsão das colheitas 61
Avicultura industrial - Produção de carne de frango 61
4.2 - Produção animal - Abate de gado 62
Abate de Gado - Peso limpo - Portugal 62
4.3 - Produção animal - Avicultura industrial 63
4.4 - Produção animal - Leite de vaca e produtos lácteos obtidos 63
Pesca descarregada - Preço médio - Portugal 63
4.5 - Pesca descarregada 64
4.6 - Preços mensais no produtor de alguns produtos vegetais 65
4.7 - Preços mensais no produtor de alguns animais e produtos animais 66
Recolha de leite de vaca 66

5. Indústria e Construção **67**
5.1 - Índice de produção industrial 69
5.2 - Índice de volume de negócios na indústria 70
5.3 - Índice de emprego na indústria 71
5.4 - Inquéritos de conjuntura à indústria transformadora 72
5.5 - Licenciamento de obras 74
5.6 - Obras concluídas 75
5.7 - Inquéritos de conjuntura à construção e obras públicas 76
5.8 - Índice de preços na produção industrial 77

6. Comércio Interno e Internacional **79**
6.1 - Inquéritos de conjuntura ao comércio 81
6.2 - Índice de volume de negócios no comércio a retalho 82
6.3 - Vendas de veículos automóveis novos 83
Vendas de veículos ligeiros de passageiros (inclui veículos Todo-o-terreno e monovolumes) e comerciais 83
6.4 - Evolução do Comércio Internacional 84
6.5 – Comércio Internacional – Importações de bens (CIF) por principais parceiros comerciais 85
Comércio Internacional – Importações e exportações de bens por principais parceiros comerciais 85
6.6 – Comércio Internacional – Exportações de bens (FOB) por principais parceiros comerciais 86

(continua)

ÍNDICE

(continuação)

6.7 – Comércio Internacional – Importações de bens (CIF) por grupos de produtos 87
6.8 – Comércio Internacional – Exportações de bens (FOB) por grupos de produtos 87
6.9 – Comércio Intra-UE – Importações de bens (CIF) por grupos de produto 88
6.10 – Comércio Intra-UE – Exportações de bens (FOB) por grupos de produtos 88
6.11 – Comércio Extra-UE – Importações de bens (CIF) por grupos de produtos 89
6.12 – Comércio Extra-UE – Exportações de bens (FOB) por grupos de produtos 89

7. Serviços 91

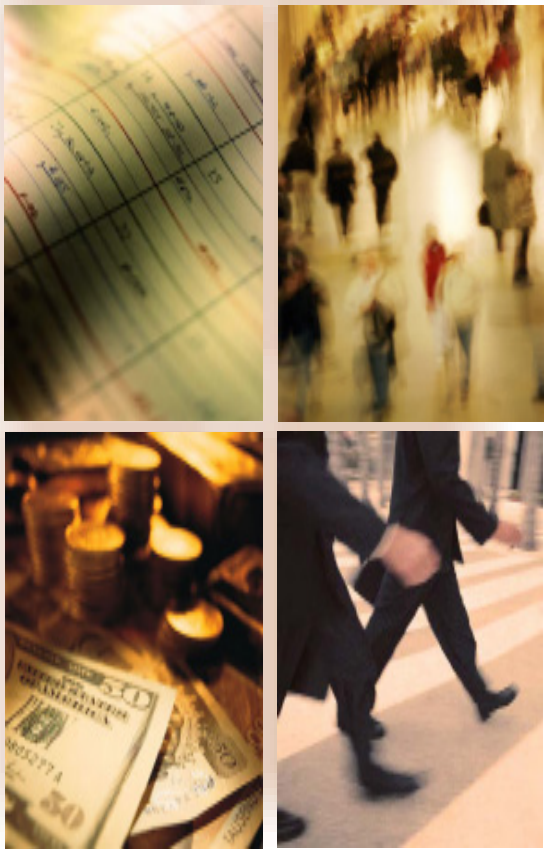
7.1 - Transportes ferroviários 93
7.2 - Transportes fluviais 93
7.3 - Transportes marítimos 94
Movimento de mercadorias no Continente 95
7.4 - Transportes aéreos 96
7.5 - Rendimento médio por quarto disponível nos estabelecimentos hoteleiros por NUTS II 96
7.6 - Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, por países de residência 97
7.7 - Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros, segundo a NUTS 98
7.8 - Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, segundo a NUTS 98
Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros 98
7.9 - Proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros segundo a NUTS 99
7.10 - Proveitos de aposento nos estabelecimentos hoteleiros, segundo a NUTS 99
Proveitos nos estabelecimentos hoteleiros 99

8. Finanças e Empresas 101

8.1 – Constituição de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas, segundo a forma jurídica 103
8.2 - Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas, segundo a forma jurídica 104
8.3 - Constituição de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas, segundo a forma de constituição 105
Gráfico – Constituição e dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas 105

Capítulo 9. Comparações Internacionais 107

9.1 - Índice harmonizado de preços no consumidor 109



1. Destaques

1 - Síntese de Destaques

Os textos integrais dos Destaques podem ser consultados nos Serviços de Documentação do Instituto Nacional de Estatística e no Portal do INE – (www.ine.pt).
Registe-se que, na data de publicação deste Boletim, o INE poderá já ter divulgado dados mais recentes em algumas das áreas aqui abordadas (também disponíveis no Portal do INE).

divulgados pelo INE entre 15-11-17 e 15-12-17

Atividade Turística – outubro de 2017

Hóspedes e dormidas superam crescimento do mês anterior
Em outubro de 2017, a hotelaria alojou 2,0 milhões de hóspedes que proporcionaram 5,4 milhões de dormidas (+8,7% e +6,4%, respetivamente), acelerando face a setembro (+8,0% e +5,3%, respetivamente). Entre janeiro e outubro os hóspedes aumentaram 8,6% e as dormidas 7,1%.
As dormidas em hotéis (69,7% do total) apresentaram um crescimento de 7,6% e os apartamentos turísticos (8,1% do total de dormidas) evidenciaram um aumento de 8,1%. As restantes tipologias e respetivas categorias registaram evoluções maioritariamente positivas, destacando-se, entre as mais relevantes, os hotéis de três estrelas (+13,9%; quota de 15,9% no total).

Mercado interno com o crescimento mais expressivo desde maio
O mercado interno acelerou para um crescimento de 5,9% (1,0% em setembro), contribuindo com 1,2 milhões de dormidas. Este nível de aumento não se verificava desde o expressivo crescimento em abril, impulsionado pelo efeito de calendário da Páscoa.
Em outubro, houve um ligeiro abrandamento nos mercados externos, registando um crescimento de 6,5% (6,9% em setembro), atingindo 4,2 milhões de dormidas.
Nos primeiros dez meses do ano, o mercado interno gerou 14,0 milhões de dormidas (+3,6%) e os mercados externos corresponderam a 37,6 milhões de dormidas (+8,5%).

Mercado britânico com redução
Os treze principais mercados emissores[1] representaram 83,5% das dormidas de não residentes.
O mercado britânico (22,9% do total das dormidas de não residentes) recuou 5,0% em outubro. Estes resultados poderão de alguma forma estar influenciados pelo cancelamento de alguns serviços de transporte aéreo entre o Reino Unido e Faro. Entre janeiro e outubro este mercado cresceu 2,0%.
As dormidas de hóspedes alemães (quota de 15,5%) aumentaram 5,1%. Nos primeiros dez meses do ano este mercado cresceu 7,5%.
O mercado francês (8,8% do total) manteve a tendência decrescente (-0,9%) dos últimos meses, tendo recuado 0,3% desde o início do ano.
O mercado espanhol (7,0% do total) registou um ligeiro crescimento em outubro (+0,9%) e aumentou 1,1% nos primeiros dez meses do ano.
Entre os principais países, sobressaíram os crescimentos apresentados em outubro pelos mercados polaco (59,4%), norte-americano (44,0%) e italiano (20,7%). Nos primeiros dez meses do ano, destacaram-se as evoluções nos mercados brasileiro (39,9%), norte-americano (33,3%) e polaco (28,7%).

Crescimento na região Centro continuou a destacar-se
Em outubro, observaram-se aumentos das dormidas em todas as regiões, com realce para o Centro (+20,4%) e Alentejo (+16,3%). As dormidas concentraram-se essencialmente no Algarve (peso de 33,5%) e na AM Lisboa (25,5%). Neste mês houve um incremento de 320,0 mil dormidas (face a igual mês do ano anterior), do qual 29,1% foi proveniente do Centro (93,2 mil dormidas adicionais), 25,6% do Algarve (acréscimo de 82,0 mil dormidas) e 21,9% da AM Lisboa (70,2 mil dormidas acrescidas). No período entre janeiro e outubro todas as regiões registaram acréscimos, salientando-se as evoluções apresentadas pela RA Açores (+16,3%), Centro (+14,3%) e Alentejo (+10,6%).
Em outubro, destacaram-se as evoluções das dormidas de residentes ocorridas na RA Açores (+20,5%), Algarve (17,8%) e Alentejo (+13,3%), enquanto na AM Lisboa houve um recuo de 1,4%. Nos primeiros dez

[1] Com base nos resultados de dormidas em 2016

meses do ano, as evoluções das dormidas de residentes evidenciaram-se principalmente na RA Açores (+18,3%) e Alentejo (+7,8%).
As dormidas de não residentes apresentaram evoluções positivas nas regiões do Continente em outubro, com realce para o Centro (+36,4%) e Alentejo (+20,4%). Nos primeiros dez meses do ano destacaram-se as evoluções das dormidas de não residentes registadas no Centro (+28,6%), Alentejo (+15,8%) e RA Açores (+14,9%).

Estada média continuou em redução
A estada média (2,71 noites) reduziu-se 2,2% e apenas no Centro se verificou um aumento neste indicador (+2,5%). A RA Madeira registou a estada média mais elevada (4,88 noites) e a redução mais pronunciada (-5,6%), entre as várias regiões.

Taxa de ocupação aumentou
A taxa líquida de ocupação-cama (53,8%) aumentou 1,4 p.p. (1,7 p.p. em setembro). As taxas de ocupação mais elevadas ocorreram na RA Madeira (68,9%) e AM Lisboa (66,4%). Os maiores aumentos na taxa de ocupação tiveram lugar no Centro (+5,6 p.p.) e Alentejo (+4,9 p.p.).

Proveitos aceleraram
Os proveitos totais atingiram 323,5 milhões de euros e os de aposento 234,8 milhões de euros (+18,6% e +22,5%, respetivamente), continuando em aceleração (+17,8% e +18,9% no mês anterior, respetivamente).
Todas as regiões registaram aumentos nos proveitos, com maior evidência no Centro (+34,9% nos proveitos totais e +38,5% nos de aposento) e AM Lisboa (+26,8% e +31,5%, respetivamente).
O rendimento médio por quarto disponível (RevPAR) foi 53,6 euros em outubro, que se traduziu num aumento de 20,4% (17,2% no mês anterior). Na AM Lisboa o RevPAR ascendeu a 96,6 euros, assinalando-se ainda a RA Madeira (50,7 euros) e o Norte (47,8 euros). Destacaram-se os aumentos registados no Centro (+36,0%), AM Lisboa (+29,4%) e Alentejo (+24,8%).
A evolução do RevPAR foi globalmente positiva entre as diversas tipologias e respetivas categorias, salientando-se a evolução registada nos apartamentos turísticos (+25,0%), aldeamentos turísticos (+20,7%) e hotéis (+20,6%).

Parques de campismo e colónias de férias
Em outubro de 2017, os parques de campismo hospedaram 101,1 mil campistas (+14,1%) que proporcionaram 325,7 mil dormidas (+7,4%). Para o aumento das dormidas contribuiu essencialmente o mercado interno (+13,9%), dado que os mercados externos apresentaram um crescimento reduzido (+0,6%). Os residentes em Portugal predominaram, representando 53,6% do total das dormidas. A estada média (3,22 noites) reduziu-se 5,9%.
As colónias de férias e pousadas da juventude registaram 26,3 mil hóspedes (+15,5%) e 48,0 mil dormidas (+10,5%) em outubro. O mercado interno representou 62,6% do total de dormidas e cresceu 6,6%, enquanto os mercados externos registaram um aumento de 17,6%. A estada média (1,83 noites) reduziu-se 4,4%.

Comércio Internacional por Características das Empresas – 2016

Os níveis de concentração do valor transacionado num número reduzido de empresas diminuíram, tanto nas exportações como nas importações de bens

As 100 maiores empresas exportadoras e importadoras de bens concentraram cerca de 40% em cada um dos fluxos. Apesar de permaneceram significativos, os níveis de concentração do valor transacionado num número reduzido de empresas diminuíram em 2016 face ao ano anterior, quer nas exportações quer nas importações de bens.
A maioria das empresas continua a transacionar bens apenas com um país, mas as empresas com maior diversificação de mercados (pelo menos 20 países parceiros) asseguraram a maior parte do valor transacionado: 41,6% nas exportações e 25,9% nas importações.
Neste Destaque inclui-se uma análise específica sobre as transações comerciais de bens das “gazelas”, empresas jovens de elevado crescimento, no ano de 2016. Cerca de 60% tiveram transações de bens com o exterior, apresentando uma maior diversificação nos mercados de destino que no global das empresas exportadoras.

Construção: obras licenciadas e concluídas - 3ºT 2017

Edifícios licenciados com crescimento de 6,7% e edifícios concluídos com aumento de 23,2%
No 3º trimestre de 2017 os edifícios licenciados aumentaram 6,7% face ao período homólogo (+8,6% no 2º trimestre de 2017), correspondendo a 4,5 mil edifícios. Nos edifícios licenciados para construções novas registou-se um acréscimo de 14,7% (+13,6% no 2º trimestre de 2017), enquanto no licenciamento para reabilitação se registou uma diminuição de 5,4% (-0,3% no 2º trimestre de 2017). Os edifícios concluídos registaram um aumento de 23,2% (+12,2% no 2º trimestre de 2017) perfazendo 3,3 mil edifícios.
Comparativamente com o trimestre anterior, o número de edifícios licenciados diminuiu 4,7% (-5,9% no 2º trimestre de 2017) enquanto nos edifícios concluídos se observou uma variação de +14,8% (+0,2% no 2º trimestre de 2017).
As obras licenciadas para construções novas em Portugal cresceram 14,7% face ao 3º trimestre de 2016, enquanto as obras de reabilitação decresceram 5,4%. Comparativamente com o trimestre anterior, o licenciamento para construções novas diminuiu 3,8%, enquanto as obras de reabilitação apresentaram uma redução de 5,6%.
Os fogos licenciados em construções novas para habitação familiar aumentaram 21,1%, face ao 3º trimestre de 2016, correspondendo a um acréscimo de 9,7 p.p. face à variação registada no trimestre anterior (+11,4%).
No 3º trimestre de 2017, o número total de edifícios concluídos (construções novas, ampliações, alterações e reconstruções) aumentou 23,2% face ao 3º trimestre de 2016. Neste período estima-se que tenham sido concluídos 3,3 mil edifícios em Portugal, correspondendo na sua maioria a construções novas (68,8%), das quais 66,7% tiveram como destino a habitação familiar.
No 3º trimestre de 2017 o número de fogos concluídos em construções novas para habitação familiar registou um acréscimo de 12,7%, correspondendo a menos 1,7 p.p. face à variação homóloga registada no trimestre anterior (+14,4%). Apresentaram variações homólogas negativas o Algarve (-24,1%) e o Centro (-10,6%). Todas as restantes regiões apresentaram variações homólogas positivas, destacando-se a Região Autónoma da Madeira (+223,1%, correspondendo a mais 29 fogos concluídos) e a Área Metropolitana de Lisboa (+75,8%).

Contas Económicas da Agricultura – 2017 - 1ª Estimativa

Rendimento da Atividade Agrícola deverá decrescer 2,4% em 2017
De acordo com a primeira estimativa das Contas Económicas da Agricultura (CEA) para 2017, o Rendimento da atividade agrícola, em termos reais, por unidade de trabalho ano (UTA), deverá registar um decréscimo de 2,4%, após um crescimento de 17,5% observado em 2016. Esta diminuição foi determinada pela expressiva redução dos Outros subsídios à produção (-25,4%), tendo o Valor acrescentado bruto (VAB) aumentado 4,5% (diminuição de 1,5% em 2016).
O Instituto Nacional de Estatística divulga a primeira estimativa das CEA para o ano de 2017. Em conformidade com o regulamento das CEA, até 31 de janeiro de 2018 será efetuada uma segunda estimativa, a disponibilizar também no Portal do INE, na área dedicada às Contas Nacionais (secção das Contas Satélite).

1.Principais resultados para 2017

A atividade agrícola desenvolvida em Portugal durante o ano de 2017 deverá gerar um Rendimento, por unidade de trabalho ano (UTA), em termos reais, inferior ao do ano anterior em cerca de 2,4%, após um crescimento de 17,5% verificado em 2016. O Valor acrescentado bruto (VAB) deverá aumentar 4,5% (redução de 1,5% em 2016) enquanto o Volume de mão-de-obra agrícola (VMOA) deverá diminuir (-4,4%), mas o expressivo decréscimo dos Outros subsídios à produção (-25,4%), face ao significativo montante atribuído em 2016, determinou a diminuição do rendimento agrícola.
Para o aumento nominal do VAB (+4,5%) contribuiu a variação positiva da Produção do ramo agrícola (+4,0%) conjugada com uma variação positiva menos acentuada do Consumo intermédio (+3,7%). Em termos reais, perspetiva-se para o VAB um aumento de 5,8%.

2.Produção do ramo agrícola

Em termos meteorológicos, o ano agrícola de 2016/2017 caraterizou-se pela ocorrência de baixos valores de precipitação e elevadas temperaturas (a primavera foi a terceira mais quente desde 1931 e o verão o sexto mais quente e o terceiro mais seco desde 2000), o que beneficiou o desenvolvimento de algumas culturas e prejudicou outras. Durante este período, foi frequente a completa secagem de charcas e uma grande diminuição do nível das águas subterrâneas, com a consequente redução da disponibilidade de água para as culturas e para os animais.

Estima-se que a Produção do ramo agrícola apresente, em 2017, um acréscimo em termos nominais (+4,0%), para o qual concorre um aumento do volume (+3,9%) e uma estabilização dos preços base (+0,1%). A evolução dos preços no produtor (+0,6%) deverá ser atenuada por uma diminuição dos subsídios aos produtos (-16,0%).

2.1.Produção vegetal

A evolução nominal positiva prevista para a Produção vegetal (+4,4%) em 2017 resulta de um acréscimo em volume (+7,2%) e de uma redução dos preços de base (-2,7%). A produção de Vegetais e produtos hortícolas e de Frutos foi determinante no crescimento da Produção vegetal.

As estimativas para a produção de **Cereais** apontam para um volume inferior ao do ano anterior (-8,1%), dado que, à exceção do milho, todos os cereais apresentam menor volume de produção. Com efeito, a escassez de precipitação, associada a altas temperaturas, interferiu negativamente no desenvolvimento destas culturas, afetando a qualidade. Prevê-se, no entanto, um acréscimo em volume da produção de milho (+4,2%), dado que o tempo quente e seco não afetou o desenvolvimento desta cultura em regime de regadio. O preço no produtor para os cereais deverá registar um decréscimo (-0,8%).

Para as **Plantas forrageiras** estima-se um decréscimo em volume (-14,1%), em resultado da combinação de altas temperaturas e escassez de precipitação, uma situação meteorológica que conduziu à antecipação do fim do ciclo vegetativo, com uma redução de matéria verde. Em consequência, os produtores foram obrigados a antecipar o uso de alimentos conservados (fenos e silagens) e a recorrer a alimentos compostos para alimentar os animais. Os preços base deverão decrescer 4,3%.

Quanto aos **Vegetais e produtos hortícolas**, prevê-se um aumento em volume (+5,1%) devido, em particular, aos hortícolas frescos, nos quais o tomate assume um lugar de destaque. Este apresenta um aumento em volume (+4,5%), consequência das condições climáticas que permitiram a sementeira e desenvolvimento da cultura.

Relativamente à produção de **Batata**, prevê-se um aumento do volume (13,7%) em resultado do acréscimo da área plantada (+5,0%) e da produtividade (+10,0%) da batata de regadio. A qualidade da batata colhida foi, de um modo geral, boa. Os preços praticados registaram uma redução significativa (-27,3%), após um grande aumento em 2016 (+58,0%).

No que respeita aos **Frutos**, perspetiva-se um acréscimo significativo em volume (+17,2%), consequência de uma maior produção de maçã, pera, pêssego, kiwi, frutos de baga e amêndoa. Deverá registar-se uma redução dos preços em relação ao ano anterior (-1,4%), em resultado de uma descida generalizada para todos os frutos, com exceção da maçã. A produção de kiwi foi a maior de sempre, tendo-se atingido as 31 mil toneladas, como resultado do acréscimo de produtividade por hectare e, sobretudo, da entrada em plena produção das plantações recentes. O calibre dos frutos foi menor do que o habitual dada a excessiva quantidade de frutos por árvore, as altas temperaturas e a escassez de precipitação. As amendoeiras também apresentaram uma quantidade substancial de frutos e as previsões apontam para uma produção superior a 20 mil toneladas (+255,0%, comparando com 2016), situação única neste século.

Em relação à produção de **Vinho**, as estimativas apontam para um acréscimo nominal (+10,0%). As uvas entregues nas adegas encontravam-se, em geral, em boas condições sanitárias, bem amadurecidas e com elevados teores de açúcar. A vindima foi feita com tempo seco, pelo que são esperados vinhos de qualidade superior.

Na produção de **Azeite** é expectável um decréscimo de produção em volume (-9,3%) e um aumento dos preços de base (+29,6%). Este cenário de produção, para o ano civil de 2017, resulta da agregação de partes de duas campanhas com diferentes níveis de produção: a campanha anterior (2016/2017) e a campanha atual (2017/2018). Na campanha atual, os olivais regados atingiram a maturação da maioria dos frutos, perspetivando-se uma produção elevada (aumento de 15,0%). Pelo contrário, nos olivais de sequeiro, que abrangem uma área maior, a escassa precipitação de setembro e outubro, aliada às elevadas temperaturas, conduziu a uma produtividade inferior (queda precoce ou engelhamento dos frutos) e afetou negativamente o teor em gordura das azeitonas. A redução de oferta interna, aliada ao aumento de procura internacional (em consequência da redução da oferta dos países produtores e aumento de consumo a nível mundial) geraram um aumento de preços deste produto no ano de 2017.

2.2.Produção animal

Na Produção animal estima-se um acréscimo em valor (+3,2%) face a 2016, em resultado de um aumento dos preços de base (+4,2%), uma vez que o volume registou um decréscimo (-1,0%). As produções de suínos, aves, leite e ovos foram determinantes nesta evolução nominal positiva.

No que respeita aos **Bovinos**, prevê-se-se uma ligeira redução em volume (-0,6%), em consequência da diminuição dos abates. Os preços de base também diminuíram ligeiramente (-0,4%), em virtude do decréscimo do subsídio ao produto (-12,2%).

A produção de **Suínos** deverá registar um decréscimo do volume (-7,0%), com uma redução nos abates e efetivos animais. Após a redução do número de animais observada em 2016, só agora está a ocorrer a

substituição gradual dos animais reprodutores, pelo que ainda não são notórios os efeitos desta recuperação na produção. No entanto, o aumento dos preços (+13,5%), após uma redução de 3,4% em 2016, mais que compensou a diminuição do volume, resultando num acréscimo de 5,6% em termos nominais.
Relativamente às **Aves de capoeira**, é expectável um aumento do volume (+4,9%) para o qual contribui o aumento da produção de frango, como consequência da maior produção dos aviários de multiplicação, confirmando o crescimento da atividade avícola neste segmento. Estima-se um acréscimo em valor de 3,7%, em virtude de um decréscimo do preço (-1,1%).
A produção de **Leite** deverá crescer ligeiramente em volume (+0,5%), após um decréscimo de 4,1% no ano anterior. O valor da produção de leite (a preços de base) deverá aumentar 5,0%. Os efeitos da seca, relevantes no desenvolvimento das culturas forrageiras, terão tido efeitos nos custos de produção, dada a necessidade de recorrer a alternativas de alimentação mais onerosas, mas não tiveram impacto significativo no volume de produção.
No que respeita aos **Ovos**, estima-se um ligeiro aumento em volume (+0,9%), parcialmente devido ao acréscimo na produção de ovos de galinhas criados no solo (em vez de pavilhão). Os preços de base deverão aumentar substancialmente (+22,9%), após uma diminuição de 14,8% em 2016. A deteção de ovos com fipronil, noutros Estados Membro (EM), favoreceu a exportação do produto nacional, o que originou uma subida do preço à produção. Consequentemente, o valor da produção deverá aumentar 24,0%.

3.Consumo intermédio
Estima-se que o Consumo intermédio (CI) aumente 3,7%, em termos nominais, em 2017, na sequência de acréscimos em volume (+2,8%) e preço (+0,8%). A variação nominal positiva é o resultado de um aumento generalizado dos produtos para CI particularmente da energia (+14,9%) e dos fertilizantes (11,9%).
O consumo de **Energia** deverá apresentar aumentos em volume (+7,9%) e preço (+6,5%), comportamento determinado pelo consumo de gasóleo (crescimento de 11,9% em volume).
A variação positiva do CI de **Alimentos para animais** em volume (+1,6%) é resultado de um acréscimo nos alimentos compostos para animais (+2,2%). Com efeito, a seca e os incêndios determinaram um maior recurso a alimentos compostos, com um incremento nas aves e bovinos, por causa da ração de emergência devido aos incêndios e à seca. Este aumento foi contudo atenuado pelos alimentos para os suínos, devido à redução de efetivos. Para a evolução negativa do preço dos alimentos para animais (-1,5%) foi determinante o decréscimo do preço das principais matérias-primas dos alimentos compostos (cereais e oleaginosas).

A conjugação de um acréscimo dos preços mais acentuado no CI do que na produção (+0,8% e +0,1%, respetivamente) deverá gerar condições menos favoráveis ao produtor agrícola do que as observadas 2016.

4.Valor Acrescentado Bruto
O VAB deverá apresentar uma evolução positiva em 2017, quer em termos nominais (+4,5%) quer em termos reais (+5,8%). Estima-se que o peso relativo do VAB do Ramo agrícola no VAB nacional se mantenha idêntico ao observado no ano transato (1,6%).

5.Subsídios
Com a transição para o novo ciclo da Política Agrícola Comum (PAC) e a transição do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007 – 2013) para o PT 2020 (2014 – 2020), Portugal adotou o novo Programa de Desenvolvimento Regional (PDR 2020). O ano de 2015 foi o primeiro ano de aplicação das principais novas medidas de apoio à agricultura. 2016 constituiu o primeiro ano de plena aplicação do novo regime de ajudas, tendo sido atribuídos montantes bastante elevados.
De acordo com a informação disponibilizada ao INE pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP, I.P), constituída por montantes concedidos até final do mês de outubro e, adicionalmente, por valores previstos atribuir em novembro e dezembro, estima-se um decréscimo global de 23,9% nos montantes totais classificados nas CEA enquanto subsídios em 2017, comparativamente com o ano anterior, com uma diminuição de 16,2% dos Subsídios aos produtos e de 25,4% nos Outros subsídios à produção.

6.Indicador de rendimento
O Rendimento da atividade agrícola, medido através do Índice do rendimento real dos fatores na agricultura por unidade de trabalho ano (indicador A), apresenta, para 2017, um decréscimo de 2,4% em relação ao ano anterior. A evolução do Rendimento dos fatores reflete essencialmente a grande diminuição dos Outros subsídios à produção (-25,4%), num contexto em que o Rendimento real dos fatores aumentou 14,1% e o Volume de mão-de-obra agrícola diminuiu 4,4%.

7.Comparações internacionais

De uma forma geral, ao comparar o peso do VAB do Ramo agrícola no VAB nacional entre os triénios 2000-2002 e 2014-2016 nos diferentes Estados Membros, observa-se que o peso relativo da agricultura na economia nacional é superior ao observado na UE, em ambos os triénios. À semelhança da generalidade dos países a importância relativa diminuiu entre os triénios.

Relativamente ao Rendimento da atividade agrícola por UTA, entre os triénios de 2001-2003 e 2014-2016Po, verifica-se que, em Portugal, evoluiu de forma menos favorável (+24,2%) que a média dos Estados Membros (+36,0%), embora mais vantajosa que em países mediterrânicos, como França, Espanha, Itália e Grécia.

Analisando a importância relativa dos subsídios no Rendimento dos fatores, no triénio 2014-2016 Po, é possível concluir que Portugal apresenta coeficientes inferiores à média da UE27 (38,0% e 56,4%, respetivamente), sendo o país com o quarto menor peso relativo.

Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011) - 3º Trimestre de 2017

O Produto Interno Bruto (PIB) aumentou, em termos homólogos, 2,5% em volume no 3º trimestre de 2017 (3,0% no trimestre anterior). O contributo positivo da procura interna para a variação homóloga do PIB aumentou, verificando-se uma aceleração do consumo privado e um abrandamento do Investimento. O contributo da procura externa líquida foi negativo, contrariamente ao registado no trimestre anterior, refletindo a desaceleração em volume das Exportações de Bens e Serviços e a aceleração das Importações de Bens e Serviços.

Comparativamente com o 2º trimestre de 2017, o PIB aumentou 0,5% em termos reais, mais 0,2 pontos percentuais que no trimestre anterior. O contributo da procura interna aumentou ligeiramente no 3º trimestre, tendo-se observado um crescimento do consumo privado e uma redução do Investimento, contrariamente ao verificado no trimestre anterior. O contributo negativo da procura externa líquida para a variação em cadeia do PIB manteve-se inalterado, observando-se um aumento das Importações de Bens e Serviços superior ao das Exportações de Bens e Serviços.

No 3º trimestre de 2017, o PIB registou uma variação homóloga de 2,5% em termos reais (3,0% no trimestre anterior).

Em termos nominais, o PIB registou uma variação homóloga de 3,9% (4,3% no 2º trimestre).

O contributo da procura interna para a variação homóloga do PIB, em volume, aumentou no 3º trimestre para 3,3 p.p. (0,5 p.p. superior ao observado no trimestre anterior). Observou-se uma aceleração do consumo privado (Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes e Das Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias) para 2,5% (1,9% no 2º trimestre), tendo o consumo público registado uma variação de 0,2% (-0,6% no trimestre anterior). O Investimento desacelerou, passando de um crescimento homólogo de 10,1%, no 2º trimestre, para 9,6%.

O contributo da procura externa líquida foi negativo (-0,8 p.p.), contrariamente ao registado no trimestre anterior (0,2 p.p.), refletindo a desaceleração em volume das Exportações de Bens e Serviços e a aceleração das Importações de Bens e Serviços.

Comparativamente com o trimestre anterior, o PIB aumentou 0,5% em termos reais (variação em cadeia de 0,3% no 2º trimestre). O contributo positivo da procura interna situou-se em 0,7 p.p., superior em 0,1 p.p. ao do trimestre anterior, devido à evolução do consumo privado. A procura externa líquida manteve o contributo negativo verificado no trimestre anterior (-0,2 p.p.), refletindo uma aceleração semelhante nas Importações e Exportações de Bens e Serviços.

Comparando com a Estimativa Rápida para o 3º trimestre, a nova informação de base incorporada, nomeadamente os deflatores do comércio internacional de bens, não implicou revisões nas taxas de variação homóloga e em cadeia do PIB.

O consumo privado registou uma variação homóloga de 2,5%, em termos reais, após ter aumentado 1,9% no 2º trimestre.

As Despesas de Consumo Final em Bens Duradouros das Famílias Residentes registaram um crescimento homólogo mais intenso, de 8,1% (4,5% no 2º trimestre), devido à aceleração da aquisição de automóveis.

As despesas em bens não duradouros e serviços apresentaram uma variação homóloga de 2,0% no 3º trimestre (1,7% no trimestre precedente).

Comparativamente com o 2º trimestre, o consumo privado aumentou 1,4% (variação em cadeia de -0,5% no trimestre anterior), em resultado do aumento de todas as componentes.

O Investimento aumentou, em termos homólogos, 9,6% em volume no 3º trimestre (10,1% no 2º trimestre). A FBCF desacelerou de 11,1% no 2º trimestre para 8,9%, enquanto o contributo da Variação de Existências para a variação homóloga foi ligeiramente positivo (0,1 p.p., que compara com -0,1 p.p. no 2º trimestre).

A FBCF em Construção foi a componente que mais contribuiu para o aumento da FBCF no 3º trimestre, registando uma taxa de crescimento homóloga de 8,0% em termos reais, inferior à verificada no trimestre anterior (10,0%).

Destaca-se ainda o contributo da FBCF em Outras Máquinas e Equipamentos, com uma variação homóloga em volume de 13,2% (14,4% no 2º trimestre). É de referir o impacto negativo da exportação de cerca de 36 milhões de euros em equipamento militar para a Roménia. Este efeito traduziu-se num impacto de -2,0 p.p. na taxa de variação homóloga deste agregado e de -0,5 p.p. na FBCF total.
A FBCF em Equipamento de Transporte registou uma desaceleração acentuada no 3º trimestre, passando de uma taxa de variação homóloga de 35,6% para 14,3%.
A FBCF em Produtos de Propriedade Intelectual aumentou 2,6%, em termos homólogos, após uma diminuição de 1,4% no trimestre anterior.
Comparativamente com o 2º trimestre, o Investimento total diminuiu 1,0%, após o aumento em cadeia de 5,3% no trimestre precedente. A FBCF total passou de uma variação em cadeia de 1,9% para -1,3% no 3º trimestre enquanto a Variação de Existências apresentou um contributo para a variação em cadeia do PIB de 0,1 p.p. (0,6 p.p. no trimestre anterior).
As Exportações de Bens e Serviços em volume registaram um crescimento menos intenso no 3º trimestre, passando de uma variação homóloga de 7,9% no 2º trimestre para 6,8%, em resultado da desaceleração de ambas as componentes. As exportações de bens aumentaram 5,7% no 3º trimestre, menos 0,2 p.p. que no trimestre anterior, enquanto as exportações de serviços apresentaram uma variação homóloga de 9,9%, menos 4,0 p.p. que no 2º trimestre.
As Importações de Bens e Serviços em volume aceleraram para 8,1% em termos homólogos (7,1% no 2º trimestre) refletindo a aceleração das duas componentes. As importações de bens registaram uma variação homóloga de 8,2% no 3º trimestre (7,2% no trimestre precedente) e as importações de serviços aumentaram 7,8%, após um crescimento de 6,3% no 2º trimestre.
Comparativamente com o trimestre anterior, as exportações totais aumentaram 0,8% em volume (após a diminuição em cadeia de 0,3% no segundo trimestre), tendo as componentes de bens e de serviços aumentado 1,0% e 0,2%, respetivamente. Por sua vez, as importações totais registaram uma variação em cadeia de 1,3% no 3º trimestre (0,2% no trimestre anterior), verificando-se um crescimento de 1,1% na componente de bens e de 2,6% na componente de serviços.
No 3º trimestre de 2017, verificou-se um ganho nos termos de troca, contrariando as perdas observadas nos três trimestres precedentes. O deflator das Importações de Bens e Serviços passou de um aumento homólogo de 4,7%, no 2º trimestre, para 3,2%, enquanto o deflator das Exportações de Bens e Serviços registou um crescimento homólogo de 3,5%, menos 0,8 p.p. que no trimestre anterior.
Em termos nominais, o Saldo Externo de Bens e Serviços situou-se em 0,9% do PIB nos dois últimos trimestres (1,2% do PIB no 3º trimestre de 2016).
O VAB a preços base registou no 3º trimestre um crescimento homólogo de 2,1% em termos reais, 0,1 p.p. inferior ao trimestre anterior.
O VAB do ramo da Construção desacelerou no 3º trimestre, passando de um crescimento de 7,7% no 2º trimestre para 6,1%, traduzindo-se num contributo de 0,2 p.p. para a variação homóloga do VAB total (incluindo impostos líquidos de subsídios) no trimestre de referência.
O VAB do ramo da Indústria registou um crescimento homólogo de 4,0% (4,1% no 2º trimestre), mantendo um contributo de 0,5 p.p. para a variação homóloga do VAB total nos três trimestres de 2017.
O VAB dos ramos de Transportes e Armazenagem; Atividades de Informação e Comunicação acelerou para 3,9% no 3º trimestre (3,4% no trimestre anterior), registando um contributo de 0,3 p.p. no trimestre de referência.
O VAB dos ramos Comércio e Reparação de Veículos e Alojamento e Restauração apresentou um crescimento homólogo, em termos reais, de 3,7% no 3º trimestre (4,2% no trimestre anterior), traduzindo-se num contributo positivo para a variação do VAB total de 0,7 p.p. (0,8 p.p. no 2º trimestre).
O VAB do ramo Outras Atividades de Serviços aumentou 0,7% em termos homólogos (0,6% no 2º trimestre), mantendo o seu contributo para a variação do VAB total em 0,2 p.p..
O VAB dos ramos das Atividades Financeiras, de Seguros e Imobiliárias desacelerou ligeiramente no 3º trimestre para um crescimento de 0,6% (variação homóloga de 0,7% no trimestre anterior), apresentando um contributo de 0,1 p.p. para a variação do VAB total nos três últimos trimestres.
O VAB da Agricultura, Silvicultura e Pesca registou uma variação homóloga de -1,2% (-2,9% no 2º trimestre) e um contributo nulo para a variação do VAB total no trimestre.
O VAB do ramo Energia, Água e Saneamento apresentou uma variação homóloga de -3,1% no 3º trimestre (-1,6% no trimestre anterior), contribuindo negativamente em 0,1 p.p. para a variação homóloga do VAB total.
Por sua vez, os Impostos Líquidos de Subsídios sobre os Produtos, em termos reais, apresentaram um crescimento homólogo de 6,1% no 3º trimestre, mais 0,4 p.p. que no trimestre precedente.
No 3º trimestre, o emprego para o conjunto dos ramos de atividade da economia, corrigido de sazonalidade, registou um crescimento homólogo de 3,1%, variação inferior à taxa observada no 2º trimestre (3,6%). O emprego remunerado (igualmente corrigido de sazonalidade) aumentou 3,4% no 3º trimestre, em termos homólogos, desacelerando ligeiramente em relação ao trimestre anterior (3,5%).

Conta de Fluxos Físicos de Energia - 2000-2015

Entre 2000 e 2015, a intensidade energética da economia portuguesa diminuiu 13,7% e as famílias reduziram a sua utilização energética per capita em 15,4%

Entre 2000 e 2015, a utilização doméstica de energia decresceu 11,1%, apesar do aumento em volume do Produto Interno Bruto (PIB) em 3,0%. Em consequência, verificou-se uma redução de 13,7% na intensidade energética implícita no PIB. A utilização energética per capita das famílias reduziu-se em 15,4%.
No setor energético a percentagem de recursos de origem renovável na produção de energia elétrica aumentou de um valor médio de 17,8% no quinquénio 2000-2004, para 34,6% no quinquénio 2011-2015. Verificou-se ainda um aumento significativo das exportações de energia, em 254,0%, no mesmo período, sobretudo decorrente dos investimentos no sistema refinador, bem como uma redução da dependência energética face ao exterior (que passou, em média, de 84,7% no quinquénio 2000-2004, para 73,9% no quinquénio 2011-2015).
O Instituto Nacional de Estatística divulga, pela primeira vez, a Conta de Fluxos Físicos de Energia (CFFE), para o período de 2000 a 2015. No Portal do INE, na área de divulgação das Contas Nacionais (secção das Contas Satélite) são disponibilizados quadros com informação detalhada.
A CFFE estabelece um sistema contabilístico que permite o registo completo e consistente, num quadro de recursos e utilizações, dos fluxos físicos de energia, medidos em Joules (J), entre o ambiente e a economia (ramos de atividade, famílias e resto do mundo). Este projeto tem como referência o Sistema de Contas Económicas Europeias do Ambiente (SCEA).
A CFFE apresenta resultados para recursos e utilizações energéticas por ramo de atividade, compatíveis com critérios da contabilidade nacional, permitindo a análise económico-ambiental e garantindo o princípio fundamental de conservação da massa e da energia, com a igualdade entre os recursos e as utilizações para todos os fluxos físicos no interior do sistema.
Adicionalmente, a CFFE proporciona um conjunto de novos indicadores, combinando os desempenhos económico e energético.
Este destaque encontra-se organizado em quatro partes: 1. Análise de recursos e utilizações de energia na economia nacional; 2. Utilizações energéticas relevantes para as emissões; 3. Indicadores económico-ambientais (comparação direta de dados físicos e económicos, com o objetivo de medir a eficiência energética e ambiental da economia); 4. Comparações com a União Europeia (UE). No final do destaque foi ainda incluída uma secção com as notas metodológicas relevantes sobre este novo produto estatístico.

Recursos (origens) e utilizações (destinos) da energia
A CFFE compreende três tipos genéricos de fluxos físicos de energia, tendo como referência:
Recursos energéticos naturais – fluxos de energia do ambiente para a economia. Incluem todas as entradas físicas de energia originadas no meio ambiente (como os recursos minerais energéticos) ou diretamente incorporadas nos processos de produção (como o sol ou o vento);
Produtos energéticos – bens e serviços que resultam da atividade económica (produzidos a nível nacional ou importados). O âmbito dos produtos incluídos nas contas de fluxos físicos é normalmente limitado aos produtos com valor monetário. Subdividem-se em produtos energéticos primários (os que são produzidos diretamente a partir da extração ou captura de recursos energéticos do ambiente) e produtos energéticos secundários (resultantes da transformação de produtos energéticos, primários ou secundários, em novos produtos energéticos). Os produtos energéticos podem ser utilizados para fins não-energéticos (ex.: produtos petrolíferos utilizados na produção de asfaltos, de lubrificantes ou de plásticos);
Resíduos energéticos - fluxos de materiais sólidos, líquidos e gasosos, e de energia, que retornam ao ambiente ou são recuperados do ambiente (produzidos pelos ramos de atividade, pelo consumo final das famílias ou resultantes de processos de acumulação). Incluem os resíduos renováveis e não renováveis, a libertação de energia (perdas energéticas) de todo o tipo (durante a extração, distribuição, armazenagem e transformação, assim como o calor dissipado nas utilizações finais) e a energia incorporada nos produtos de utilização não energética (ex.: plásticos).
A CFFE é compilada num sistema contabilístico denominado Quadro Físico de Recursos e Utilizações (QFRU), constituído por duas tabelas:
O quadro físico de recursos de energia, que apresenta os fluxos energéticos por origens: 1) produção de produtos energéticos e resíduos gerados pelos ramos de atividade; 2) resíduos gerados pelas famílias; 3) acumulação (de resíduos energéticos resultantes do desmantelamento de ativos e das emissões de aterros sanitários); 4) resto do mundo (importação de produtos e resíduos recebidos); e 5) ambiente;

O quadro físico de utilizações de energia, que apresenta os fluxos energéticos por destinos: 1) consumo intermédio de produtos energéticos, utilização de recursos energéticos naturais e recolha e tratamento de resíduos; 2) consumo final das famílias (que se subdivide nas subclasses transporte, climatização e outras); 3) acumulação (variação de stocks físicos de produtos energéticos que constituem ativos fixos e variação de existências - formação bruta de capital - e acumulação de resíduos); 4) resto do mundo (exportação de produtos e resíduos enviados); e 5) ambiente.

Recursos (origens) dos fluxos físicos de energia em Portugal

A análise dos recursos da energia nacional, por tipo de fluxos, reflete uma estrutura composta maioritariamente por produtos energéticos (60,4% em média, no quinquénio 2000-2004 e 62,4% no quinquénio 2011-2015), seguida pelos resíduos energéticos, que apresentam um decréscimo no período em análise (35,6% no quinquénio 2000-2004, para 31,9% no quinquénio 2011-2015), e por apenas uma pequena parcela de recursos energéticos naturais (4,0% no quinquénio 2000-2004 e 5,8% no quinquénio 2011-2015).

Recursos energéticos naturais

Os recursos energéticos naturais totalizaram, em média, nos quinquénios 2000-2004 e 2011-2015, respetivamente, 126.952,8 TJ e 176.250,8 TJ. No período em observação destacou-se o aumento significativo da importância relativa da energia eólica. Entre os quinquénios 2000-2004 e 2011-2015 esta passou de 1,2% para 22,5% dos recursos energéticos naturais. A energia solar apresentou também um aumento, menos expressivo (de 0,7% para 2,7%). Pelo contrário, verificou-se uma redução da importância relativa da biomassa (de 62,2% para 48,0%) e da energia hídrica (de 33,3% para 22,5%). Note-se que a relevância da energia hídrica está naturalmente dependente da pluviosidade em cada período.

Produtos energéticos

Os produtos energéticos corresponderam, em média, a 1.902.525,4 TJ e 1.911.476,7 TJ nos quinquénios 2000-2004 e 2011-2015, respetivamente. Embora os produtos petrolíferos continuem a prevalecer na estrutura de produtos energéticos (70,5% no quinquénio 2000-2004 e 65,1% no quinquénio 2011-2015), assistiu-se a uma alteração estrutural, com um aumento da importância relativa da eletricidade, do gás natural e da biomassa (produtos da biomassa, como os briquetes).

Resíduos energéticos

Nos quinquénios 2000-2004 e 2011-2015, os resíduos energéticos totalizaram, em média, respetivamente, 1.121.136,8 TJ e 976.503,6 TJ. As perdas energéticas para o ambiente constituíram a componente mais importante (87,8%, no quinquénio 2000-2004 e 89,0% no quinquénio 2011-2015). Destacaram-se, ainda, nos mesmos períodos, o aumento de importância relativa dos resíduos renováveis (de 3,1% para 4,7%) e a redução da energia incorporada em produtos para uso não energético (de 8,7% para 5,6%).

Utilizações (destinos) dos fluxos físicos de energia em Portugal

Circunscrevendo a análise das utilizações (destinos) da energia nacional pelas principais atividades económicas e pelas famílias (Gráfico 5), é possível observar que:

1) as atividades transformadoras de energia, designadamente a fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados (CAE C19) e a produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (CAE D) principais utilizadoras de energia. Registou-se um aumento de importância relativa, entre o primeiro e o último quinquénio do período em análise, de 31,2% para 33,9% da CAE C19 e de 18,4% para 20,5%, da CAE D;

2) as outras indústrias com maior utilização de energia apresentaram comportamentos díspares: por exemplo, a importância relativa aumentou (de 4,2% para 5,3%) nas indústrias da pasta, papel, cartão e seus artigos e impressão (CAE C17-C18); diminuiu (de 4,7% para 2,8%) na fabricação de outros produtos minerais não metálicos (CAE C23); e manteve o peso relativo (4,7%) na fabricação de produtos químicos e fibras sintéticas e artificiais, produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas de artigos de borracha e de matérias plásticas (CAE C20-C22);

3) a agricultura, silvicultura e pesca (CAE A) reduziram a sua importância relativa de 5,5% para 5,2%;

4) os transportes e armazenagem (CAE H) reduziram o seu peso relativo de 5,3% para 5,2%;

5) a construção (CAE F) reduziu o seu peso de 2,8% para 1,4%;

6) a importância relativa da utilização de energia pelas famílias diminuiu de 12,7% para 11,0%.

A comparação entre a estrutura do VAB da economia e as utilizações de energia (Gráfico 6), permite observar que as atividades de serviços, menos consumidoras de energia, ganharam importância relativa na economia nacional, em detrimento das atividades mais consumidoras de energia, designadamente as atividades industriais e de produção de eletricidade. Esta alteração da estrutura produtiva condicionou o perfil e a evolução do consumo energético nacional.

Utilizações energéticas na transformação de novos fluxos energéticos
As utilizações energéticas na transformação de novos fluxos de energia são essencialmente para a transformação do crude em produtos petrolíferos e para a produção de eletricidade.

Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados (C19)
O setor refinador nacional, composto por duas refinarias, em Sines e em Matosinhos, efetuou fortes investimentos na última década, tendo como objetivos uma maior adaptação aos mercados e maior articulação com a indústria petroquímica. O "mix" da refinaria alterou-se ao longo do período em análise, registando-se um aumento da produção de destilados médios, designadamente gasóleos, combustíveis para a aviação (querosenes e jet fuels) e nafta.
Em particular, o aparelho refinador nacional foi alvo de um projeto de conversão em 2012, com reflexos a partir de 2013. A redução de fornecimento observada em 2014 deveu-se a uma paragem programada para manutenção na refinaria de Sines, retomando-se o seu funcionamento normal em 2015.

Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (D)
A composição dos fluxos físicos de energia para abastecimento do setor produtor de energia elétrica é tradicionalmente afetada pela pluviosidade, medida pelo índice de produtibilidade hidroelétrica anual e, mais recentemente, também pelo vento, medido pelo índice de produtibilidade eólica anual (v. Notas metodológicas). Nos anos mais secos, com índices de produtibilidade hidroelétrica inferiores à unidade (2005, 2008, 2012 e 2015 – v. gráficos seguintes), verifica-se um acréscimo de produção de eletricidade por via térmica, com o correspondente aumento de utilização de combustíveis fósseis.
Entre 2000 e 2015 destaca-se:
Uma redução acentuada da utilização de fuelóleo (86,8%), substituído pela utilização de outros combustíveis fósseis como o carvão e o gás natural;
Uma maior participação de recursos renováveis, como a energia eólica e solar fotovoltaica, na produção de eletricidade, sobretudo a partir de 2005;
Um aumento da utilização de madeira, desperdícios de madeira e outra biomassa sólida, superior a 230%;
E um aumento da utilização de resíduos renováveis, essencialmente licor negro (resíduo da pasta e papel) em cerca de 95%, designadamente para usos em cogeração de eletricidade.

Utilizações energéticas para usos finais
Os usos finais de fluxos energéticos são efetuados pelas famílias, em consumo final, e pelos ramos de atividade económica, na produção de bens e serviços não energéticos.
No que respeita às famílias é possível observar que, entre 2000 e 2015:
A utilização de energia diminuiu 14,9%, tendo sido acompanhada de uma diversificação das fontes de abastecimento energético;
Na estrutura de consumos no período 2000-2004, os transportes representaram quase metade (49,3%) da utilização energética, seguidos da climatização (aquecimento, ambiente, ar condicionado e água quente) (35,0%) e das outras utilizações (cozinha, iluminação, eletrodomésticos e outros usos), que contribuíram apenas com 15,7%. No quinquénio 2011-2015, a utilização energética em transportes continuou a prevalecer, mas apresentou uma importância relativa inferior (46,0%), assim como a climatização (32,7%), enquanto as outras utilizações registaram um aumento do respetivo peso relativo (de 15,7% para 21,3%).
Da análise dos usos finais pelas diferentes atividades económicas é possível concluir que, no período de 2000 a 2015:
A intensidade energética (rácio entre a utilização de energia e o VAB do ramo de atividade, a preços constantes) diminuiu nas atividades da agricultura, silvicultura e pesca (A), e nas indústrias transformadoras (C);
Nas atividades industriais mais consumidoras de energia, a utilização de energia reduziu-se ao longo do período e obtiveram-se ganhos de eficiência energética em praticamente todas: nas indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco (C10-12), na indústria têxtil, do vestuário, do couro e dos produtos de couro (C13-15), na fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas e artificiais, exceto produtos farmacêuticos (C20), na fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas e de outros produtos minerais não metálicos (C22-23) e nas indústrias metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos (C24-25);
A fabricação de pasta, papel, cartão e seus artigos (C17) registou um aumento substancial da produção a partir de 2010, em resultado dos investimentos efetuados na quase duplicação da capacidade produtiva nacional. O aumento das utilizações energéticas acompanhou esta evolução, verificando-se um aumento da intensidade energética;

Em geral, assistiu-se a uma diversificação das fontes energéticas, com um aumento da utilização da biomassa e de outras energias renováveis, bem como um aumento da parcela de eletricidade nos usos finais de energia.

Utilizações energéticas relevantes para as emissões de gases poluentes e de partículas para a atmosfera

As utilizações energéticas relevantes para as emissões são definidas como as utilizações de fluxos energéticos durante as atividades económicas de produção e consumo (principalmente nos processos de combustão), que originam emissões de gases poluentes e de partículas para a atmosfera.

As utilizações energéticas relevantes para as emissões diminuíram 19,5% entre 2000 e 2015 (22,9% entre os quinquénios 2000-2004 e 2011-2015), em virtude de uma redução das utilizações energéticas de fluxos mais poluentes (como o carvão e os derivados de petróleo), que foram substituídos por gás natural e por energias renováveis, não relevantes para as emissões.

No primeiro quinquénio da série em análise, a produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio foi a atividade com maior peso na estrutura de utilizações energéticas relevantes para as emissões (27,7%), seguida pelas indústrias transformadoras (24,3%) e pelas famílias (22,9%).

Esta hierarquia alterou-se no último quinquénio, com a perda de importância relativa do setor energético (24,4%). A indústria transformadora passou para primeiro lugar (26,3%). As famílias passaram para quarto lugar (22,4%), em virtude de um aumento do peso relativo da construção e serviços (de 21,5% para 22,9%).

As utilizações energéticas relevantes para as emissões, pela produção e distribuição de eletricidade, observaram uma redução de 27,3% entre 2000 e 2015 (31,3% entre os quinquénios 2000-2004 e 2011-2015). O carvão (hulha, gases derivados e produtos secundários do carvão) tem sido o combustível fóssil mais utilizado na produção de eletricidade. Com a introdução do gás natural no país, em 1997, assistiu-se a um aumento gradual do peso deste combustível até 2010. De 2011 em diante, o gás natural tem vindo a perder peso, devido essencialmente a dois motivos: 1) forte aumento de produção de eletricidade através de energias renováveis, conjugado com anos em que os índices de produtibilidade hídrica e eólica foram favoráveis, particularmente em 2013 e 2014; 2) redução do preço relativo do carvão face ao gás natural.

As indústrias transformadoras registaram um decréscimo de 18,0%, das utilizações energéticas relevantes para as emissões entre 2000 e 2015 (15,4% entre os quinquénios 2000-2004 e 2011-2015). Destaca-se o aumento das utilizações do gás natural, nomeadamente nas unidades de cogeração, em detrimento do fuelóleo.

Observou-se um decréscimo de 23% no consumo energético relevante para as emissões das famílias entre 2000 e 2015 (25% entre os quinquénios 2000-2004 e 2011-2015). Destaca-se o peso substancial do gasóleo e da gasolina na estrutura de consumo, para utilização nos transportes. O consumo de gás natural tem vindo a ganhar peso relativo, e, em parte pelo efeito de substituição do GPL, que tem perdido importância.

Indicadores económico-ambientais

A CFFE permite calcular um conjunto de indicadores-chave, físicos, de acompanhamento do setor, representados no quadro 4. Da conjugação de variáveis energéticas físicas com variáveis socioeconómicas obtêm-se, também, indicadores de relação entre a energia, a economia e o ambiente, apresentados no quadro 5.

Na análise do comportamento dos indicadores-chave entre 2000 e 2015 destacam-se:

os crescimentos significativos da extração de recursos energéticos naturais (37,6%), da produção doméstica de produtos energéticos (26,3%) e da utilização de resíduos para fins energéticos (42,5%);

o aumento do consumo intermédio de produtos energéticos pelas atividades económicas (4,5%), e a redução do consumo final de produtos energéticos pelas famílias (14,9%);

o decréscimo da utilização doméstica líquida de energia, ou seja, da quantidade líquida de energia utilizada na economia (11,1%). Registando-se, deste modo, uma tendência decrescente de consumo energético pelas unidades residentes;

o acréscimo de 6,1% no total de entradas e saídas (recursos e utilizações) energéticas.

A análise da evolução dos indicadores de relação entre a energia, a economia e o ambiente para o mesmo período permite observar uma melhoria nos padrões de produção e consumo de energia, na segurança de abastecimento e nas exportações:

redução das perdas nos sistemas de transformação energética de 12,3%, o que traduz uma melhoria da eficiência no abastecimento de energia;

diminuição da intensidade energética da economia (rácio entre a utilização doméstica de energia e o PIB a preços constantes), que registou um decréscimo de 13,7%;

uma redução da utilização energética per capita das famílias de 15,4%;

aumento de 15,3 pontos percentuais na percentagem de recursos de origem renovável na produção de energia elétrica, que representou 17,8% no primeiro quinquénio do período em análise e passou para 34,6% no último quinquénio.
redução da dependência energética (rácio entre as importações líquidas de energia e a utilização doméstica líquida de energia) que passou de 84,7% para 73,9% no primeiro e no último quinquénio em análise;
aumento substancial (236,4%) das exportações de energia, sobretudo em consequência dos investimentos no aparelho refinador.
Comparação entre a utilização doméstica de energia da CFFE e o consumo interno bruto de energia do Balanço energético
Os resultados obtidos na CFFE diferem dos Balanços Energéticos Nacionais e dos questionários energéticos da Agência Internacional de Energia (AIE)/Eurostat, devido a diferenças metodológicas e conceptuais, entre as quais se salienta a adoção na CFFE do princípio da residência do agente económico em lugar do principio do território económico. Esta diferença é particularmente importante na atividade económica de transportes aéreos e marítimos.
O princípio de residência, adotado pela CFFE (à semelhança das Contas Nacionais), considera todas as unidades institucionais residentes4 na economia, independentemente do local onde estão localizadas fisicamente. De acordo com o princípio do território, as estatísticas são compiladas para todas as unidades localizadas fisicamente no território, e as unidades localizadas fisicamente fora do território são consideradas parte do resto do mundo. Esta dicotomia reflete-se em ligeiras diferenças em alguns indicadores, como a intensidade energética da economia.
A desagregação por atividade é também distinta nos dois projetos, designadamente no que respeita ao apuramento da utilização de energia nos transportes, que é individualizado no Balanço energético, e distribuído pelas atividades económicas e pelas famílias na CFFE. (v. Notas metodológicas para maior detalhe).

Comparações com a União Europeia (UE)
O envio de resultados da CFFE ao Eurostat, por parte dos países da UE, passou a ter carácter obrigatório apenas a partir de 2017. Por esse motivo, a informação existente para a UE resulta de contas experimentais, para um número reduzido de países e para poucos anos, sendo 2014 o ano comum.
O Eurostat divulga resultados da Utilização doméstica de energia (princípio de residência) e do Consumo interno bruto de energia (princípio do território), bem como a Utilização doméstica de energia pelas famílias (princípio de residência). Para efeito de comparações internacionais, optou-se por relativizar os dois primeiros pelo PIB em paridades de poder de compra (ppc), e o último pela população. Assim, comparam-se as intensidades energéticas em ppc, e as utilizações de energia pelas famílias per capita.
A intensidade energética regista valores bastante díspares, uma vez que é muito dependente da estrutura produtiva de cada país, nomeadamente da importância relativa das atividades intensivas em energia, bem como dos aspetos climáticos.
A intensidade energética da economia portuguesa é a mais baixa do conjunto de países analisados, encontrando-se próxima das economias austríaca e romena.
A utilização de energia per capita pelas famílias portuguesas é a terceira mais baixa, sendo menos de metade dos valores apresentados pela Alemanha, Bélgica e Áustria.
Comparando a utilização de energia pelas famílias per capita com o PIB per capita em ppc, é possível observar que, com exceção de Estados nórdicos como a Letónia e a Estónia, os países com menores níveis de rendimento são os que apresentam menor utilização doméstica de energia. É importante notar que a utilização doméstica de energia pelas famílias é também influenciada por fatores climáticos, que não se encontram refletidos na comparação com o PIB per capita em ppc.

Notas Metodológicas:
A Conta de Fluxos Físicos de Energia (CFFE) integra o Sistema de Contas Económicas Europeias do Ambiente (SCEA) e é um dos novos módulos de transmissão obrigatória, a partir de 2017, para cumprimento do Regulamento (UE) N.º 691/2011 e alterações subsequentes pelo Regulamento (UE) Nº 538/2014. As contas do ambiente foram desenvolvidas em interligação com o sistema central das Contas Nacionais, tendo como objetivo obter informação para a relação entre o ambiente e a economia. Constituem um sistema de contas satélite que apresenta informação ambiental num formato compatível com a informação das Contas Nacionais, possibilitando uma análise integrada.
De acordo com o Regulamento, devem ser apresentados quatro quadros obrigatórios: 1) Quadro de recursos de fluxos físicos de energia; 2) Quadro de utilizações de fluxos físicos de energia; 3) Quadro de utilizações de fluxos de energia com relevância para as emissões e; 4) Quadro de correspondência entre a conta de energia e o balanço energético.

Quadro Físico de Recursos e Utilizações (QFRU)

O SCEA tem subjacente o reconhecimento de que alguns fluxos que entram na economia provêm do ambiente e que, em consequência da produção, do consumo e da acumulação de produtos, ocorre uma nova gama de fluxos físicos que podem resultar em materiais e energia que retornam ao ambiente. Estabelece o conceito de Quadro Físico de Recursos e Utilizações (QFRU) como referência para todas as contas de fluxos físicos (materiais, água e energia).

A organização do QFRU é semelhante à do Quadro de Equilíbrio de Recursos e Utilizações (QERU), em fluxos monetários, utilizado na Contabilidade Nacional. A grande diferença consiste na adição da coluna "Ambiente". Neste caso, pela lei da conservação da massa e da energia, pela contabilização (i) do ambiente enquanto "agente energético", (ii) dos resíduos energéticos e (iii) da variação líquida de stocks acumulados na economia, verifica-se a igualdade entre recursos e utilizações, de todos os fluxos físicos individuais no sistema.

O conceito de QFRU estabelece um sistema contabilístico que permite o registo completo e consistente dos fluxos físicos: do ambiente para a economia, no âmbito da economia e da economia para o ambiente.

O QFRU é constituído por duas tabelas com o mesmo formato de colunas e linhas:

- O quadro de recursos de fluxos físicos de energia apresenta os fluxos energéticos por origens: produção de produtos energéticos, bem como resíduos gerados, pelas atividades económicas, resíduos gerados pelo consumo final das famílias, acumulação de resíduos energéticos do desmantelamento de ativos e emissões de aterros sanitários, fluxos do resto do mundo e do ambiente;
- O quadro de utilizações de fluxos físicos de energia apresenta os fluxos energéticos por destino: consumo intermédio e acumulação de produtos e resíduos, pelas atividades económicas, consumo final pelas famílias, variações de stocks físicos de produtos energéticos que constituem ativos fixos e variação de existências (formação bruta de capital), fluxos para o resto do mundo e para o ambiente.

Assim, cada fluxo é registado duas vezes: primeiro na sua origem, depois no seu destino. Em linha, ambas as matrizes apresentam os vários fluxos físicos, enquanto em coluna apresentam as várias origens e destinos que respetivamente fornecem e utilizam esses fluxos.

O quadro de utilizações de fluxos energéticos pode, ainda, ser dividido em duas sub-matrizes: Transformação de produtos energéticos (regista a transformação de produtos energéticos, primários ou secundários, noutros produtos energéticos) e Utilização de produtos energéticos para usos finais (regista a utilização, por parte das atividades económicas, de produtos energéticos para produção de bens e serviços que não sejam produtos energéticos, bem como o consumo final das famílias).

A CFFE regista os dados relativos à energia em Terajoules (TJ), em relação com as atividades económicas das unidades residentes da economia nacional, de acordo com uma repartição por atividade económica da CAE Rev.3. O Joule é a unidade energética do Sistema Internacional de Unidades; neste destaque as unidades são apresentadas em múltiplos (MJ – Megajoules, TJ – Terajoules, GJ – Gigajoules).

[adaptado de §3, CE, FAO, FMI, OCDE, NU, BM (2012), System of Environmental-Economic Accounting Central Framework]

Tipo de fluxo

O QFRU apresenta, em linha, os fluxos físicos de energia, agrupados e classificados de modo sugerido pelo SCEA, em grupos de fluxos físicos de três tipos genéricos: recursos energéticos naturais, produtos energéticos e resíduos energéticos.

Os recursos energéticos naturais são fluxos físicos do ambiente para a economia. Constituem todas as entradas físicas deslocadas do meio ambiente (como os recursos minerais energéticos) ou que são diretamente incorporadas nos processos de produção económica (como o sol ou o vento);

Os produtos energéticos são bens e serviços que resultam de uma atividade económica (produzidos a nível nacional ou importados). O âmbito dos produtos incluídos nas contas de fluxos físicos é normalmente limitado aos produtos com valor monetário. Subdividem-se em produtos energéticos primários (os que são produzidos diretamente a partir da extração ou captura de recursos energéticos do ambiente) e produtos energéticos secundários (resultantes da transformação de produtos energéticos, primários ou secundários, em novos produtos energéticos). Os produtos energéticos podem ser utilizados para fins não-energéticos (ex.: produtos petrolíferos utilizados na produção de asfaltos, de lubrificantes ou de plásticos);

Os resíduos energéticos são os fluxos de materiais sólidos, líquidos e gasosos, e de energia, derivados da atividade económica, do consumo final das famílias ou de processos de acumulação, que retornam ao ambiente ou são recuperados do ambiente. Incluem os resíduos renováveis e não renováveis, a libertação de energia (perdas energéticas) de todo o tipo, (durante a extração, distribuição, armazenagem e transformação, assim como o calor dissipado nas utilizações finais) e a energia incorporada nos produtos de utilização não energética (ex: plásticos).

Categorias de fluxos

Em coluna, o QFRU apresenta cinco categorias de fluxos que indicam as origens (recursos) ou os destinos (utilizações) dos fluxos físicos:

Produção - subdividida pelas atividades produtivas de acordo com a Classificação das Atividades Económicas (CAE Rev.3) a um nível de agregação A64;

Atividades de consumo - divididas em três subclasses de consumo final das famílias (transporte, climatização e outras);

Acumulação - variações de stocks físicos de ativos fixos e de existências de produtos e resíduos energéticos na economia;

Resto do mundo - regista os fluxos de produtos importados (recursos) e exportados (utilizações);

Ambiente - fluxos do ambiente e resíduos energéticos recuperados do ambiente, assim como os fluxos de resíduos para o ambiente.

[adaptado de §3, Regulamento (UE) Nº 538/2014, do PE e do Conselho, de 16 de abril de 2014)]

Categorias de fluxos

Em coluna, o QFRU apresenta cinco categorias de fluxos que indicam as origens (recursos) ou os destinos (utilizações) dos fluxos físicos:

Produção - subdividida pelas atividades produtivas de acordo com a Classificação das Atividades Económicas (CAE Rev.3) a um nível de agregação A64;

Atividades de consumo - divididas em três subclasses de consumo final das famílias (transporte, climatização e outras);

Acumulação - variações de stocks físicos de ativos fixos e de existências de produtos e resíduos energéticos na economia;

Resto do mundo - regista os fluxos de produtos importados (recursos) e exportados (utilizações);

Ambiente - fluxos do ambiente e resíduos energéticos recuperados do ambiente, assim como os fluxos de resíduos para o ambiente.

[adaptado de §3, Regulamento (UE) Nº 538/2014, do PE e do Conselho, de 16 de abril de 2014)]

No QFRU podem ser identificadas as sub-matrizes assinaladas com letras maiúsculas, de A. a Q.:

Regista o fornecimento de recursos energéticos naturais pelo ambiente (ex: extração de petróleo e gás natural, lenha, fontes renováveis de energia como a hídrica, eólica, solar, etc.).

Regista a utilização dos mesmos recursos energéticos naturais (A.), pelas atividades económicas.

Mostra o fornecimento de produtos, pelas atividades económicas produtoras.

Mostra a importação de produtos, ou seja, o fornecimento de produtos pelo resto do mundo.

As sub-matrizes E., F., G. e H. mostram por quem é que os produtos fornecidos (em C. e D.) são utilizados.

As sub-matrizes I., J., K., L. e M. mostram a geração de resíduos, ou seja, o fornecimento de resíduos por diferentes origens (colunas).

As sub-matrizes N., O., P. e Q. registam a forma como os resíduos energéticos (fornecidos por I., J., K., L. e M.) são utilizados

A primeira coluna do QFRU apresenta, por um lado, a produção de produtos (C.) e a geração de resíduos (I.) pelas atividades económicas e por outro, a utilização de recursos energéticos naturais (B.), os consumos intermédios de produtos energéticos (E.) e recebimento de resíduos (N.) pelas atividades económicas, desagregadas por 64 ramos da CAE (A64).

A segunda coluna do QFRU cobre o consumo final de produtos pelas famílias (F.) e a geração de resíduos resultante desse consumo (J.). Contrariamente ao que acontece no Quadro de Equilíbrio de Recursos e Utilizações (QERU) de fluxos monetários da Economia Nacional, no quadro de fluxos físicos de energia não há registo individualizado do consumo final das Administrações Públicas (AP); todo o consumo intermédio, produção e geração de resíduos das AP é registado nas atividades económicas relevantes, na primeira coluna do quadro.

A terceira coluna do QFRU, designada ‘acumulação’, refere-se às variações de stocks de materiais e energia na economia. Na perspetiva dos recursos, esta coluna regista a redução de stocks físicos de ativos produzidos provenientes, por exemplo, de demolições ou desmantelamento (K.); na perspetiva das utilizações, a coluna regista as variações de stocks físicos de produtos energéticos que constituem ativos fixos e variação de existências (formação bruta de capital) (G.); inclui igualmente a acumulação de stocks de resíduos na economia, por exemplo, em aterros sanitários (O.)

A quarta coluna do QFRU, ‘resto do mundo’, regista as trocas entre economias, designadamente as importações (D.) e as exportações (H.) de produtos e de fluxos de resíduos. Os resíduos recebidos do resto do mundo (L.) e enviados para o resto do mundo (P.), dizem respeito essencialmente ao movimento de resíduos sólidos entre diferentes economias.

A quinta coluna do QFRU, ‘ambiente’, constitui uma alteração significativa, relativamente à estrutura do quadro de fluxos monetários da Economia Nacional, QERU. Nesta coluna são registados os fluxos de recursos energéticos naturais fornecidos pelo ambiente (A.) e os fluxos de resíduos que retornam ao

ambiente (Q.). A incorporação desta coluna permite efetuar o necessário balanço de fluxos físicos de energia.
[adaptado de §2, Eurostat (2014), Physical Energy Flow Accounts (PEFA) Manual 2014]
Igualdades contabilísticas e de equilíbrio
O QFRU obedece a um conjunto importante de igualdades contabilísticas e de equilíbrio que se assemelham às identidades do quadro económico de recursos e utilizações. Contudo, no QFRU a igualdade entre recursos e utilizações reconhece que os produtos energéticos fornecidos à economia têm que ser utilizados na economia ou exportados e é estendida aos outros tipos de fluxos físicos, nomeadamente às entradas e saídas do meio ambiente, bem como às entradas e saídas de resíduos:
Equilíbrio de Produtos energéticos

A quantidade de produtos energéticos fornecidos à economia tem que ser utilizada na economia ou exportada:

$$\textbf{Total de recursos}\ \textit{em produtos energéticos}\ (TRP) = \textit{Produção doméstica}\ (C) + \textit{Importações}(D)$$

é idêntico a

$$\textbf{Total de utilizações}\ \textit{de produtos energéticos}\ (TUP) = \textit{Consumo intermédio}\ (E.) + \textit{Consumo final das famílias}\ (F.) + \textit{Variações de stocks físicos de produtos energéticos que constituem ativos fixos e variação de existências (Formação bruta de capital)}\ (G.) + \textit{Exportações}\ (H.)$$

Equilíbrio de Recursos energéticos naturais

O total de entradas do meio ambiente tem que ser igual ao uso total dessas mesmas entradas do meio ambiente:

Total de recursos em recursos energéticos naturais (TRRN) = Fluxos energéticos do ambiente (A.)
é idêntico a
Total de utilizações de recursos energéticos naturais (TURN) = Extração de recursos naturais (B.)

Equilíbrio de Resíduos energéticos
O fornecimento total de resíduos tem que ser igual à sua utilização:
Total de recursos em resíduos energéticos (TRR) = Resíduos gerados pela atividade económica (I.) + Resíduos gerados pelas famílias(J.) + Resíduos dos inventários e ativos produzidos(K.) + Resíduos do resto do mundo(L.) + Resíduos recuperados do ambiente (M)

é idêntico a

Total de utilizações em resíduos energéticos (TUR)
= Resíduos recebidos pela atividade económica (N.)
+ Acumulação de resíduos na economia(O.) + Resíduos para o resto do mundo(P.)
+ Resíduos para o ambiente(Q.)

Estas três igualdades têm também em conta os princípios de conservação de massa e de energia, aplicados a todos os fluxos físicos que entram e saem do sistema.

Identidade entradas-saídas
Num determinado período de contabilização, os fluxos físicos de energia que entram na economia têm que igualar os fluxos físicos de energia que saem da economia mais a variação líquida de stocks acumulados na economia. Esta identidade descreve os fluxos físicos entre a economia e o ambiente:

Entrada de fluxos físicos de energia na economia
= Recursos energéticos naturais fornecidos + Importação de produtos energéticos
+ Resíduos energéticos do resto do mundo
+ Resíduos energéticos recuperados do ambiente

é idêntica a

Saída de fluxos físicos de energia da economia
= Resíduos energéticos para o ambiente + Exportações de produtos energéticos
+ Resíduos energéticos para o resto do mundo
+Variação líquida de stocks na economia
= Variações líquida de stocks físicos de produtos energéticos que constituem ativos fixos

e variação de existências + Acumulação de resíduos na economia
− Resíduos dos inventários e ativos produzidos

[adaptado de §3, CE, FAO, FMI, OCDE, NU, BM (2012), System of Environmental-Economic Accounting Central Framework e de §2, Eurostat (2014), Physical Energy Flow Accounts (PEFA) Manual 2014]
Quadro de utilizações de fluxos de energia com relevância para as emissões
As utilizações energéticas relevantes para as emissões constituem um subgrupo das utilizações energéticas totais e são registadas numa tabela de fluxos físicos idêntica à dos quadros de recursos e utilizações. Correspondem às utilizações de fluxos energéticos durante as atividades económicas de produção e consumo (principalmente nos processos de combustão), que originam emissões de gases poluentes e de partículas para a atmosfera, nomeadamente: dióxido de carbono (CO2), óxido nitroso (N2O), metano (CH4), óxidos de azoto (NOx), óxidos de enxofre (SOx), amoníaco (NH3), compostos orgânicos voláteis não metanosos (COVNM), monóxido de carbono (CO) e partículas (PM10).
Os recursos energéticos naturais renováveis, os produtos energéticos como a eletricidade e o calor e os resíduos energéticos renováveis não são contabilizados para as utilizações energéticas relevantes para as emissões uma vez que não originam emissões de gases poluentes e de partículas.
Este quadro substitui os quadros dos consumos energéticos (relevantes para as emissões) anteriormente publicados no âmbito da conta das emissões atmosféricas. A nova série publicada com a CFFE substitui a anterior.

Contas Regionais 2015 e 2016Po

Em 2016, o Algarve registou o maior crescimento do PIB em volume

De acordo com os resultados provisórios de 2016, todas as regiões registaram crescimento real do PIB. O Algarve (2,6%), o Norte (1,9%), o Centro (1,8%) e a Região Autónoma dos Açores (1,6%) apresentaram variações reais superiores à média nacional, enquanto a Área Metropolitana de Lisboa (1,2%), a Região Autónoma da Madeira (0,9%) e o Alentejo (0,5%) registaram crescimentos menores que o país.
A análise da convergência económica das regiões NUTS III, revela uma diminuição das disparidades regionais no período de 2000 a 2015, com as regiões mais pobres a apresentarem taxas de crescimento do PIB *per capita* e da produtividade muito superior à média do país.
As assimetrias do PIB *per capita* avaliado em PPC face à média europeia (UE28) entre a região portuguesa mais rica e a mais pobre, diminuíram cerca de 10 p.p, de 75,2% em 2000 para 65,1% em 2015.
De acordo com a metodologia shift-share dinâmica de decomposição territorial do crescimento do VAB, o fator competitividade foi fundamental para as regiões com maior crescimento no período 2000 a 2015. Com efeito, o Cávado, o Baixo Alentejo (1,3%, ambos) e a Região Autónoma dos Açores (1,2%) apresentam os maiores índices do fator competitividade e, com exceção dos Açores, os piores índices do fator estrutural.

Produto Interno Bruto

Resultados provisórios de 2016
Em 2016, o PIB nacional registou um acréscimo nominal de 3,0% e real de 1,5%. Estima-se que o PIB tenha crescido nominalmente acima da média nacional no Algarve (5,4%), no Norte (3,3%) e no Centro (3,2%). As restantes regiões apresentaram crescimentos nominais inferiores ao do país: Região Autónoma da Madeira (2,7%), Área Metropolitana de Lisboa (2,6%), Região Autónoma dos Açores (2,5%) e Alentejo (1,9%). Note-se que as dificuldades do setor financeiro e as restrições resultantes do programa de ajustamento, com impacto visível na atividade das Administrações Públicas, repercutiram-se de forma desigual nas várias regiões do país, com maior incidência na Área Metropolitana de Lisboa e na Região Autónoma da Madeira.
Em termos reais, estima-se que todas as regiões tenham registado aumento do PIB. O Algarve (2,6%), o Norte (1,9%), o Centro (1,8%) e a Região Autónoma dos Açores (1,6%) apresentaram crescimentos reais superiores à média nacional, tendo a Área Metropolitana de Lisboa (1,2%), a Região Autónoma da Madeira (0,9%) e o Alentejo (0,5%) registado variações inferiores à média.
O aumento da atividade do ramo do comércio, transportes, alojamento e restauração, ramo mais relevante na estrutura produtiva da região do Algarve, foi determinante para o crescimento real do PIB desta região. O desempenho deste ramo foi igualmente importante para o crescimento do PIB ocorrido no Norte e Centro, regiões onde era o segundo ramo de atividade mais relevante nas respetivas estruturas produtivas.
O acréscimo real ocorrido no VAB do ramo da indústria e energia nas regiões do Centro (2,2%) e do Norte (2,1%) foi também determinante para apresentarem crescimento superior à média nacional em 2016. Desempenho oposto verificou-se na região do Alentejo, com um decréscimo de 0,5% no VAB deste ramo.

Resultados finais de 2015

Em 2015, o PIB nacional registou um crescimento nominal de 3,9% e real de 1,8%. O PIB regional, em termos nominais, apresentou variações positivas em todas as regiões, verificando-se as mais acentuadas, e superiores à média nacional, no Alentejo (7,5%), no Algarve (5,2%) e no Centro (4,8%). Na região Norte o aumento do PIB foi igual à média do país (3,9%), enquanto a Região Autónoma dos Açores (3,3%), a Região Autónoma da Madeira (2,7%) e a Área Metropolitana de Lisboa (2,6%) apresentaram crescimentos nominais inferiores.

Em volume, o PIB aumentou em todas as regiões do país em 2015, com intensidade superior à média no Alentejo (3,6%), no Algarve (3,1%), na Região Autónoma dos Açores (3,0%), no Centro (2,9%) e no Norte (2,2%). A Área Metropolitana de Lisboa (0,3%) e a Região Autónoma da Madeira (1,6%) foram as regiões que apresentaram crescimentos reais menos expressivos, inferiores à média nacional (1,8%), devido, principalmente, à contração do VAB das atividades financeiras e de seguros (-9,1% na Área Metropolitana de Lisboa e -7,0% na Região Autónoma da Madeira), bem como crescimentos reais inferiores ao país nos ramos comércio, transportes, alojamento e restauração e administração pública, defesa, saúde e educação. Refira-se ainda que, excluindo as empresas que operam a partir do Centro Internacional de Negócios da Madeira, o PIB da Região Autónoma da Madeira teria crescido 2,0%, ligeiramente acima da média nacional.

Formação Bruta de Capital Fixo de 2015

A Formação Bruta de Capital Fixo do país registou um crescimento de 7,1% em 2015 face ao ano anterior, atingindo 27 844 milhões de euros. À exceção da Região Autónoma da Madeira, cujo contributo foi negativo (-0,1 p.p.), todas as regiões apresentaram contributos positivos: a Área Metropolitana de Lisboa (2,9 p.p.), o Centro (1,7 p.p.), o Norte (1,6 p.p.), o Alentejo e o Algarve (com 0,4 p.p. cada) e a Região Autónoma dos Açores (0,2 p.p.).

Contas das famílias de 2015

Em 2015 o RP cresceu acima do país nas regiões Norte (+3,7%), Centro (+3,4%) e Algarve (+3,3%). A região com menor crescimento foi a Área Metropolitana de Lisboa (+1,9%), sobretudo devido ao comportamento do saldo dos rendimentos de propriedade, que passou de 41,5% do país em 2014, para 38,4% em 2015. Seguiram-se a Região Autónoma da Madeira (+2,1%), a Região Autónoma dos Açores (+2,5%) e o Alentejo (+2,7%).

Quanto ao RD, os maiores acréscimos registaram-se no Centro (+4,2%), na Região Autónoma dos Açores (+4,1%) e no Norte (+3,7%). A Região Autónoma da Madeira (+2,6%) apresentou o menor aumento, seguida da Área Metropolitana de Lisboa, do Alentejo e do Algarve, com acréscimos idênticos (+2,8%).

Coesão / Convergência Regional no período de 2000 a 2015

Beneficiando da existência de dados em SEC 2010, atualizados e coerentes para uma série de 16 anos, procedeu-se à análise da convergência económica das regiões portuguesas, para as dimensões territoriais NUTS II e III, no período 2000-2015. A coesão regional é normalmente avaliada através da expressão atingida pelas assimetrias regionais do PIB *per capita* [2] e da produtividade[3], no contexto do país e da União Europeia (UE).

As diferenças regionais no PIB *per capita* e na produtividade

A dinâmica do PIB *per capita* indica que terá havido um processo de convergência, uma vez que, na maior parte das regiões, a diferença do PIB per capita face à média nacional diminuiu. Embora em 2015 existissem 23 regiões onde este indicador era inferior à média do país, na maioria dessas regiões a diferença diminuiu comparativamente com o ano 2000, o que indica a existência de convergência no período. A mediana passou de -0,21 em 2000 para -0,14 em 2015, indicando igualmente uma diminuição da disparidade.

A dinâmica da produtividade do trabalho indicia igualmente a existência de um processo de convergência, uma vez que na maior parte das regiões NUTS III, a diferença da produtividade face à média nacional diminuiu. Das 19 regiões que, em 2000, apresentavam produtividade inferior à média do país, 15 recuperaram parte da distância, embora nenhuma delas passasse a ter produtividade superior à média do país em 2015, o que indica que, apesar da melhoria deste indicador, as assimetrias regionais persistiam. Destas regiões destacam-se o Oeste e a Região Autónoma da Madeira, com maiores aproximações das respetivas produtividades à do país. Igualmente a mediana diminuiu, passando de -0,14 para -0,07, indicando uma aproximação das regiões com menor produtividade à média do país.

[2] O indicador PIB *per capita* relaciona o PIB gerado num dado país ou região, com a população residente.
[3] Produtividade avaliada pelo quociente entre o PIB e o número de indivíduos totais empregados.

Análise da convergência Sigma e das taxas de crescimento

Em termos analíticos, a convergência Sigma encontra-se associada ao coeficiente de variação, uma das medidas de desigualdade regional mais utilizada, para além dos Índices de Gini e de Theil. A leitura de qualquer dos três indicadores mostra que as assimetrias regionais do PIB *per capita* estão a atenuar-se progressivamente, em especial após 2008, apesar de um ligeiro agravamento em 2010. No período considerado, verificamos que houve um processo de convergência sigma ao nível da NUTS III, o coeficiente de variação diminuiu cerca de 25% e o Índice de Theil 43%. Também o Índice de Gini diminuiu aproximadamente 4%.

No período de 2000 a 2015, em que se registou convergência Sigma, também se pode observar a existência de convergência Beta. De facto, nas 4 regiões com PIB *per capita* superior à média do país em 2000, observou-se uma diminuição deste indicador em 2015, com exceção do Alentejo litoral, que aumentou o respetivo PIB *per capita* por via da diminuição da população (-4,3%). A região com maior PIB *per capita* no início desse período, a Área Metropolitana de Lisboa, apresentou decréscimo do PIB *per capita* (-3,9%), enquanto as regiões mais pobres, onde se destacam sete NUTS III da região Norte, quatro NUTS III da região Centro, duas NUTS III da região do Alentejo e as Regiões Autónomas dos Açores (14,3%) e da Madeira (5,3%), apresentaram taxas de crescimento do PIB *per capita* muito superior à média do país (2,4%).

Assim, no conjunto das NUTS III, o crescimento económico das regiões indica convergência absoluta, embora com intensidades diferentes, e explicado distintamente pelos contributos resultantes das dinâmicas do PIB e da População.

Relativamente à produtividade e decomposição do crescimento nas suas componentes PIB e Emprego (Indivíduos Totais), é possível igualmente referir a existência de convergência Beta no período em análise.

Com efeito, das 19 regiões NUTS III com produtividade inferior à nacional em 2000, todas apresentavam produtividade mais elevada em 2015, com taxas de variação superiores ao país (13,5%), com exceção do Alto Tâmega (6,0%), do Alto Alentejo (6,3%), da Região de Aveiro (9,8%) e da Região Autónoma dos Açores (11,7%). Para essa melhoria contribuiu, na maioria das regiões, simultaneamente o aumento do PIB e o decréscimo do emprego. Nas regiões Beiras e Serra da Estrela, Médio Tejo, Região de Coimbra e Alto Alentejo, o decréscimo do PIB foi compensado por uma diminuição mais intensa do emprego.

Convergência real no contexto europeu

Das sete regiões NUTS II, apenas a Área Metropolitana de Lisboa registou um PIB *per capita* acima da média europeia tendo, contudo, diminuído esse valor nos últimos 15 anos.

Entre 2000 e 2015 apenas a Região Autónoma dos Açores registou uma trajetória de convergência com a União Europeia, uma vez que a diferença do PIB *per capita* face à média europeia diminuiu ligeiramente (passando o índice de 67,3 para 68,9)

Considerando as regiões portuguesas NUTS III, a dinâmica do PIB *per capita* permite concluir que 11 das 25 regiões registaram convergência com a União Europeia no período em estudo, entre as quais todas as regiões NUTS III da região Norte, exceto a Área Metropolitana do Porto, bem como duas regiões NUTS III da região Centro (Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela), o Baixo Alentejo e a Região Autónoma dos Açores. A maioria destas regiões eram as mais pobres do país, em 2000, com PIB *per capita* inferior a 65% da média europeia.

Pelo contrário, as regiões NUTS III que, em 2000, apresentavam PIB *per capita* mais elevado, acima de 75% da média europeia, divergiram: Algarve (2000: 85,5; 2015: 79,1), Alentejo Central (2000: 83,5; 2015: 67,2), Região de Leiria (2000: 82,5; 2015: 76,6), Região de Aveiro (2000: 82,3; 2015: 74,7), Área Metropolitana do Porto (2000: 81,2; 2015: 72,2) e Lezíria do Tejo (2000: 79,1; 2015: 64,7). A região do Alentejo Litoral afastou-se da média europeia (2000: 99,1; 2015: 113,3) e a Área Metropolitana de Lisboa aproximou-se (2000: 120,0; 2015: 102,0).

Dinâmicas de crescimento económico regional no período 2000 a 2015

Os resultados de aplicação da metodologia shift-share dinâmica de decomposição territorial da taxa de crescimento médio do VAB, em volume, no período 2000 a 2015 evidenciam a decomposição do crescimento económico regional, separando efeitos nacionais e locais, tendo em vista identificar os principais determinantes e perceber se estes estão mais associados a vantagens competitivas locais, à especialização em ramos mais dinâmicos (ou menos dinâmicos) ou se simplesmente espelham o desempenho económico geral.

Regiões com crescimento negativo

Cinco regiões NUTS III registaram, ao longo do período 2000 a 2015, taxas médias de crescimento real do VAB negativo: Médio Tejo (-0,53%), Beiras e Serra da Estrela (-0,06%), Lezíria do Tejo (-0,16%), Alto Alentejo (-0,40%) e Alentejo Central (-0,89%). Essa evolução negativa deveu-se a fatores estruturais, agravados por perdas de competitividade, sobretudo nos principais ramos de atividade económica regional.

A retração económica registada neste conjunto de regiões foi determinada fundamentalmente pela diminuição do volume de trabalho, não obstante o crescimento registado na produtividade do fator trabalho.

Regiões com crescimento abaixo da média nacional
Seis regiões NUTS III registaram, no período 2000 a 2015, taxas de crescimento real do VAB positivo, mas inferiores à registada no plano nacional (0,37%), cuja evolução foi influenciada por dois tipos de fatores distintos: a Região de Aveiro (0,34%), Região de Coimbra (0,07%), Viseu Dão-Lafões (0,31%) e Alentejo Litoral (0,31%) constituem um grupo de regiões cujo crescimento foi condicionado por fatores estruturais relacionados com o modelo de especialização produtiva, parcialmente compensados por efeitos de competitividade-diferenciação positivos; também com taxas médias de crescimento abaixo da média nacional, mas influenciadas positivamente por fatores estruturais e negativamente por fatores relacionados com a quebra de competitividade, assinala-se a evolução registada na Área Metropolitana do Porto (0,23%) e na Área Metropolitana de Lisboa (0,32%), cujas dinâmicas económicas foram distintamente condicionadas, respetivamente, por fatores de competitividade-especialização (AMP) e de competitividade-diferenciação (AML).

Regiões que mais cresceram
Catorze regiões NUTS III registaram, no período 2000 a 2015, as taxas de crescimento real do VAB mais elevadas, as quais foram agrupadas em função das especificidades de crescimento observadas: um primeiro grupo inclui o Alto Tâmega (0,47%), o Oeste (0,38%) e a Região de Leiria (0,39%); um segundo grupo agrupa as regiões do Alto Minho (0,72%), Cávado (1,33%), Ave (0,94%), Tâmega e Sousa (0,97%), Douro (0,99%), Terras de Trás-os-Montes (0,85%), Beira Baixa (0,69%), Baixo Alentejo (1,32%) e Região Autónoma da Madeira (0,90%); finalmente, é constituído um grupo formado pelo Algarve (0,62%) e Região Autónoma dos Açores (1,21%). A performance registada nestes três grupos de regiões deveu-se em geral a fatores de competitividade, já que os fatores estruturais pesaram negativamente de forma generalizada.

Contas Satélite do Turismo – 2014-2016

Em 2016 o VAB gerado pelo turismo representou 7,1% do VAB nacional

Estima-se que, em 2016, o VAB gerado pelo turismo tenha atingido 7,1% do VAB da economia nacional, aumentando cerca de 10% em termos nominais, sucedendo a um aumento de 7,1% em 2015. Recorde-se que em 2015 e 2016 o crescimento nominal do VAB na economia nacional foi, respetivamente, 3,6% e 2,7%.
O consumo do turismo no território económico atingiu 12,5% do PIB, tendo aumentado 5,8% em 2016 e 5,9% em 2015.
As exportações de turismo corresponderam, em média, a 18,4% do total das exportações nacionais em 2014 e 2015.
No biénio 2014/2015 o emprego nas atividades caraterísticas do turismo representou, em média, 9,1% do total do emprego nacional.

A nova Conta Satélite do Turismo: Principais resultados
O Instituto Nacional de Estatística (INE, I.P.) retoma a publicação da Conta Satélite do Turismo (CST), apresentando resultados finais para 2014 e 2015 e uma primeira estimativa para 2016 de dois principais agregados da CST, o Valor Acrescentado Bruto gerado pelo Turismo (VABGT) e o Consumo do Turismo no Território Económico (CTTE). A nova série de CST revela níveis de VAB e de consumo de turismo claramente superiores aos apurados na série anterior (ver a última secção, onde se apresenta uma comparação) confirmando o aumento da relevância das atividades associadas ao turismo na economia nacional.
Estima-se que, em 2016, o VABGT tenha atingido 7,1% do VAB da economia nacional, aumentando cerca de 10% em termos nominais. No biénio 2014/2015, o VABGT correspondeu, em média, a 6,6% do total do VAB (a preços base) da economia nacional e evidenciou um crescimento de 7,1% em 2015, superior ao do VAB nacional (3,6%).
Prevê-se que o CTTE, que resume a procura turística, tenha aumentado 5,8% em 2016 face ao ano anterior, representando 12,5% do Produto Interno Bruto (PIB). No biénio 2014/2015, o peso do CTTE no PIB foi de 12,1%. A despesa do turismo recetor foi a componente mais relevante do CTTE (61,5%), tendo aumentado 7,0% em 2015. A despesa do turismo interno e as outras componentes (que, em conjunto, representaram 38,5% do total do CTTE) cresceram 4,2%, em 2015.
Em 2014/2015 o emprego nas atividades caraterísticas do turismo, medido em equivalente a tempo completo (ETC), representou, em média, 9,1% do total do nacional.

Em 2015, o emprego nas atividades caraterísticas do turismo aumentou 4,2%, tendo superado o crescimento do emprego observado na economia nacional (1,9%).
Depois da apresentação dos principais resultados, este destaque inclui mais sete secções. A secção seguinte refere-se ao CTTE (procura turística), destacando-se as características das suas duas principais componentes: turismo de visitantes não residentes e turismo interno. A terceira aborda a despesa turística fora do território económico. A quarta, pela primeira vez no âmbito da CST, fornece informação sobre o consumo final das Administrações Públicas relacionadas com o turismo. A quinta apresenta resultados detalhados sobre o VABGT. A sexta é dedicada a emprego e remunerações. A sétima fornece informação para algumas comparações internacionais. A última revela a variação dos principais agregados da CST entre 2008 e 2015 (respetivamente o último ano na série anterior e da nova série com detalhe informativo idêntico).

Consumo do Turismo no Território Económico (procura turística)
Em 2014/2015 a despesa do turismo recetor foi a componente mais importante da procura turística (61,5%). A despesa do turismo interno contribuiu com 31,5%, enquanto as outras componentes foram responsáveis por 7,0% do CTTE.
Analisando a distribuição do CTTE por componente e por produto, no mesmo biénio, observou-se que:
A despesa do turismo recetor foi claramente dominante nos produtos conexos (74,4%), nos transportes de passageiros (72,7%), na restauração e bebidas (65,6%), no alojamento (60,8%) e nos produtos não específicos (65,1%);
A despesa do turismo interno superou a importância relativa da despesa do turismo recetor e das outras componentes nos outros serviços (91,1%), nas agências de viagens, operadores e guias turísticos (86,5%) e, ainda, na recreação e lazer (72,2%);
As outras componentes apenas superaram o valor da despesa do turismo recetor e do turismo interno nos serviços culturais (72,5%). Importa ainda sublinhar que as outras componentes superaram a despesa do turismo interno no alojamento (20,3%), o que resulta da inclusão das residências secundárias por conta própria ou gratuitas, cujo valor em 2015 ascendeu a 1.100 milhões de euros.
Analisando os resultados por tipo de visitante, observou-se que, em 2014 e 2015, cerca de 77% da procura turística teve origem nos turistas e quase 16% nos excursionistas.
A despesa dos turistas incidiu maioritariamente no alojamento (25,9%), transporte de passageiros (21,8%) e restauração e bebidas (24,2%) que, em conjunto, representaram quase 72% do total das despesas deste tipo de visitantes. A despesa dos excursionistas foi essencialmente direcionada para os produtos não específicos (31,7%), para a restauração e bebidas (31,3%) e para o transporte de passageiros (13,2%). Note-se que, por definição, os excursionistas são visitantes que não pernoitam no lugar visitado, motivo pelo qual não efetuam despesa em produtos relacionados com o alojamento.
Nas outras componentes observou se um claro predomínio do alojamento (73,4%), para o qual contribuíram as residências secundárias. Na estrutura de consumo destacaram-se ainda os serviços culturais (14,3%) e o transporte de passageiros (5,9%).

Despesa do Turismo Recetor
A despesa do turismo recetor representou, em média, 61,5% do total do CTTE em 2014 e 2015.
Cerca de 97% do total da despesa do turismo recetor foi efetuada por turistas, enquanto os excursionistas foram responsáveis por apenas 3% do montante global.
Observaram-se diferenças significativas na estrutura de despesa das duas categorias de visitantes:
A despesa dos turistas incidiu maioritariamente sobre o alojamento (25,7%), a restauração e bebidas (25,1%) e o transporte de passageiros (23,4%);
48,5% da despesa dos excursionistas não residentes foi direcionada para produtos não específicos, enquanto 28,2% das despesas desta categoria de visitante foi direcionada para a restauração e bebidas e 14,1% incidiu sobre produtos conexos. Estes 3 produtos congregaram cerca de 90% do total da despesa dos excursionistas não residentes.
A despesa do turismo recetor (exportações de turismo) correspondeu, em média, a 18,4% do total das exportações nacionais em 2014 e 2015.
Impacto no PIB da despesa dos visitantes não residentes
Aplicando a informação do Sistema Integrado de Matrizes Simétricas Input-Output para 2013 , recentemente publicadas pelo INE, aos principais resultados da CST, é possível estimar o impacto na criação de riqueza (PIB) induzida pela despesa dos visitantes não residentes (turismo recetor). Focando a atenção apenas nos três produtos mais relevantes, que absorvem 68% da despesa destes visitantes (alojamento, restauração e transporte aéreo), estima-se que, por cada 100 euros de despesa, foram gerados adicionalmente 23 euros de PIB na restauração e bebidas, 22 euros no alojamento e 4 euros nos transportes aéreos, em 2015. O reduzido impacto neste último produto está associado ao facto de a maior parte do serviço ser prestado por companhias aéreas não residentes.

Despesa do Turismo Interno
Em 2014 e 2015, a despesa do turismo interno, representou, em média, cerca de 31,5% do CTTE.
Analisando a distribuição da despesa do turismo interno por tipo de visitante, observou-se que os turistas concentram cerca de 57% da despesa, enquanto os demais 43% foram originados por excursionistas.
A despesa do turismo interno por tipo de viajante e por produto evidenciou a seguinte distribuição:
A despesa dos turistas recaiu maioritariamente sobre o alojamento (26,6%), a restauração e bebidas (21,2%) e o transporte de passageiros (16,5%);
A despesa dos excursionistas foi direcionada para a restauração e bebidas (31,8%), produtos não específicos (29,2%), e transporte de passageiros (14,0%).

Despesa do Turismo Emissor
À semelhança da despesa do turismo recetor, também na despesa do turismo Emissor (importações de turismo) predomina a despesa gerada pelos turistas, comparativamente com a despesa dos excursionistas.
Observaram-se igualmente diferenças significativas na estrutura de despesa destas duas categorias de viajantes:
A despesa dos turistas concentrou-se no alojamento e no transporte de passageiros (cada um dos produtos representou 25,8% da despesa dos turistas) e nos produtos não específicos (18,8%);
A despesa dos excursionistas foi maioritariamente dirigida para produtos não específicos (54,2%) e para produtos conexos (37,8%).
A despesa do turismo emissor (importações de turismo) correspondeu, em média, a 5,7% do total das importações nacionais em 2014 e 2015.
Em 2015, as despesas do turismo recetor e emissor evidenciaram uma trajetória ascendente, aumentando, respetivamente, 7,0% e 6,3%, face ao ano anterior.
O saldo dos fluxos turísticos foi positivo nos anos analisados, tendo-se registado um aumento de 7,4% em 2015, face ao ano anterior.

Consumo Coletivo do Turismo
A despesa de consumo final coletivo das Administrações Públicas corresponde à produção de serviços não mercantis, pelas administrações públicas, cujo consumo é disponibilizado em simultâneo a toda a comunidade. No contexto específico da CST são exemplos os serviços de promoção de turismo, serviços de informação ao visitante, serviços administrativos relacionados com o turismo, entre outros.
No biénio 2014/2015, cerca de 56,9% do total do consumo coletivo do turismo correspondeu a consumo final do subsetor da administração local.

Produção e VAB gerado pelo Turismo
A produção interna turística representou cerca de 6,0% do total da produção interna, em 2014 e 2015.
Comparando a produção interna turística, por produto, com a produção nacional, verificou-se que o alojamento (incluindo as residências secundárias por conta própria ou gratuita, os hotéis e estabelecimentos similares e o outro alojamento), as agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos, e os transportes aéreos apresentaram coeficientes superiores a 75%, evidenciando uma forte relação com a atividade turística.
Outros produtos cuja produção interna turística representou mais de metade do total da produção interna foram o transporte por água (72,2%), o transporte ferroviário interurbano (64,9%) e, ainda, a restauração e bebidas (51,4%).
No biénio 2014/2015 o VABGT representou, em média, 6,6% do VAB da economia nacional.
As atividades que mais contribuíram para o VABGT, em 2014 e 2015, foram os hotéis e similares (30,3%), seguidos dos restaurantes e similares (22,8%) e das atividades não específicas (15,9%).
O VABGT aumentou 7,1% em 2015, atingindo o valor de 10.458 milhões de euros. Observou-se uma variação positiva em todas as atividades analisadas.

Emprego e remunerações
Em 2014 e 2015, o emprego nas atividades caraterísticas do turismo, medido em equivalente a tempo completo (ETC), representou, em média, 9,1% do total do emprego nacional, atingindo 397.619 ETC em 2015.
Considerando exclusivamente a componente turística das atividades caraterísticas do turismo, esta corresponderia a aproximadamente 4,4% do total do emprego nacional (ETC), no biénio 2014/2015, atingindo 195.096 ETC em 2015.
Em 2015, o emprego nas atividades caraterísticas do turismo evidenciou um crescimento (4,8% para os postos de trabalho e 4,2% para o emprego medido em ETC) superior ao observado no total da economia nacional (1,6% para os postos de trabalho e 1,9% para o emprego medido em ETC).

As atividades caraterísticas do turismo que evidenciaram dinâmicas de crescimento de emprego (ETC) mais acentuadas em 2015 foram os hotéis e similares (+9,4%) e as agências de viagens, operadores e guias turísticos (+9,2%).
Mais de 75% do emprego (ETC) nas atividades caraterísticas do turismo concentrou-se nos restaurantes e similares (47,2%), nos hotéis e similares (16,8%) e nos transportes de passageiros (12,7%), em 2014 e 2015.
Importa igualmente destacar o peso do emprego não remunerado nos restaurantes e similares (19,8%) e nos serviços culturais (39,2%), que contribuíram de forma significativa para o facto de as atividades caraterísticas do turismo evidenciarem uma importância relativa do emprego não remunerado (15,0%) superior ao total da economia (13,7%), no biénio 2014/2015.
Em 2014 e 2015, as remunerações nas atividades caraterísticas do turismo representaram, em média, 9,2% do total das remunerações da economia nacional.
Considerando apenas a componente turística das atividades caraterísticas do turismo, o peso das remunerações foi 4,2% do total da economia nacional, no biénio 2014/2015.
À semelhança do que se observou no emprego, em 2015, o crescimento das remunerações das atividades caraterísticas do turismo (5,7%) foi superior ao observado na economia nacional (2,8%).
Na distribuição das remunerações das atividades caraterísticas do turismo os restaurantes e similares constituíram a atividade mais relevante, congregando cerca de 36% do montante global, em 2014 e 2015.
Seguiram-se os transportes de passageiros (19,3%) e os serviços auxiliares de transportes (14,3%), e só depois surgiram os hotéis e similares (14,2%), que na estrutura do emprego correspondiam à segunda atividade mais relevante.
As duas atividades mais relevantes na estrutura do emprego (restaurantes e similares e hotéis e similares) apresentaram índices de remuneração por trabalhador inferiores ao total da economia nacional.
Com exceção daquelas e dos serviços culturais, as restantes atividades caraterísticas do turismo apresentaram índices de remuneração por trabalhador superiores ao total da economia nacional, destacando se os serviços auxiliares aos transportes e os transportes de passageiros como as atividades com a remuneração média mais elevada face à remuneração média na economia nacional.

Comparações Internacionais
Vários países europeus têm vindo a implementar CST nos últimos anos, facilitando as comparações internacionais, embora nem todos apresentem resultados com uma periodicidade anual.
Considerando a informação disponível nas diversas fontes consultadas, e para anos de referência diferentes5, observou-se que Portugal registou um peso relativo do CTTE na oferta interna de 5,4% em 2015, inferior a Espanha (6,0%) e Malta (5,8%).
Analisando a importância relativa do CTTE no respetivo PIB, Portugal registou 12,2% em 2015, apenas inferior ao resultado apresentado por Malta (17,4%).
Em termos de importância relativa do VABGT no VAB da economia nacional, de entre os países com informação disponível, Portugal ocupou igualmente a segunda posição (6,7% em 2015). Apenas a Espanha apresentou um resultado mais elevado (7,0%).
O número de países com informação disponível para as variáveis relacionadas com o emprego é significativamente mais reduzido.
Ainda assim, tendo por base os países com informação disponível, Portugal apresenta o segundo registo mais elevado (9,2% em 2015), imediatamente atrás de Espanha, em termos de importância relativa do emprego nas atividades caraterísticas do turismo no total do emprego nacional, medidos em equivalente a tempo completo (ETC).

Comparação dos grandes agregados da CST nas bases 2006 e 2011 das Contas Nacionais
Em 2015, o CTTE atingiu um valor de 21.902 milhões de euros, ou seja, 12,2% do PIB e o VABGT cifrou-se em 10.458 milhões de euros, correspondendo a 6,7% do VAB nacional. Em 2008, na anterior base das CNP, o CTTE representava 9,2% do PIB e o VABGT correspondia a 4,1% do VAB nacional. O peso relativo do turismo na atividade económica é significativamente superior ao apurado no último ano com resultados detalhados da CST da série anterior (consistente com a base anterior das Contas Nacionais – ver caixa em baixo com as principais alterações).
Efetivamente, o aumento do peso relativo do CTTE no PIB, assim como o do VABGT no VAB nacional, entre 2008 e 2015, reflete o crescimento mais elevado das atividades caraterísticas do turismo em relação ao conjunto da economia. Embora o peso relativo do emprego das atividades caraterísticas do turismo, medido em ETC, tenha aumentado entre 2008 e 2015, diminuiu em termos absolutos.
No entanto, a variação global do emprego nas atividades características do turismo, observada entre bases, resulta de dinâmicas bem diferenciadas das suas componentes. O quadro seguinte permite verificar que o emprego nos hotéis e similares registou um aumento de 8,6% no período analisado.
Diferenças face à série anterior da CST

A nova série de CST é consistente com as Contas Nacionais da base 2011 e, consequentemente, com o SEC 2010. A série anterior tinha como referência as Contas Nacionais da base 2006 e o SEC 95. No entanto, as diferenças mais significativas estiveram associadas à utilização de novas fontes de informação, sendo de sublinhar:
a) o Inquérito aos Gastos Turísticos Internacionais de 2013;
b) a utilização de informação sobre transações com cartões de crédito e débito;
c) a atualização dos valores das rendas das residências secundárias (efetivas e imputadas), que resultou da inclusão de informação dos Censos da População e da Habitação 2011, conduzindo a uma reavaliação em alta do valor incluído na CST;
d) o Inquérito ao Turismo Internacional de 2015/2016, que possibilitou a atualização de estruturas de despesa dos viajantes de acordo com o motivo de viagem (pessoal ou de negócios);
e) o Inquérito à Deslocação dos Residentes (IDR), que permitiu integrar na compilação da CST valores de despesa por classe de produtos e resultados sobre excursionismo e efetuar a desagregação da despesa do turismo interno por tipo de visitante (turistas e excursionistas) no âmbito da CST.

Notas Metodológicas
A Conta Satélite do Turismo (CST) tem como principais documentos metodológicos de referência o manual European Implementation on Tourism Satellite Accounts do Eurostat e o documento Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework 2008 das Nações Unidas, OCDE, Eurostat e World Tourism Organization (WTO). Por outro lado, e uma vez que a CST é um projeto coerente com o Sistema de Contas Nacionais, o recurso aos conceitos e nomenclaturas deste último afigura-se imprescindível, sendo observadas as suas referências metodológicas, nomeadamente o Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas (SCN2008) e o Sistema Europeu de Contas (SEC2010).
As Recomendações das Estatísticas do Turismo, das Nações Unidas, constituem a principal referência conceptual do Turismo Internacional, assegurando a coerência da CST com o Subsistema de Informação Estatística do Turismo, a nível de conceitos e definições, assim como com outros subsistemas, como a Balança de Pagamentos. São ainda referência as publicações, Measuring the role of tourism in OECD economies. The OECD manual on tourism satellite accounts and employment da OCDE e Designing the Tourism Satellite Account (TSA). Methodological Framework da WTO.
As presentes estimativas encontram-se desagregadas de acordo com as nomenclaturas de atividades e produtos do turismo da CST:
A nomenclatura de atividades e de produtos do Turismo
Relativamente às nomenclaturas, a CST de Portugal manteve as referências metodológicas do European Implementation on Tourism Satellite Accounts, do Eurostat.
Os produtos e atividades na CST distinguem-se entre “Específicos (as)” e “Não Específicos (as)” do Turismo. Os Produtos Específicos classificam-se em Característicos e Conexos. Os Produtos Característicos são produtos típicos do turismo e constituem o foco da atividade turística. Por sua vez, os Produtos Conexos são produtos que, apesar de não serem típicos do turismo num contexto internacional, podem sê-lo num âmbito mais restrito como é o nacional. Nos produtos característicos incluem-se o Alojamento, a Restauração e Bebidas; o Transporte de Passageiros; as Agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos; os Serviços Culturais, a Recreação e Lazer e os Outros Serviços de Turismo.
Os Produtos Não Específicos correspondem a todos os outros produtos e serviços produzidos na economia e que não estão diretamente relacionados com o turismo, podendo ser alvo de consumo por parte dos visitantes.
No caso das atividades, as Atividades Caraterísticas são atividades produtivas cuja produção principal foi identificada como sendo característica do turismo e que servem os visitantes, admitindo-se uma relação direta do fornecedor com o consumidor. Incluem-se, neste grupo, as atividades: Alojamento (hotéis e similares, residências secundárias utilizadas para fins turísticos por conta própria ou gratuitas), Restauração, Transportes de passageiros, Serviços auxiliares aos transportes de passageiros, Aluguer de equipamento de transporte de passageiros, Agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos, Serviços culturais e Recreação e lazer.

As componentes de Consumo do Turismo no Território Económico e o VAB gerado pelo turismo
O Consumo Turístico no Território Económico engloba:
- O consumo do turismo recetor, que corresponde ao consumo efetuado por visitantes não residentes em Portugal;
- O consumo do turismo interno, que corresponde ao consumo dos visitantes residentes que viajam no interior do país, em lugares distintos do seu ambiente habitual, assim como à componente de consumo interno efetuada pelos visitantes residentes no país aquando de uma viagem turística no exterior do país (componente de consumo interno do Turismo Emissor);

- As outras componentes do consumo turístico, que compreendem os serviços de habitação das habitações secundárias por conta própria, os serviços de intermediação financeira imputados e as componentes do consumo turístico que não são passíveis de desagregação por tipo de turismo e de visitante. Nas outras componentes incluem-se ainda os produtos cuja despesa é das administrações públicas mas cujo consumo é de natureza individual.
O Valor Acrescentado Bruto Gerado pelo turismo (VABGT) corresponde à parcela do VAB que é gerada na prestação de serviços aos visitantes em Portugal, sejam residentes no país ou não. Este valor pode ser considerado como a contribuição da atividade turística para o VAB da economia.

Consumo coletivo
A estimativa do consumo coletivo do turismo insere-se numa perspetiva mais alargada daquilo que é a procura de turismo. De facto, os quadros centrais da CST, nos quais se define a procura e a oferta do turismo e o respetivo equilíbrio, organizam-se em torno da nomenclatura de produtos do turismo (bens e serviços), cujo consumo é de natureza individual.
O manual da WTO apresenta um quadro para a estimativa do consumo coletivo do turismo, desagregado por produtos e subsetores das administrações públicas, sugerindo a inclusão de alguns tipos de produtos, essencialmente serviços tais como os serviços de promoção de turismo, os serviços de informação ao visitante, serviços administrativos relacionados com o turismo, entre outros.
No contexto da CST, a abordagem adotada consistiu na identificação de um conjunto de entidades das administrações públicas que fornecem esse tipo de serviços, apresentando-se informação sobre o valor do consumo coletivo do turismo, por subsetor.

Fontes de informação
As principais fontes de informação em que se baseou a estimativa das variáveis monetárias e não monetárias da CST foram as seguintes:

- INE:
  - Contas Nacionais (Base 2011);
  - Estatísticas dos Transportes e Comunicações (2014/2015);
  - Estatísticas do Turismo (2014/2015);
  - Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas (FGUE);
  - Inquérito à Deslocação dos Residentes (2014/2015);
  - Inquérito ao Turismo Internacional (2015/2016);

- Outras fontes:
  - Balança de Pagamentos;
  - Balancetes analíticos detalhados das entidades da Administração central;
  - Conta Geral do Estado;
  - Informação Empresarial Simplificada (IES);
  - Registo Nacional de Turismo;
  - Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional;
  - Página eletrónica do Ministério da Justiça (https://publicacoes.mj.pt/Pesquisa.aspx).
  - Páginas eletrónicas das unidades de atividade económica;
  - Relatórios e Contas de entidades que desenvolvem atividades caraterísticas do turismo.

Estado das Culturas e Previsão das Colheitas – em 31 de outubro de 2017

O mês de outubro caraterizou-se, em termos meteorológicos, como extremamente seco e excecionalmente quente. Tal como em setembro, este outubro foi o mais quente dos últimos 87 anos, com a temperatura média do ar cerca de 3ºC acima do valor normal. Registaram-se duas ondas de calor, a primeira entre 1 e 16 de outubro (que abrangeu a maior parte do Continente e foi das mais longas para o mês de outubro) e a segunda entre 23 e 30 de outubro. Quanto à precipitação, que apenas ocorreu no início da segunda quinzena, correspondeu a 30% do valor normal para este mês, tendo sido o outubro mais seco das últimas duas décadas. O índice meteorológico de seca PDSI revelava que, no final de outubro, todo o território de Portugal continental se encontrava em situação de seca, aproximadamente 25% em seca severa e 75% em seca extrema (classe de seca mais grave).
Este cenário de seca teve impactos substanciais, com os pomares de sequeiro a apresentarem sinais de *stress* hídrico bastante evidentes e nos pomares de regadio nem sempre foi possível satisfazer as necessidades hídricas. Por outro lado, a falta de humidade dos solos impossibilitou a realização das operações culturais de preparação das sementeiras das culturas de outono/inverno, registando-se um atraso considerável na instalação das culturas forrageiras e dos prados semeados. São ainda frequentes as

situações de secagem completa de charcas e de acentuada diminuição do nível dos lençóis freáticos, com evidentes implicações no abeberamento dos efetivos.
A falta de chuva continua a atrasar o início de ciclo das pastagens de sequeiro, que apresentam reduzida disponibilidade forrageira, registando-se um aumento significativo da suplementação dos efetivos pecuários. A alimentação dos efetivos está a ser realizada com recurso a alimentos conservados que, em condições normais, estariam armazenados para fazer face à paragem de crescimento característica das pastagens mediterrânicas durante o inverno. De notar ainda que nas zonas afetadas pelos incêndios de 15 de outubro (onde morreram mais de 6 mil ovinos e caprinos, mais de mil bovinos e mais de 1,5 mil suínos), a situação é grave, dado que uma quantidade significativa de palhas e fenos armazenados foi destruída.
No olival para azeite perspetiva-se uma campanha com produtividades globais próximas da média do último quinquénio (+1%), com os olivais intensivos a compensarem a menor produtividade dos tradicionais.
Os dias quentes e secos favoreceram o desenvolvimento do milho de regadio e, excetuando algumas situações de menor disponibilidade, foi possível garantir as necessidades hídricas das plantas, prevendo-se um aumento de produção de 5%, face a 2016. Quanto ao arroz, a campanha decorreu de forma distinta nas principais regiões produtoras. Na Lezíria, Grande Lisboa e Baixo Sorraia registam-se produtividades superiores às da campanha anterior, mas com um menor número de grãos inteiros (devido à baixa humidade do grão); no Vale do Sado, a diminuição na área semeada determinou uma redução na produção alcançada; no Baixo Mondego, a ação conjunta de fatores adversos resultou numa elevada percentagem de grãos falidos por panícula. Globalmente a produção rondou as 161 mil toneladas, a mais baixa do último quinquénio.
A colheita do tomate para a indústria terminou na primeira semana de outubro, estimando-se que a produção alcance os 1,68 milhões de toneladas, o que corresponde a um acréscimo de 5%, face a 2016. No entanto, a fase final da campanha foi influenciada pela ocorrência de fortes ataques de mosca branca e de ácaros, que prejudicaram o desenvolvimento da planta e afetaram a maturação do fruto.
A apanha da maçã decorreu maioritariamente em agosto e setembro, prevendo-se um aumento de produção para as 300 mil toneladas (+25% face a 2016), com os frutos a apresentarem bons calibres e coloração normal. Na pera, as elevadas temperaturas obrigaram a um esforço para aumentar o ritmo da colheita, no sentido de garantir as condições de conservação. Prevê-se um aumento de produção de 20% face à campanha anterior, para valores próximos da média do quinquénio, ainda assim bastante abaixo dos alcançados em 2013 e 2014.
A colheita da principal variedade de kiwi (Hayward) iniciou-se em finais de outubro. A carga de frutos por árvore é muito elevada o que, conjugado com a entrada em plena produção de plantações recentes, estima-se que conduzirá a uma produção de 31 mil toneladas, a maior de sempre.
Os amendoais apresentaram uma carga muito expressiva de frutos, prevendo-se uma produção superior a 20 mil toneladas (+255% face a 2016). Quanto à castanha, a mais temporã apresentou calibres reduzidos e miolo desidratado, com fraco poder de conservação e por vezes bichado. Estima-se que o número de frutos que completem o desenvolvimento normal seja inferior ao habitual, pelo que se prevê uma redução de 15% da produção face à campanha anterior.
Nas vinhas de sequeiro, a falta de humidade do solo e as elevadas temperaturas condicionaram o desenvolvimento das uvas, originando algum engelhamento nos bagos. No entanto, o elevado número de cachos e de bagos por cacho (fruto de uma floração/alimpa que decorreram sem problemas), aliado a uma baixa pressão das principais doenças criptogâmicas (míldio e oídio), contribuiu para o aumento de 10% na produção de vinho, face à vindima de 2016.

Estatísticas do Comércio Internacional – outubro de 2017

As exportações e importações aumentaram 11,8% e 21,4%, respetivamente, em termos nominais

Em outubro de 2017, as exportações e as importações de bens registaram variações homólogas nominais de, respetivamente, +11,8% e +21,4% (+5,7% e +8,5% em setembro de 2017, pela mesma ordem).
Excluindo os Combustíveis e lubrificantes, as exportações aumentaram 13,0% e as importações cresceram 19,9% (respetivamente +4,1% e +7,9% em setembro de 2017).
O défice da balança comercial de bens foi de 1 536 milhões de euros em outubro de 2017, o que representa um acréscimo de 613 milhões de euros face ao mês homólogo de 2016. Excluindo os Combustíveis e lubrificantes a balança comercial atingiu um saldo negativo de 1 066 milhões de euros, correspondente a um aumento de 409 milhões de euros em relação ao mesmo mês de 2016.
No trimestre terminado em outubro de 2017, as exportações e as importações de bens aumentaram respetivamente 10,2% e 14,1% face ao período homólogo.

Resultados globais
Em outubro de 2017, em termos das variações homólogas mensais, as exportações aumentaram 11,8% (+5,7% em setembro de 2017), principalmente devido ao acréscimo de 14,1% registado no Comércio Intra-UE (+4,9% em setembro de 2017). As importações cresceram 21,4% (+8,5% em setembro de 2017), sobretudo em resultado da evolução das importações de países Intra-UE que aumentaram 16,9% (+8,6% em setembro de 2017).
Excluindo os *Combustíveis e lubrificantes* e em termos homólogos, em outubro de 2017 as exportações cresceram 13,0% e as importações aumentaram 19,9% (respetivamente +4,1% e +7,9% em setembro de 2017).
As acelerações em ambos os fluxos refletirão, em parte, efeitos de calendário, dado que em setembro e em outubro, se registaram, respetivamente, menos um dia e mais um dia útil que nos mesmos meses de 2016.
Em outubro de 2017, em relação às variações face ao mês anterior, as exportações aumentaram 4,4%, reflexo sobretudo da evolução verificada nas exportações para os países Extra-UE, e as importações cresceram 9,0%, devido ao comportamento de ambos os tipos de comércio.
No trimestre terminado em outubro de 2017, as exportações cresceram 10,2% e as importações aumentaram 14,1% face ao período homólogo (respetivamente +7,5% e +11,3% no 3.º trimestre de 2017).
Em outubro de 2017, o défice da balança comercial atingiu 1 536 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 613 milhões de euros face ao mesmo mês de 2016.
Excluindo os *Combustíveis e lubrificantes*, em outubro de 2017 o saldo da balança comercial situou-se em -1 066 milhões de euros, correspondente a um aumento do défice em 409 milhões de euros em relação a outubro de 2016.

Grandes Categorias Económicas de Bens
Em outubro de 2017, tanto nas exportações como nas importações, quase todas as categorias económicas registaram aumentos face ao mês homólogo de 2016, evidenciando-se os crescimentos verificados nos *Fornecimentos industriais* (correspondente a +17,1% nas exportações +22,8% nas importações). Destaque ainda para os *Combustíveis e lubrificantes*, que registaram um ligeiro decréscimo nas exportações (-3,4%) mas um significativo acréscimo nas importações (+33,6%).

Principais países clientes/fornecedores
Em outubro de 2017, tendo em conta os principais países de destino em 2016, destacam-se os crescimentos das exportações para Espanha e França face ao mês homólogo de 2016 (correspondente a +13,8% e +23,5%, respetivamente).
No âmbito dos maiores países fornecedores em 2016, em outubro de 2017 as importações provenientes de Alemanha e Espanha apresentaram os maiores aumentos (correspondente a +30,6% e +11,4%, respetivamente), tendo-se ainda destacado o aumento nas importações do Brasil (+407,2%), fundamentalmente devido à aquisição de produtos *Agrícolas*, *Combustíveis minerais* e *Metais comuns*.

Estatísticas da Produção Industrial - 2016

A presente publicação divulga as estatísticas da produção industrial em termos de produtos produzidos (em volume), de produtos vendidos (em volume e valor) e de prestação de serviços (em valor), relativas a 2016, elaboradas a partir dos resultados do Inquérito Anual à Produção Industrial.
Esta caracterização da produção industrial utiliza metodologias e listas de produtos harmonizadas no âmbito da União Europeia, de acordo com o Regulamento (CEE) nº 3924/91, de 1991.12.19 e o Regulamento (CE) nº 912/2004, de 2004.04.29.
A partir de 2012 o IAPI tem melhoria de cobertura e novo processo de apuramento, motivos pelos quais os dados não são diretamente comparáveis com anos anteriores. Para uma melhor interpretação dos resultados, recomenda-se a leitura da Nota Metodológica, Conceitos e Definições.

Índice de Custos de Construção de Habitação Nova e Índice Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação – outubro de 2017

Custos de construção mantêm variação homóloga de 1,6% pelo terceiro mês consecutivo

A variação homóloga do Índice de Custos de Construção de Habitação Nova foi 1,6% em outubro, taxa igual à registada nos dois meses anteriores. O Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação aumentou 1,3%, menos uma décima de ponto percentual que a observado no mês anterior

Índice de Custos de Construção de Habitação Nova
A variação homóloga do Índice de Custos de Construção de Habitação Nova foi 1,6% em outubro, idêntica à observada nos dois meses precedentes. Os índices de preços do custo de *Mão-de-Obra* e dos *Materiais*, registaram, respetivamente, variações homólogas de 2,1% (pelo terceiro mês consecutivo) e de 0,9% (mais 0,1 ponto percentual que o registado em setembro). As variações homólogas dos índices relativos a *Apartamentos* e *Moradias* fixaram-se ambas em 1,6% pelo terceiro mês consecutivo

Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação
O Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação registou uma variação homóloga de 1,3% em outubro, taxa superior em 0,1 ponto percentual à observada em setembro. O índice da componente *Produtos* subiu 1,1 p.p. face ao mês anterior, para 0,4%. A componente *Serviços* aumentou 1,6% em outubro, -0,1 p.p. que o registado no mês precedente. No mês em análise, todas as regiões NUTS II do Continente apresentaram aumentos nos preços da manutenção e reparação regular da habitação, exceto o *Alentejo*, que registou uma descida de 0,1% em relação ao observado no período homólogo. A taxa de variação homóloga mais elevada ocorreu na *Área Metropolitana de Lisboa* (2,2%).

Índice de Preços no Consumidor – novembro de 2017

Taxa de variação homóloga do IPC aumentou para 1,5%

A variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi de 1,5% em novembro de 2017, taxa superior em 0,1 pontos percentuais (p.p.) à do mês anterior. O indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) registou uma variação homóloga de 1,1%, valor inferior em 0,2 p.p. ao registado em outubro, sobretudo devido à desaceleração dos preços da classe dos *Restaurantes e hotéis* (classe 11).
A variação mensal do IPC foi de -0,3% (0,3% no mês precedente e -0,5% em novembro de 2016). A variação média dos últimos doze meses fixou-se em 1,3%, taxa superior em 0,1 p.p. à registada no mês anterior.
O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português registou uma variação homóloga de 1,8%, valor inferior em 0,1 p.p. ao mês anterior e superior em 0,3 p.p. à estimativa do Eurostat para a área do Euro (em outubro, esta diferença situou-se em 0,5 p.p.). O IHPC registou uma variação mensal de -1,1% (0,5% no mês anterior e -1,0% em novembro de 2016) e uma variação média dos últimos doze meses de 1,5% (1,4% em outubro).

Índices de Preços na Produção Industrial – outubro de 2017

Preços na Produção Industrial mantiveram variação homóloga

A taxa de variação homóloga do Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) situou-se em 2,7% em outubro (igual à observada em setembro). Excluindo o agrupamento de Energia, o índice aumentou 1,8% (1,5% no mês anterior). A variação mensal do índice agregado foi 0,4%, idêntica à registada em igual mês do ano anterior.

Variação homóloga
Em termos homólogos, o IPPI aumentou 2,7% em outubro, mantendo a variação observada no mês anterior.
Os agrupamentos de Bens Intermédios e de Energia, com contributos de 1,3 pontos percentuais (p.p.) e de 1,2 p.p., respetivamente, foram os mais influentes na variação do índice agregado. No primeiro destes agrupamentos, a variação homóloga situou-se em 3,8% (2,7% no mês anterior), enquanto o segundo passou de 8,0% em setembro para 6,3% em outubro. Excluindo o agrupamento de Energia, os preços na produção industrial aceleraram de 1,5% em setembro para 1,8%.
O índice da secção das Indústrias Transformadoras registou uma variação homóloga de 2,1% (2,0% no mês anterior), da qual resultou um contributo de 1,8 p.p. para a variação do índice total.

Variação mensal
O Índice de Preços na Produção Industrial apresentou, em outubro, uma variação mensal de 0,4% (igual à observada em igual mês de 2016), taxa superior em 0,1 p.p. à observada em setembro. Os índices de Bens Intermédios e de Energia registaram crescimentos mensais de, respetivamente, 0,8% e 1,4% (-0,3% e 3,0% em igual período do ano anterior, pela mesma ordem) e contribuíram conjuntamente com 0,5 p.p. para a variação do índice total.

O índice da secção das Indústrias Transformadoras, contribuiu com 0,3 p.p. para a variação do índice agregado, em resultado da variação mensal de 0,3% (igual à observada em outubro de 2016).

Índices de Produção, Emprego e Remunerações na Construção – outubro de 2017

Produção na Construção mantém evolução positiva

O Índice de Produção na Construção[1] registou em outubro uma variação homóloga de 2,6% (2,5% no período anterior). Os índices de emprego e de remunerações aumentaram 2,7% e 4,1% (2,2% e 2,3%, em setembro), pela mesma ordem.

Produção
O índice de produção na construção[4] apresentou uma taxa de variação homóloga de 2,6% em outubro 0,1 pontos percentuais (p.p.) superior ao valor observado no mês anterior.
Este andamento foi determinado pela aceleração no segmento da *Construção de Edifícios,* que mais que compensou o ligeiro abrandamento observado no segmento da *Engenharia Civil.*
Os índices destes segmentos apresentaram variações homólogas de 1,2% e 4,8% respetivamente (variações de 0,9% e 4,9% em setembro) contribuindo com 0,7 p.p. e 1,9 p.p., pela mesma ordem, para a variação do índice agregado.

Emprego
O indice de emprego no setor da construção registou uma variação homóloga de 2,7% (2,2% em setembro). Comparativamente com o mês anterior, o índice de emprego assinalou uma taxa de crescimento de 0,4% (-0,1% em outubro de 2016).

Remunerações
Em outubro, o índice das remunerações efetivamente pagas apresentou uma taxa de variação homóloga de 4,1% (2,3% em setembro).
Quando comparado com o mês anterior, o índice das remunerações cresceu 0,9% (-0,9% no mesmo mês de 2016).

Índices de Produção Industrial – outubro de 2017

Produção Industrial manteve variação homóloga positiva

O índice de produção industrial registou uma variação homóloga de 3,5% em outubro (3,8% em setembro). A secção das *Indústrias Transformadoras* apresentou uma variação homóloga de 5,1% (3,5% no mês anterior).

Variação homóloga
O índice de produção industrial registou uma variação homóloga de 3,5%, inferior em 0,3 pontos percentuais (p.p.) à observada em setembro. O agrupamento de *Bens Intermédios* apresentou o contributo mais influente para a variação do índice agregado (1,7 p.p.), originado por uma variação homóloga de 5,2% (2,4% no mês anterior). O agrupamento de *Bens de Investimento* apresentou um contributo de intensidade semelhante (1,5 p.p.), em resultado de uma taxa de variação de 10,9% (7,3% em setembro). O agrupamento de *Energia* foi o único com contributo negativo para a variação do índice agregado (-0,7 p.p.), traduzindo a variação homóloga de -3,9% (4,9% no mês anterior).

Variação mensal
O índice de produção industrial registou uma variação mensal de -2,2% em outubro (-5,7% em setembro). O agrupamento de *Energia* apresentou um contributo determinante para a variação do índice total (-2,3 p.p.), originado pela variação mensal de -11,8% (-11,2% no mês anterior). Também o contributo do agrupamento de *Bens de Consumo* foi negativo (-0,4 p.p.), em resultado da taxa de variação de -1,3% (-1,1% em setembro). Os agrupamentos de *Bens Intermédios* e de *Bens de Investimento* apresentaram contributos de 0,3 p.p. e 0,2 p.p., respetivamente, resultantes de variações mensais de 0,8% e 1,7% (-4,9% e -9,3% no mês anterior, pela mesma ordem).

[4] Média móvel de 3 meses ajustada dos efeitos de calendário e da sazonalidade.

Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho – outubro de 2017

Vendas no Comércio a Retalho abrandaram

O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho[1] variou 1,8% em termos homólogos (4,4% em setembro). Os índices de emprego, de remunerações e de horas trabalhadas ajustadas de efeitos de calendário, apresentaram crescimentos de 3,8%, 2,9% e 1,5%, respetivamente (3,4%, 5,3% e 1,4% em setembro, pela mesma ordem).

Volume de Negócios

O índice de volume de negócios no comércio a retalho desacelerou 2,6 pontos percentuais (p.p.), face ao mês anterior, para uma variação homóloga de 1,8% em outubro, traduzindo sobretudo o forte abrandamento dos produtos não alimentares.

Com efeito, a evolução do índice total refletiu uma ligeira aceleração (0,1 p.p.) dos *Produtos Alimentares* e uma desaceleração significativa (4,7 p.p.) dos *Produtos não Alimentares*, tendo registado variações homólogas de 1,5% e 2,2% em outubro, pela mesma ordem.

Em termos nominais, o índice agregado aumentou 2,7% em outubro (5,3% no mês precedente). As variações dos índices dos agrupamentos *Produtos Alimentares* e *Produtos não Alimentares* situaram-se, respetivamente, em 3,3% e 2,3% (3,2% e 7,1% em setembro).

Comparando com mês anterior, o índice de volume de negócios no comércio a retalho diminuiu 2,3% (variação de 1,2% em setembro).

Emprego

O índice de emprego no comércio a retalho apresentou uma variação homóloga de 3,8% em outubro (3,4% no mês anterior).

A taxa de variação mensal do índice de emprego foi -0,2% em outubro (-0,7% no mesmo mês de 2016).

Remunerações

O índice de remunerações registou um crescimento homólogo de 2,9% (5,3% em setembro).

Relativamente ao mês anterior, as remunerações diminuíram 2,3% (variação nula em outubro de 2016).

Horas Trabalhadas

O índice de horas trabalhadas, ajustado de efeitos de calendário, aumentou 1,5% termos homólogos (1,4% no mês anterior).

Face a setembro, o mesmo índice variou 2,2% (2,1% em outubro de 2016).

Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas na Indústria – outubro de 2017

Volume de Negócios na Indústria acelerou

O Índice de Volume de Negócios na Indústria apresentou, em termos nominais, um crescimento homólogo de 11,4% (7,0% em setembro). Os índices relativos ao mercado nacional e ao mercado externo registaram aumentos, respetivamente, de 8,8% e 15,2% (6,5% e 7,6% no mês anterior, pela mesma ordem).

As variações homólogas dos índices do emprego, das remunerações e das horas trabalhadas situaram-se em 3,7%, 4,8% e 2,7% (3,4%, 5,7% e 3,0% em setembro), respetivamente.

VOLUME DE NEGÓCIOS

Total

Em termos nominais, o Índice de Volume de Negócios na Indústria registou um aumento homólogo de 11,4% em outubro, o que traduz uma aceleração de 4,4 pontos percentuais (p.p.) face ao resultado observado no mês anterior. Esta aceleração poderá refletir, em parte, efeitos de calendário, dado que em setembro e outubro de 2017 se registaram, respetivamente, menos um dia e mais um dia útil que nos mesmos meses de 2016. Os índices relativos ao mercado nacional e ao mercado externo apresentaram variações de 8,8% e 15,2% (6,5% e 7,6% em setembro), respetivamente. Todos os Grandes Agrupamentos Industriais apresentaram variações homólogas positivas. O agrupamento de *Bens Intermédios* apresentou o contributo mais influente para a variação do índice total, 4,5 p.p., em resultado de um crescimento de 13,6% (7,0% em setembro). Os agrupamentos de *Bens de Consumo* e de *Bens de Investimento* registaram aumentos de 11,9% e 19,5% em outubro (0,7% e 11,7% no mês anterior, pela mesma ordem), tendo contribuído respetivamente com 3,3 p.p e 2,8 p.p para a variação do índice agregado. O agrupamento de

Energia apresentou uma variação de 2,8% (11,9% em setembro). Comparativamente a setembro, as vendas na indústria aumentaram 1,0%, quando em outubro de 2016 tinham diminuído 3,0%.

Mercado Nacional
A variação homóloga do índice de vendas na indústria com destino ao mercado nacional situou-se em 8,8% (6,5% em setembro). O índice do agrupamento de *Bens Intermédios* registou um crescimento de 13,9% em outubro (7,3% no mês anterior), do qual resultou um contributo de 4,2 p.p. para a variação do índice deste mercado. Os agrupamentos de *Bens de Investimento* e de *Bens de Consumo* apresentaram aumentos de 23,4% e 5,4% (15,8% e 0,7% em setembro, pela mesma ordem), contribuindo em conjunto com 3,6 p.p para a variação do índice agregado. O índice de *Energia* aumentou 3,4% (8,6% no mês precedente). As vendas na indústria para o mercado nacional apresentaram uma variação mensal de 0,6% (-1,6% em outubro de 2016).

Mercado Externo
O índice de vendas na indústria com destino ao mercado externo acelerou 7,6 p.p., para um crescimento de 15,2% em outubro. O índice de *Bens de Consumo* cresceu 22,0% (diminuição de 1,2% no mês anterior), o que se traduziu no contributo mais expressivo (6,0 p.p.) para a variação do índice total. Os agrupamentos de *Bens Intermédios* e de *Bens de Investimento* também registaram crescimentos homólogos de, respetivamente, 13,3% e 17,3% (6,6% e 9,6% em setembro, pela mesma ordem) e contribuíram em conjunto com 9,2 p.p. para a variação deste mercado. O índice de *Energia* passou de um aumento de 30,7% em setembro para 0,5% em outubro. O índice de vendas na indústria para o mercado externo registou uma variação mensal de 1,7% (-5,0% em outubro de 2016).

VARIÁVEIS SOCIAIS
Em termos homólogos, o índice de emprego aumentou 3,7% em outubro, taxa superior em 0,3 p.p. à observada em setembro. Os índices de remunerações e de horas trabalhadas apresentaram aumentos homólogos de 4,8% e 2,7%, respetivamente (5,7% e 3,0% no mês anterior, pela mesma ordem). Face a setembro, os índices de emprego e de horas trabalhadas aumentaram, respetivamente, 0,1% e 2,3% (redução de 0,1% e aumento de 2,5% em outubro de 2016, pela mesma ordem). O índice de remunerações diminuiu 0,2% em outubro (aumento de 0,7% em igual mês do ano anterior).

Índice de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas nos Serviços – outubro de 2017

Volume de Negócios nos Serviços abrandou

O índice de volume de negócios nos serviços passou de um crescimento homólogo de 6,1% em setembro para 4,7% em outubro. Os índices de emprego e de remunerações brutas aumentaram ambos 4,0% (3,5% e 4,1% em setembro, respetivamente), enquanto o índice de horas trabalhadas ajustado de efeitos de calendário apresentou uma variação homóloga de 4,1% (3,4% no mês anterior).

Volume de Negócios
O índice de volume de negócios nos serviços registou uma taxa de variação homóloga de 4,7%, inferior em 1,4 pontos percentuais (p.p.) à observada em setembro, com todas as secções a apresentarem variações homólogas positivas. As secções que mais contribuíram para a variação do índice agregado foram a de *Transportes e armazenagem* (1,5 p.p.) e a de *Comércio por grosso; reparação de veículos automóveis e motociclos* (1,0 p.p.), em resultado de variações homólogas de 10,0% e 1,8% (11,4% e 3,9% em setembro, pela mesma ordem). A secção de *Alojamento, restauração e similares* apresentou a variação homóloga mais intensa em outubro (12,0%). Comparativamente com o mês anterior, o índice de volume de negócios nos serviços registou uma taxa de variação de 0,8 (-0,3% em setembro).

Emprego
O índice de emprego nos serviços apresentou uma variação homóloga de 4,0% em outubro (3,5% no mês anterior). A variação mensal do índice de emprego passou de 0,7% em setembro para -0,2% no mês seguinte. Nos mesmos meses de 2016, estas variações situaram-se, respetivamente, em 0,7% e -0,7%.

Remunerações
Em termos homólogos, o índice de remunerações efetivamente pagas teve uma taxa de variação de 4,0% em outubro, inferior em 0,1 p.p. à observada no mês precedente. Face ao mês anterior, o índice de remunerações nos serviços cresceu 1,1% (variação de 1,2% em outubro de 2016).

Horas Trabalhadas
O índice de volume de trabalho, medido pelo número de horas trabalhadas ajustado dos efeitos de calendário, apresentou um crescimento homólogo de 4,1% (3,4% em setembro). A variação mensal do índice de volume de trabalho foi 1,4% em outubro (0,7% em igual período do ano anterior).

Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA) – 2016

O Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA) é uma operação estatística realizada em todos os Estados-Membros da União Europeia (UE-28) e teve a sua terceira edição em 2016, na sequência das edições de 2007 e 2011. O carácter estrutural dos seus resultados e a sua relevância no contexto da definição de medidas de políticas públicas justificam o aprofundamento de uma análise temporal para a década 2007-2016.
Neste estudo privilegia-se uma análise comparativa de resultados entre 2007 e 2016 para o âmbito etário comum (população com idade dos 18 aos 64 anos), bem como com outros países da UE-28. O objetivo é perceber o percurso efetuado pela população adulta residente em Portugal e posicionar o país no contexto mais vasto da UE no que respeita à participação em educação e formação e ao conhecimento de línguas.
O que se alterou em dez anos em termos da participação da população adulta em educação e formação e que grupos populacionais mais contribuíram para as mudanças identificadas? Que alterações ocorreram no conhecimento de línguas estrangeiras? Que impactos têm a educação e formação na vida das pessoas, designadamente no seu rendimento? Quais os efeitos da escolaridade dos pais na trajetória de educação dos filhos? Estas são algumas das questões que orientam a análise dos resultados.

Inquérito às Práticas de Gestão -2016

Práticas de gestão contam para o desempenho económico das sociedades

O INE promoveu um inquérito inédito junto de uma amostra de empresas, constituídas sob a forma jurídica de sociedade, que permitiram obter perto de 4 mil respostas válidas para apurar informação sobre práticas e características de gestão em 2016. Alguns dos resultados apurados foram os seguintes:

- Em 61,0% das sociedades os gestores de topo possuíam grau de licenciatura ou superior. Esta percentagem atingia 82,9% nas grandes empresas e 43,7% nas micro empresas.
- Em cerca de 70% das sociedades, o gestor de topo exercia a função em exclusividade (60,6% nas micro empresas e 78,4% nas grandes empresas).
- A quase totalidade das sociedades referiu possuir objetivos para o seu desempenho, em geral por elas considerados moderadamente ambiciosos, e cerca de 43% declarou que possuía e monitorizava indicadores de desempenho com uma frequência mensal ou trimestral.
- Menos de metade (44,9%) das sociedades referiu ter atribuído prémios de desempenho às pessoas ao serviço pelo cumprimento dos objetivos definidos para a empresa.
- Em cerca de 51% das sociedades não houve lugar a qualquer promoção de pessoal ao serviço com funções de gestão. Essa percentagem diminuiu para 44,3% no caso do pessoal ao serviço sem funções de gestão.

Combinando a informação deste inquérito com informação reportada ao INE noutras operações estatísticas, os resultados apurados indiciam a existência de uma relação significativa entre a qualidade da gestão e o desempenho económico das empresas.

Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação – outubro 2017

Valor médio de avaliação bancária manteve tendência de crescimento

O valor médio de avaliação bancária para o total do País fixou-se em 1 141 euros por metro quadrado (euros/m^2) em outubro, 6 euros superior ao observado em setembro. Este valor representa um aumento de 0,5% em relação ao registado no mês precedente e 5,6% face ao mesmo mês do ano anterior.

Habitação
O valor médio de avaliação bancária, realizada no âmbito da concessão de crédito à habitação, atingiu em outubro o valor de 1 141 euros/m^2, mais 0,5% do que no mês anterior. A nível regional, as maiores subidas mensais registaram-se na *Região Autónoma da Madeira* (1,7%) e no *Algarve* (1,5%). A única descida verificou-se na *Região Autónoma dos Açores* (-0,5%). Em comparação com o período homólogo, o valor médio de avaliação registou um crescimento de 5,6% em outubro (5,5% em setembro). As variações mais significativas observaram-se na *Região Autónoma da Madeira* (7,1%), no *Centro* (7,0%) e no *Algarve* (6,8%). A *Região Autónoma dos Açores* foi aquela que apresentou o menor dos crescimentos (0,5%).

Apartamentos
O valor médio de avaliação bancária dos apartamentos situou-se em 1 192 euros/m^2, igual ao obtido no mês anterior. Em termos homólogos, o valor de avaliação bancária desta tipologia aumentou 6,0% (6,1% em setembro). O valor médio para a tipologia de apartamento *T2* situou-se em 1 199 euros/m^2, mais 3 euros que no mês anterior. Para os apartamentos *T3,* outra das tipologias mais frequentemente avaliadas, observou-se uma descida de 1 euro, tendo o valor médio diminuído para os 1 120 euros/m^2.

Moradias
Em outubro, o valor médio de avaliação bancária das moradias fixou-se em 1 062 euros/m^2, valor superior em 11 euros ao observado no mês anterior. Em termos homólogos, o valor médio de avaliação das moradias aumentou 5,1% (5,0% no mês precedente). Quando comparado com setembro, as moradias de tipologia *T3* aumentaram 8 euros em outubro, para 1 042 euros/m^2, enquanto a tipologia *T4* apresentou um aumento de 17 euros para os 1 072 euros/m^2.

Análise por Regiões NUTS III
Em outubro, o *Algarve*, a *Área Metropolitana de Lisboa*, a *Região Autónoma da Madeira* e o *Alentejo Litoral* apresentaram valores de avaliação superiores à média nacional. Os valores no *Algarve* e na *Área Metropolitana de Lisboa* foram, respetivamente, 27% e 21% superiores ao registado para a totalidade do País. As regiões *Terras de Trás-os-Montes e Alto Alentejo* foram aquelas que apresentaram o valor mais

Inquéritos Mensais de Conjuntura - "Indústria Transformadora", Construção e Obras Públicas", "Comércio" e "Serviços Prestados às Empresas" - Inquérito Mensal de Conjuntura aos Consumidores – novembro de 2017

O indicador de confiança dos Consumidores aumentou em outubro e novembro, após ter interrompido nos dois meses anteriores a trajetória positiva observada desde o início de 2013.
O indicador de clima económico estabilizou nos últimos três meses, depois de ter diminuído em agosto. Em novembro, os indicadores de confiança aumentaram na Indústria Transformadora, nos Serviços e no Comércio, tendo diminuído na Construção e Obras Públicas.
A evolução do indicador de confiança dos Consumidores em novembro resultou do contributo positivo das expectativas relativas à evolução da poupança e da situação financeira do agregado familiar, uma vez que as perspetivas sobre a evolução do desemprego registaram um contributo nulo e as relativas à evolução da situação económica do país contribuíram negativamente. Sem a utilização de médias móveis de três meses, o indicador de confiança diminuiu no último mês, com o contributo negativo de todas as componentes.

O indicador de confiança da Indústria Transformadora aumentou entre setembro e novembro, após ter diminuído nos dois meses anteriores, retomando o perfil ascendente iniciado em junho de 2016. No mês de referência, as perspetivas de produção contribuíram positivamente para o comportamento do indicador, enquanto as apreciações sobre a procura global e as opiniões relativas à evolução dos *stocks* de produtos acabados apresentaram um contributo negativo. O indicador de confiança da Construção e Obras Públicas diminuiu nos últimos dois meses, após ter atingindo em setembro o valor máximo desde julho de 2002. A evolução do indicador em novembro refletiu o contributo negativo das perspetivas de emprego, uma vez que o saldo das opiniões sobre a carteira de encomendas estabilizou. O indicador de confiança do Comércio aumentou em novembro, após ter estabilizado no mês anterior, verificando-se um contributo positivo das perspetivas de atividade e das opiniões sobre o volume de vendas e um contributo negativo das opiniões sobre o volume de *stocks*. O indicador de confiança dos Serviços aumentou no mês de referência, após ter diminuído em outubro, refletindo o contributo positivo das apreciações e perspetivas sobre a evolução da carteira de encomendas, uma vez que as opiniões sobre a atividade da empresa contribuíram negativamente.

Síntese Económica de Conjuntura – outubro de 2017

Na Área Euro (AE), a variação homóloga do PIB, em termos reais, situou-se em 2,5% no 3º trimestre de 2017 (2,3% no 2º trimestre). Em outubro, o indicador de confiança dos consumidores e o indicador de sentimento económico aumentaram na Área Euro (AE). Os preços das matérias-primas e do petróleo apresentaram variações em cadeia de 0,5% e 3,8%, respetivamente (1,7% e 7,6% em setembro).
Em Portugal, de acordo com a estimativa rápida, o PIB registou uma variação homóloga em volume de 2,5% no 3º trimestre de 2017, após uma variação de 3,0% no trimestre anterior, enquanto a variação em

cadeia foi 0,5% (0,3% no trimestre precedente). O indicador de atividade económica, disponível até setembro, e o de clima económico, disponível até outubro, estabilizaram. O indicador quantitativo do consumo privado acelerou em setembro, refletindo o contributo positivo mais expressivo da componente de consumo duradouro. O indicador de FBCF abrandou em setembro, dando continuidade à desaceleração dos três meses precedentes. A evolução observada no último mês deveu-se ao contributo positivo menos acentuado da componente máquinas e equipamentos. Em termos nominais, as exportações e importações de bens apresentaram variações homólogas de 7,6% e 10,9% em setembro, respetivamente (7,8% e 10,6% em agosto).
Em setembro, na perspetiva da produção, verificou-se uma desaceleração do índice de volume de negócios dos serviços e do índice de produção da indústria enquanto o índice de produção da construção e o índice de volume de negócios da indústria estabilizaram.
De acordo com o Inquérito ao Emprego, a taxa de desemprego fixou-se em 8,5% no 3º trimestre de 2017, inferior em 0,3 p.p. à taxa registada no trimestre anterior e significativamente mais baixa que a verificada no mesmo trimestre de 2016 (10,5%). O emprego total apresentou um crescimento homólogo de 3,0%, menos intenso que o registado no trimestre anterior (variação de 3,4%) e a população ativa aumentou 0,7% (1,2% no trimestre precedente).
O Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou uma variação homóloga de 1,4% em outubro (idêntica à verificada em setembro), observando-se uma taxa de variação de 0,6% na componente de bens e de 2,5% na de serviços, iguais às registadas no mês precedente.

Taxas de Juro Implícitas no Crédito à Habitação – outubro de 2017

Taxa de juro e prestação média vencida subiram

A taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito à habitação fixou-se nos 1,016% em outubro, valor superior em 0,7 pontos base (p.b.) ao observado em setembro (1,009%). A prestação média vencida aumentou 1 euro em relação ao mês anterior, atingindo os 240 euros.

Taxas de Juro implícitas no Crédito à Habitação por Destino e Período de Celebração dos Contratos
Para o destino de financiamento *Aquisição de Habitação*, o mais relevante no conjunto do crédito à habitação, a taxa de juro implícita para o total dos contratos foi 1,038%, valor 0,7 p.b. superior ao observado no mês anterior (1,031%). Nos contratos celebrados nos últimos três meses, a taxa de juro implícita subiu 0,9 p.b., passando de 1,677% em setembro para 1,686% em outubro. Nos contratos celebrados nos últimos 3 meses, a taxa de juro para aquisição de habitação passou de 1,668% em setembro para 1,681% no mês seguinte.

Prestação Média Vencida e Respetivas Componentes no Crédito à Habitação
O valor médio da prestação vencida para o conjunto dos contratos subiu 1 euro para os 240 euros. Nos contratos celebrados nos últimos 3 meses, o valor médio da prestação fixou-se nos 326 euros em outubro (323 euros no mês precedente).

Capital Médio em Dívida
O capital médio em dívida para a totalidade dos contratos aumentou face ao mês anterior 50 euros, atingindo o valor de 51 571 euros. Para os contratos celebrados nos últimos 3 meses, o montante médio do capital em dívida subiu de 94 003 euros (observados em setembro) para os 95 520 euros.

Turismo Internacional – 2016

O INE divulga os principais resultados do Inquérito ao Turismo Internacional (ITI) realizado em 2016, cuja recolha de informação decorreu nas principais fronteiras aéreas, rodoviárias e marítimas. A realização deste inquérito beneficiou da colaboração e assistência financeira do Turismo de Portugal, I.P..
O ITI recolheu informação sobre a procura turística, com entrevistas aos visitantes e reporte de acordo com a sua perspetiva e auto avaliação.
Os resultados obtidos permitem uma visão mais detalhada dos fluxos turísticos que a proporcionada pela informação de elevada frequência difundida pelo INE sobre oferta e ocupação de alojamento turístico.
A inquirição em continuidade de turistas e excursionistas em viagem permite a obtenção de dados detalhados e com toda a atualidade na memória dos respondentes, in loco, constituindo uma complemento relevante à recolha de informação assente em períodos retroativos limitados.
Os resultados do ITI são ainda um importante contributo para a contabilidade nacional e em particular para a atualização da Conta Satélite de Turismo, permitindo a determinação do contributo do Turismo para a economia nacional.

1. Entradas em Portugal de não residentes

Visitantes geraram 28,3 milhões de entradas, das quais 18,2 milhões relativas a turistas
Estima-se que as entradas de turistas (não residentes) em Portugal tenham totalizado 18,2 milhões em 2016. A este número acrescem 10,1 milhões de entradas de excursionistas (visitantes sem dormida), resultando num total de 28,3 milhões de entradas de visitantes em 2016.
As fronteiras aéreas foram a via para 47,6% das entradas de visitantes (turistas e excursionistas). Essa proporção aumenta para 73,1% das entradas de turistas e é quase inexpressiva (1,6%) nas entradas de excursionistas. Por estrada ocorreram 26,8% das entradas de turistas e 88,8% das de excursionistas. A via marítima (navios de cruzeiro) proporcionou cerca de 1 milhão de entradas de excursionistas (9,7% do total).

Espanha, Reino Unido e França concentraram 2/3 das entradas de visitantes
Das entradas de visitantes a Portugal, mais de 2/3 (68,4%) corresponderam a residentes em Espanha (42,9%), Reino Unido (14,3%) e França (11,3%).

Entradas de turistas principalmente dos mercados emissores tradicionais mas também com ligações familiares
Entre as chegadas de turistas, destacaram-se 4,7 milhões com residência em Espanha (25,6% do total), 3,1 milhões no Reino Unido (17,2%), 2,7 milhões em França (14,7%) e 1,6 milhões na Alemanha (8,5%). São ainda de realçar as entradas de turistas provenientes da Suíça (4,0%) e dos Países Baixos (3,8%). A Bélgica, a Itália e os Países Nórdicos evidenciaram números aproximados como mercados emissores, com pesos relativos entre 2,6% e 2,7%.
No caso das entradas apenas por via aérea, a quota dos residentes no Reino Unido subiu para 23,1% do total, seguindo-se França (16,4%) e Alemanha (11,2%).
As entradas de turistas residentes em Espanha concentraram-se no transporte rodoviário (85,8% do total), tendo esta via sido a escolhida no caso de 18,5% das entradas dos turistas vindos de França e 13,8% da Suíça.
A ascendência portuguesa foi uma característica identificada em 23,4% das entradas de turistas a Portugal, atingindo expressão acentuada no caso da Suíça (69,2%), de França (44,6%), do Brasil (34,5%) e do resto do mundo (40,8%). Esta característica pouco pesou nas entradas de turistas da Irlanda (5,2%) e da Itália (6,3%), entre outros.

Parte muito significativa das entradas de turistas em Portugal foram para revisitar
Das entradas de turistas em Portugal, 71,3% ocorreram em repetição face a ocasiões anteriores. A incidência da repetição foi particularmente notória nos casos da Suíça (85,3%), Espanha (82,5%) e Irlanda (80,1%).
No subconjunto de entradas de turistas sem ascendência portuguesa (76,6%), o turismo para revisitar Portugal ocorreu em 63,9% das entradas de turistas, e ascendeu a 80,6% no caso da Espanha, 79,3% no da Irlanda e 73,0% no do Reino Unido.
A opção pela vinda a Portugal foi uma 1ª escolha em 16,1 milhões de entradas de turistas (88,2% do total), preferência que subiu para 92,8%, 91,3% e 91,2%, respetivamente, quando a residência se situava na Irlanda, Suíça e Reino Unido.
Entre as chegadas de turistas sem ascendência portuguesa (14,0 milhões), verificou-se que Portugal foi a 1ª escolha para 12,2 milhões (87,4%), com realce, de novo, para a Irlanda e o Reino Unido (92,7% e 91,2%), e também para Espanha (88,9%).
As entradas de turistas em Portugal evidenciaram uma repartição principalmente entre os escalões etários 25-44 anos (36,5% do total) e 45-64 anos (33,9%). No escalão até 24 anos essa proporção foi 19,8%, enquanto o escalão de 65 ou mais anos representou 9,8%. O último escalão foi mais expressivo nas entradas de turistas residentes nos EUA (16,5%), Países Nórdicos (16,1%) e Brasil (15,4%).

Lazer motivou 12,8 milhões de entradas de turistas
Verificou-se que 70,3% das entradas de turistas não residentes foram motivados por lazer, recreio ou férias (12,8 milhões), enquanto 19,9% tiveram por objetivo principal a visita a familiares e amigos (3,6 milhões), tendo os motivos profissionais resultado em 7,7% das entradas dos turistas (1,4 milhões).
As entradas de turistas em território nacional ocorreram principalmente por via aérea (73,1%), a qual foi predominante qualquer que fosse a motivação para viajar, atingindo 80,8% nas entradas para visita a familiares e amigos.

Lisboa e Algarve foram as regiões mais visitadas

Entre as várias regiões, a AM Lisboa e o Algarve foram as preferidas (em termos de maiores estadias), respetivamente, em 31,1% e 26,3% das entradas de turistas. A preferência pelo Algarve subiu para 60,9% e 79,9% nos turistas com residência no Reino Unido e na Irlanda, respetivamente. A AM Lisboa foi especialmente atrativa no caso da Itália (a região principal de 63,4% das entradas) e do Brasil (58,2%).
O Norte foi a principal região para 35,9% das entradas de turistas da Suíça e de 32,3% de França. Ainda sobre as entradas de turistas da Suíça, o Centro destacou-se como principal para 23,6% das entradas de turistas.
Nas entradas em Portugal de turistas da Alemanha e dos Países Nórdicos, a RA Madeira foi a principal região em 14,5% e 14,4% dos casos, respetivamente.

Turistas em grupos de 2,55 pessoas, em média

As entradas de turistas estavam organizadas em grupos de viagem/famílias com uma dimensão média de 2,55 pessoas. Este valor foi apenas 1,99 nas entradas de turistas a Portugal com posterior embarque em cruzeiros, 2,35 por via aérea e 3,11 nas viagens por estrada.

Alojamento privado gratuito e residências secundárias foram a opção principal

As entradas de turistas não residentes em 2016 resultaram num total de 114,4 milhões de dormidas em Portugal. Destacou-se a elevada expressão do alojamento privado gratuito e das residências secundárias, que abrangeu 49,4% das dormidas, sendo ainda de referir o peso de 36,0% do conjunto dos meios de alojamento turístico.

Turistas avaliaram viagem a Portugal em 8,81 (em 10)

Tendo em conta os principais países de residência dos turistas, verificou-se que a avaliação efetuada à viagem e estadia em Portugal se situou sempre acima de 8,5, com a classificação menor por parte dos residentes nos Países Baixos (8,52) e França (8,65). Entre os principais, três países (de residência) corresponderam a avaliações superiores a 9: EUA (9,01), Reino Unido (9,02) e Brasil (9,25).
Quando os motivos para viajar eram profissionais, a avaliação foi 8,53, enquanto as viagens por lazer e para visitas a familiares/amigos resultaram numa avaliação de 8,82 e 8,89, respetivamente.

Gastos turísticos

O gasto médio diário per capita dos turistas entrados situou-se em 95,7 euros, com um valor mais elevado na fronteira aérea (102,5 euros) e substancialmente menor nas viagens por estrada (61,4 euros). Os turistas do Brasil e dos EUA evidenciaram um gasto médio diário per capita de 166,3 euros e 146,1 euros, em contraste com os valores registados nos principais mercados europeus. São de assinalar os valores da Irlanda (115,0 euros), Países Nórdicos (111,9 euros), Itália (108,5 euros) e Reino Unido (107,2 euros). No caso de Espanha, o valor situou-se em 89,0 euros, e, relativamente aos países com elevada incidência de entradas de turistas com ascendência portuguesa, França e Suíça, os gastos médios diários per capita foram de apenas 64,2 euros e 78,4 euros (com valores mais elevados na via área e substancialmente inferiores nas entradas por estrada).
Estima-se que os turistas não residentes entrados em Portugal gastaram, na globalidade, 15,3 mil milhões de euros em despesas associadas à viagem, em 2016. Os maiores contributos vieram dos residentes no Reino Unido (19,8%), de França (12,2%), de Espanha (10,0%), Alemanha (9,8%) e Brasil (8,8%).
As entradas de turistas por lazer geraram 74,4% dos gastos turísticos totais, tendo correspondido 17,9% do valor total às viagens para visita a familiares ou amigos.
Os transportes internacionais representaram 23,3% dos gastos totais dos turistas não residentes. Com pesos aproximados entre si, seguiram-se as despesas em restaurantes/bares/discotecas (18,2%), os pacotes turísticos (17,8%) e o alojamento (17,3%).

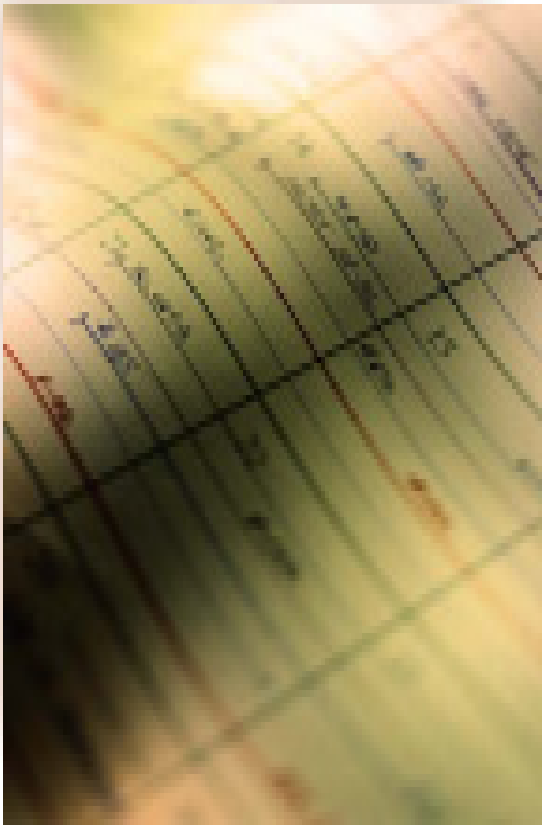
Entradas de excursionistas

Das entradas de excursionistas não residentes (10,1 milhões), 74,0% corresponderam a visitantes residentes em Espanha, 9,0% do Reino Unido e 5,2% de França, verificando-se que estes três países abrangeram 88,3% do movimento total.
Note-se que o país de residência não é necessariamente coincidente com o país de início/fim da deslocação a Portugal.
Verificou-se que 88,8% das entradas de excursionistas ocorreram por via rodoviária, incidência naturalmente ainda mais expressiva no caso dos residentes em Espanha (99,0%).
As entradas de excursionistas (não residentes) ocorreram em grupos com dimensão média de 2,34.
O gasto médio diário per capita dos excursionistas entrados foi estimado em 46,4 euros, com grande amplitude de valores consoante o tipo de fronteira, tendo sido 34,0 euros no caso da rodovia, 99,7 euros por via marítima e 387,6 euros no transporte aéreo.

Salienta-se que os valores apurados consideraram apenas os excursionistas com concretização de algum tipo de despesa no âmbito da deslocação em excursionismo.
Os gastos totais correspondentes às entradas de excursionistas (não residentes) ascenderam a 441,6 milhões de euros em 2016. Os principais mercados no contributo para os gastos em excursionismo foram Espanha (53,3%), Reino Unido (9,9%) e EUA (7,4%).
As entradas de excursionistas em lazer geraram 79,9% do montante total de gastos em excursionismo (entradas), tendo correspondido 8,7% a motivações profissionais e 9,0% aos "outros motivos".
Os gastos no âmbito das entradas em excursionismo foram principalmente direcionados para restaurantes/bares/discotecas (24,4% do total), transportes internacionais (23,6%) e artigos pessoais e para o lar (19,4%).

2. Saídas de Portugal de residentes

De acordo com os resultados apurados pelo Inquérito ao Turismo Internacional, os movimentos de saída de residentes para o estrangeiro totalizaram 13,8 milhões em 2016. Deste total, a maior parte (8,5 milhões) correspondeu a excursionismo, essencialmente por via rodoviária.
Os movimentos de saída de Portugal por parte de residentes (turistas e excursionistas) concentraram-se principalmente nas vias rodoviárias (78,8% do total de saídas).
Do total de saídas dos turistas (residentes), 48,0% foram despoletadas por razões de lazer, enquanto os assuntos profissionais contribuíram em 26,1%. As visitas a familiares ou amigos corresponderam a 23,8% dos movimentos de saídas de turistas para o estrangeiro. As saídas de turistas por razões profissionais foram notoriamente mais expressivas entre os residentes do sexo masculino.
Espanha foi o principal destino das saídas de turistas, concentrando 41,2% dos movimentos turísticos. São também de realçar outros destinos europeus como França (15,3% das saídas de turistas), Reino Unido (6,2%), Alemanha (4,1%) e a Suíça (3,8%).
A opção pelo modo rodoviário foi naturalmente expressiva quando Espanha era o destino (90,5% das saídas de turistas), perdendo substancialmente relevância nos demais destinos mas ainda assim com peso de assinalar para os destinos França (30,9%) e Luxemburgo (28,7%).
Nas saídas de residentes para o estrangeiro, os gastos totais inerentes a essas deslocações repartiram-se entre 91,7% relativamente a turistas e 8,3% de excursionistas.
Especificamente no que respeita a saídas de turistas, as que se realizaram por via aérea geraram 74,1% dos gastos, tendo o remanescente (25,9%) correspondido à fronteira rodoviária.
As saídas de turistas por motivo de lazer concentraram a maioria dos gastos: 53,6%.
Nas saídas de turistas, os gastos concentraram-se principalmente nos destinos Espanha (20,7%), França (11,8%), Ásia e Oceania (9,5%), Brasil (8,3%) e EUA (7,2%).
A rubrica de transportes internacionais representou 20,3% do gasto total dos turistas, e, com peso aproximado, o alojamento abrangeu 19,0% dos gastos. Para restaurantes/bares/discotecas destinou-se 16,6% dos gastos em turismo.



2. Contas Nacionais

2.1 - Contas nacionais trimestrais (Rv)

Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
PIB a preços de mercado na ótica da despesa - Dados Encadeados em Volume (Ano de referência=2011)

Unid:10^6 Euros

	Valores Trimestrais							
	3ºTrim.17	2ºTrim.17	1ºTrim.17	4ºTrim.16	3ºTrim.16	2ºTrim.16	1ºTrim.16	4ºTrim.15
Despesas de consumo final das famílias residentes	28 710,0	28 320,2	28 470,0	28 257,0	27 991,4	27 776,0	27 802,0	27 430,5
Despesas de consumo final das ISFLSF	977,1	969,7	966,1	962,9	962,0	961,3	960,8	958,1
Despesas de consumo final das administrações públicas	8 394,4	8 396,8	8 397,0	8 391,3	8 381,4	8 447,1	8 423,3	8 389,7
Formação bruta de capital	7 828,0	7 904,0	7 509,1	7 434,7	7 143,6	7 177,5	6 955,1	6 991,7
Exportações de bens (FOB) e serviços	20 650,5	20 484,7	20 538,7	19 973,3	19 344,0	18 984,5	18 728,0	18 836,4
Importações de bens (FOB) e serviços	21 837,6	21 565,3	21 525,3	21 043,1	20 195,3	20 135,1	19 735,7	19 608,2
PIB a preços de mercado (1)	44 827,7	44 621,5	44 470,9	44 073,0	43 729,9	43 319,5	43 245,7	43 111,8

Taxas de variação
PIB a preços de mercado na ótica da despesa - Dados Encadeados em Volume (Ano de referência=2011)

Unid:(%)

	Valores Trimestrais							
	3ºTrim.17	2ºTrim.17	1ºTrim.17	4ºTrim.16	3ºTrim.16	2ºTrim.16	1ºTrim.16	4ºTrim.15
Despesas de consumo final das famílias residentes	2,6	2,0	2,4	3,0	2,0	1,1	2,2	1,5
Despesas de consumo final das ISFLSF	1,6	0,9	0,5	0,5	1,0	2,5	4,7	6,9
Despesas de consumo final das administrações públicas	0,2	-0,6	-0,3	0,0	0,2	0,7	1,6	1,7
Formação bruta de capital	9,6	10,1	8,0	6,3	0,1	-0,8	-1,9	6,5
Exportações de bens (FOB) e serviços	6,8	7,9	9,7	6,0	4,9	1,7	3,6	3,9
Importações de bens (FOB) e serviços	8,1	7,1	9,1	7,3	3,7	1,3	4,2	6,0
PIB a preços de mercado (1)	2,5	3,0	2,8	2,2	1,8	1,0	1,2	1,6

Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
PIB a preços de mercado na ótica da despesa - Dados em Valor (Preços correntes)

Unid:10^6 Euros

	Valores Trimestrais							
	3ºTrim.17	2ºTrim.17	1ºTrim.17	4ºTrim.16	3ºTrim.16	2ºTrim.16	1ºTrim.16	4ºTrim.15
Despesas de consumo final das famílias residentes	30 561,1	30 089,6	30 162,9	29 828,6	29 519,2	29 176,2	29 042,0	28 674,9
Despesas de consumo final das ISFLSF	971,9	964,3	957,8	951,2	944,8	939,0	933,9	929,0
Despesas de consumo final das administrações públicas	8 477,5	8 417,7	8 360,2	8 417,7	8 359,9	8 313,5	8 272,1	8 227,0
Formação bruta de capital	7 803,1	8 041,4	7 636,7	7 465,7	7 049,3	7 233,7	7 005,8	7 045,6
Exportações de bens (FOB) e serviços	20 532,8	20 336,3	20 224,0	19 440,9	18 576,1	18 068,9	17 872,5	18 356,5
Importações de bens (FOB) e serviços	20 117,2	19 907,4	19 888,5	19 184,4	18 030,6	17 760,8	17 255,4	17 814,8
PIB a preços de mercado	48 229,1	47 941,9	47 453,0	46 919,6	46 418,5	45 970,4	45 871,0	45 418,1

Taxas de variação
PIB a preços de mercado na ótica da despesa - Dados em Valor (Preços correntes)

Unid:(%)

	Valores Trimestrais							
	3ºTrim.17	2ºTrim.17	1ºTrim.17	4ºTrim.16	3ºTrim.16	2ºTrim.16	1ºTrim.16	4ºTrim.15
Despesas de consumo final das famílias residentes	3,5	3,1	3,9	4,0	3,0	2,1	3,2	2,7
Despesas de consumo final das ISFLSF	2,9	2,7	2,6	2,4	2,4	2,8	3,3	4,1
Despesas de consumo final das administrações públicas	1,4	1,3	1,1	2,3	2,2	1,8	3,3	4,1
Formação bruta de capital	10,7	11,2	9,0	6,0	-0,1	-0,9	-0,5	7,4
Exportações de bens (FOB) e serviços	10,5	12,5	13,2	5,9	2,0	-1,7	1,0	2,7
Importações de bens (FOB) e serviços	11,6	12,1	15,3	7,7	0,8	-4,1	-0,7	1,0
PIB a preços de mercado	3,9	4,3	3,4	3,3	2,8	2,6	3,2	4,3

NOTAS: ISFLSF - Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias
- Os dados encontram-se ajustados de efeitos de calendário e de sazonalidade.
(1) - Inclui discrepância da não aditividade dos dados encadeados em volume.

2.2 - Contas nacionais trimestrais (Rv)

Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
PIB a preços de mercado na ótica da produção - VAB por ramo de atividade, A8 - Dados Encadeados em Volume (Ano de referência=2011)

Unid:10^6 Euros

	Valores Trimestrais							
	3ºTrim.17	2ºTrim.17	1ºTrim.17	4ºTrim.16	3ºTrim.16	2ºTrim.16	1ºTrim.16	4ºTrim.15
Agricultura, silvicultura e pesca	765,5	766,7	767,5	767,1	774,9	789,8	811,2	838,1
Indústria	5 597,0	5 459,2	5 473,0	5 452,3	5 379,7	5 242,7	5 257,0	5 327,3
Energia, água e saneamento	1 185,9	1 177,9	1 190,6	1 227,2	1 223,7	1 196,7	1 216,7	1 215,7
Construção	1 562,7	1 600,3	1 624,1	1 540,8	1 472,4	1 485,9	1 513,9	1 514,9
Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração	8 467,2	8 434,9	8 343,0	8 264,4	8 162,0	8 095,6	8 060,3	7 928,6
Transportes e armazenagem; atividades de informação e com	3 195,0	3 088,1	3 077,2	3 156,9	3 073,8	2 985,5	2 990,2	3 034,6
Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias	6 159,5	6 138,5	6 120,3	6 100,3	6 121,4	6 098,3	6 080,1	6 112,0
Outras atividades de serviços	12 145,4	12 259,9	12 296,9	12 092,3	12 058,1	12 183,4	12 068,6	12 015,3
VAB a preços de base (1)	39 078,3	38 925,5	38 892,7	38 601,4	38 265,9	38 077,8	37 998,0	37 986,5
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	5 693,4	5 638,2	5 557,6	5 458,9	5 367,5	5 334,9	5 261,0	5 205,2

Taxas de variação
PIB a preços de mercado na ótica da produção - VAB por ramo de atividade, A8 - Dados Encadeados em Volume (Ano de referência=2011)

Unid:(%)

	Valores Trimestrais							
	3ºTrim.17	2ºTrim.17	1ºTrim.17	4ºTrim.16	3ºTrim.16	2ºTrim.16	1ºTrim.16	4ºTrim.15
Agricultura, silvicultura e pesca	-1,2	-2,9	-5,4	-8,5	-9,2	-7,7	-4,0	2,2
Indústria	4,0	4,1	4,1	2,3	0,8	-0,3	1,3	3,1
Energia, água e saneamento	-3,1	-1,6	-2,1	0,9	0,0	-0,6	0,2	1,1
Construção	6,1	7,7	7,3	1,7	-2,0	-2,9	-3,5	1,4
Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração	3,7	4,2	3,5	4,2	3,4	2,9	3,2	2,2
Transportes e armazenagem; atividades de informação e com	3,9	3,4	2,9	4,0	1,5	-1,3	-0,8	-0,3
Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias	0,6	0,7	0,7	-0,2	-0,3	-1,3	-1,1	0,6
Outras atividades de serviços	0,7	0,6	1,9	0,6	1,6	2,5	2,4	2,8
VAB a preços de base (1)	2,1	2,2	2,4	1,6	1,1	0,7	1,1	2,0
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	6,1	5,7	5,6	4,9	4,8	4,0	4,6	3,2

Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
PIB a preços de mercado na ótica da produção - VAB por ramo de atividade, A8 - Dados em Valor (Preços correntes)

Unid:10^6 Euros

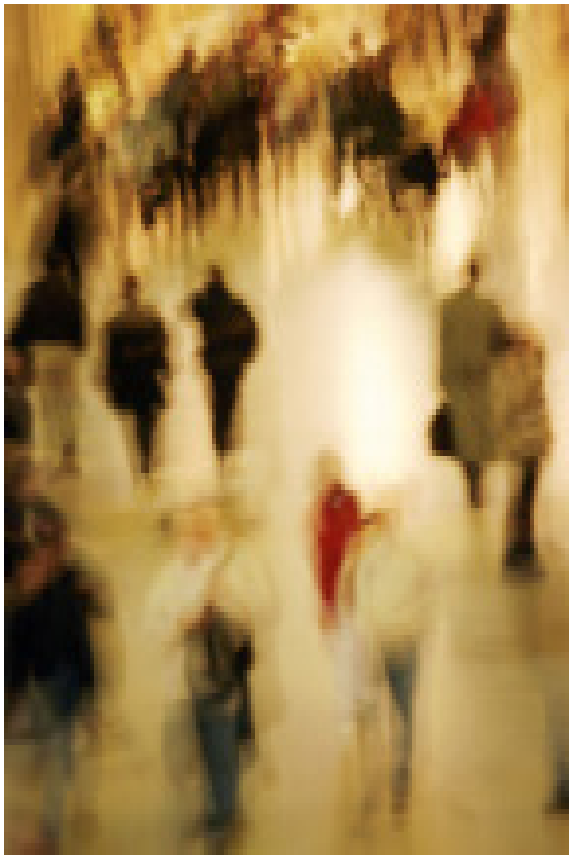
	Valores Trimestrais							
	3ºTrim.17	2ºTrim.17	1ºTrim.17	4ºTrim.16	3ºTrim.16	2ºTrim.16	1ºTrim.16	4ºTrim.15
Agricultura, silvicultura e pesca	862,1	863,4	864,8	865,8	871,9	882,6	898,5	918,9
Indústria	6 043,3	6 002,9	5 901,3	5 888,2	5 746,4	5 655,4	5 596,8	5 738,1
Energia, água e saneamento	1 565,4	1 589,1	1 552,5	1 681,1	1 659,4	1 631,0	1 606,6	1 627,4
Construção	1 669,4	1 690,9	1 718,1	1 607,9	1 557,1	1 554,0	1 579,4	1 564,2
Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração	8 651,2	8 524,5	8 334,1	8 328,3	8 227,7	8 048,8	7 911,0	7 850,9
Transportes e armazenagem; atividades de informação e com	3 329,0	3 362,6	3 245,2	3 309,8	3 296,5	3 244,7	3 406,5	3 342,2
Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias	7 133,7	7 119,5	7 184,1	7 000,3	6 980,5	6 965,8	6 987,7	6 839,3
Outras atividades de serviços	12 380,2	12 403,8	12 309,4	12 135,5	11 948,5	12 035,9	11 896,7	11 829,5
VAB a preços de base (1)	41 634,2	41 556,6	41 109,5	40 816,7	40 288,0	40 018,2	39 883,1	39 710,4
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	6 651,2	6 409,0	6 367,9	6 053,0	6 084,3	6 091,5	6 052,8	5 734,5

Taxas de variação
PIB a preços de mercado na ótica da produção - VAB por ramo de atividade, A8 - Dados em Valor (Preços correntes)

Unid:(%)

	Valores Trimestrais							
	3ºTrim.17	2ºTrim.17	1ºTrim.17	4ºTrim.16	3ºTrim.16	2ºTrim.16	1ºTrim.16	4ºTrim.15
Agricultura, silvicultura e pesca	-1,1	-2,2	-3,7	-5,8	-6,0	-4,7	-1,6	3,3
Indústria	5,2	6,1	5,4	2,6	2,4	0,8	3,7	8,1
Energia, água e saneamento	-5,7	-2,6	-3,4	3,3	1,6	2,9	3,9	11,0
Construção	7,2	8,8	8,8	2,8	-1,4	-2,6	-3,2	2,2
Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração	5,1	5,9	5,3	6,1	5,4	3,1	3,2	3,4
Transportes e armazenagem; atividades de informação e com	1,0	3,6	-4,7	-1,0	1,5	4,4	3,8	5,4
Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias	2,2	2,2	2,8	2,4	2,1	1,1	1,1	2,8
Outras atividades de serviços	3,6	3,1	3,5	2,6	2,8	3,9	4,3	5,0
VAB a preços de base (1)	3,3	3,8	3,1	2,8	2,6	2,3	2,9	4,8
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	9,3	5,2	5,2	5,6	4,4	5,4	7,5	2,6

NOTAS: - Os dados encontram-se ajustados de efeitos de calendário e de sazonalidade.
(1) - VAB a preços de base (não inclui os Impostos Líquidos de Subsídios sobre os Produtos)



3. População e Condições Sociais

3.1 - Movimento da população

		(n.º)					(n.º)	Variação (%)	
		Setembro 17 (Pe)	Agosto 17 (Pe)	Julho 17 (Pe)	Junho 17 (Pe)	Maio 17 (Pe)	Acumulado Jan. set.	Homóloga	Homóloga Acumulada
Nascimentos									
Nados-vivos									
Total (a)	HM (b)	7 537	7 310	7 515	6 925	7 253	63 783	-6,6	-2,9
	H	3 837	3 731	3 834	3 563	3 619	32 699	-7,7	-3,2
	M	3 700	3 579	3 681	3 362	3 634	31 084	-5,5	-2,5
Portugal	H	3 817	3 715	3 822	3 546	3 604	32 578	-8,0	-3,3
	M	3 678	3 561	3 662	3 349	3 619	30 961	-5,8	-2,5
Continente	H	3 627	3 529	3 640	3 386	3 436	30 999	-8,4	-3,3
	M	3 493	3 376	3 488	3 179	3 452	29 470	-6,0	-2,8
Óbitos									
Óbitos gerais									
Total (c)	HM (b)	7 767	8 007	7 971	8 211	8 486	81 387	-1,0	-0,1
	H	4 032	4 014	4 062	4 098	4 269	40 632	-0,2	-1,0
	M	3 735	3 993	3 909	4 113	4 217	40 755	-1,9	0,7
Portugal	H	4 006	3 981	4 037	4 078	4 228	40 392	-0,2	-1,1
	M	3 726	3 981	3 894	4 099	4 206	40 658	-1,8	0,7
Continente	H	3 830	3 789	3 870	3 887	4 031	38 591	0,4	-0,8
	M	3 537	3 771	3 710	3 906	4 008	38 857	-2,4	0,8
Óbitos de menos de 1 ano									
Total (d)	HM	15	17	19	15	14	171	-31,8	-17,8
	H	9	8	8	9	6	96	-18,2	-25,0
	M	6	9	11	6	8	75	-45,5	-6,3
Portugal	H	9	7	8	9	6	94	-18,2	-26,6
	M	6	9	11	6	8	73	-40,0	-7,6
Continente	H	6	7	8	9	6	89	-45,5	-28,2
	M	6	6	11	6	8	66	-33,3	-13,2
Saldo natural									
Portugal	H	- 189	- 266	- 215	- 532	- 624	-7 814	-240,0	-9,3
	M	- 48	- 420	- 232	- 750	- 587	-9 697	-143,2	-12,7
Continente	H	- 203	- 260	- 230	- 501	- 595	-7 592	-243,0	-11,0
	M	- 44	- 395	- 222	- 727	-556	-9 387	-147,8	-13,8
Casamentos									
Portugal		5 199	5 256	4 806	3 565	2 932	27 422	11,6	4,2
Continente		4 919	5 044	4 476	3 391	2 801	25 925	11,3	4,0

(a) Inclui todos os nados vivos nascidos em território nacional, independentemente da residência habitual da mãe ser em Portugal ou no estrangeiro.
(b) O valor de óbitos e nados vivos pode não corresponder à soma das parcelas por sexo, devido à existência de registos com sexo ignorado.
(c) Inclui todos os óbitos ocorridos em território nacional, independentemente da residência habitual ser em Portugal ou no estrangeiro.
(d) Inclui todos os óbitos ocorridos em território nacional, independentemente da residência habitual da mãe ser em Portugal ou no estrangeiro.
Nota: Dados apurados com base na informação registada nas Conservatórias do Registo Civil até novembro de 2017.

3.2 - Óbitos por causa de morte (CID-10 - lista europeia sucinta), segundo o mês do falecimento

Causa de morte	Valor mensal (N.º)													Variação Homóloga Anual (%)
	TOTAL 2015	Jan. 2015	Fev. 2015	Mar. 2015	Abr. 2015	Mai. 2015	Jun. 2015	Jul. 2015	Ago. 2015	Set. 2015	Out. 2015	Nov. 2015	Dez. 2015	
00 Todas as causas de morte	**108 922**	**13 571**	**11 264**	**10 177**	**8 247**	**8 453**	**7 812**	**7 842**	**7 815**	**7 798**	**8 213**	**8 402**	**9 328**	**3,52**
01 Doenças infecciosas e parasitárias	1 993	210	182	193	165	168	148	176	142	147	139	176	147	-10,23
02 Tuberculose	209	34	20	16	15	20	11	14	11	14	15	24	15	1,46
03 Infecção meningocócica	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0,00
04 HIV/SIDA (doença por infecção pelo vírus humano de imunodeficiência)	392	53	38	35	32	38	25	25	25	26	22	39	34	-6,44
05 Hepatite viral	140	12	17	8	11	8	18	11	9	13	11	8	14	-11,39
06 Tumores	27 231	2 620	2 233	2 253	2 056	2 271	2 149	2 228	2 314	2 265	2 324	2 228	2 290	1,83
07 Tumores malignos	26 647	2 556	2 177	2 219	2 014	2 221	2 121	2 174	2 253	2 212	2 280	2 188	2 232	1,63
08 Tumor maligno do lábio, cavidade bucal e faringe	727	76	48	79	61	51	72	56	71	53	50	59	51	4,76
09 Tumor maligno do esófago	516	46	57	36	37	48	34	41	49	40	45	41	42	-8,67
10 Tumor maligno do estômago	2 340	227	185	167	184	218	187	207	198	173	184	202	208	2,05
11 Tumor maligno do cólon	2 621	236	200	221	177	242	226	214	228	226	216	226	209	-2,57
12 Tumor maligno do recto e ânus	1 226	123	91	97	89	87	91	96	115	107	126	106	98	9,66
13 Tumor maligno do figado e das vias biliares intra-hepática	1 134	103	87	95	74	93	90	95	93	100	105	102	97	4,04
14 Tumor maligno do pâncreas	1 423	121	114	120	98	126	121	108	120	122	122	118	133	4,48
15 Tumor maligno da laringe e traqueia / brônquios / pulmão	4 326	397	349	352	354	356	309	340	377	374	406	342	370	0,58
16 Tumor maligno da pele	261	24	24	22	23	21	23	21	11	35	26	16	15	-10,00
17 Tumor maligno da mama	1 709	165	149	137	127	154	142	147	151	148	121	141	127	1,36
18 Tumor maligno do colo do útero	201	19	16	12	12	18	20	15	16	16	18	22	17	-4,29
19 Tumor maligno de outras partes do útero	406	35	34	32	32	36	41	33	35	29	43	16	40	-0,49
20 Tumor maligno do ovário	346	41	25	18	24	33	27	32	27	28	32	27	32	-9,19
21 Tumor maligno da próstata	1 723	182	165	165	122	143	142	131	133	112	122	155	151	-3,80
22 Tumor maligno do rim	412	39	34	34	34	33	29	31	30	40	37	36	35	0,73
23 Tumor maligno da bexiga	1 011	101	84	85	81	86	80	77	81	82	94	83	77	7,55
24 Tumor maligno do tecido linfático/hematopoético	2 303	242	196	195	186	170	171	191	198	188	191	195	180	3,79
25 Doenças do sangue (órgãos hematopoéticos) e algumas alterações imunitárias	463	64	36	43	35	36	29	28	37	30	34	46	45	-0,86
26 Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	5 766	763	591	566	455	439	431	442	384	374	422	451	448	4,89
27 Diabetes mellitus	4 406	586	447	421	334	331	330	346	309	286	325	347	344	3,06
28 Perturbações mentais e do comportamento	3 267	420	327	308	249	227	232	242	241	240	242	246	293	23,80
29 Abuso de álcool (incluindo psicose álcoolica)	84	9	6	9	7	4	11	7	9	7	5	4	6	-5,62
30 Dependência de drogas, toxicomania	11	0	1	3	1	0	1	0	1	0	1	2	1	120,00
31 Doenças do sistema nervoso e dos orgãos dos sentidos	3 751	477	430	357	274	315	262	263	258	251	311	256	297	5,42
32 Meningite (excepto 03)	40	9	7	3	3	3	3	3	2	1	1	1	4	17,65
33 Doenças do aparelho circulatório	32 443	4 235	3 463	3 102	2 489	2 505	2 253	2 181	2 184	2 258	2 340	2 495	2 938	0,48

(continua)

3.2 - Óbitos por causa de morte (CID-10 - lista europeia sucinta) , segundo o mês do falecimento (continuação)

Causa de morte	Valor mensal (N.º)													Variação Homóloga Anual (%)
	TOTAL 2015	Jan. 2015	Fev. 2015	Mar. 2015	Abr. 2015	Mai. 2015	Jun. 2015	Jul. 2015	Ago. 2015	Set. 2015	Out. 2015	Nov. 2015	Dez. 2015	
34 Doença isquémica do coração	7 328	1 019	813	733	548	542	472	434	497	494	550	571	655	-1,72
35 Outras doenças cardíacas	7 089	979	799	713	553	562	466	450	427	456	494	545	645	2,69
36 Doenças cérebro-vasculares	11 778	1 479	1 188	1 077	904	909	857	844	831	867	858	908	1 056	-0,25
37 Doenças do aparelho respiratório	13 470	2 315	1 995	1 462	978	874	810	778	713	742	849	885	1 069	10,74
38 Gripe	74	30	27	12	1	0	0	0	1	0	1	2	0	208,33
39 Pneumonia	6 126	1 103	923	673	442	370	375	328	305	345	372	414	476	8,83
40 Doenças crónicas das vias respiratórias inferiores	3 016	511	456	359	256	199	175	162	146	147	195	181	229	9,43
41 Com asma	117	23	16	13	8	10	4	9	4	5	9	10	6	-4,10
42 Doenças do aparelho digestivo	4 559	524	417	382	327	373	340	346	336	359	332	392	431	-0,93
43 Úlcera do estômago, duodeno e intestino	208	26	27	16	16	20	17	15	10	16	16	14	15	-1,42
44 Doença crónica do fígado	1 042	128	98	82	76	73	67	80	84	79	94	84	97	-10,94
45 Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo	134	16	8	15	11	13	14	15	9	13	6	9	5	-6,94
46 Doenças do sistema ósteo-muscular/tecido conjuntivo	464	72	52	45	41	33	32	22	28	37	34	28	40	14,00
47 Artrite reumatóide e osteoartrose	127	16	8	15	13	13	10	7	10	7	10	7	11	24,51
48 Doenças do aparelho geniturinário	3 243	361	312	315	277	266	239	235	221	233	250	238	296	12,53
49 Doenças do rim e ureter	1 719	202	190	169	151	144	119	121	103	113	135	133	139	11,70
50 Complicações da gravidez, parto e puerpério	6	0	1	0	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0,00
51 Algumas afecções originadas no período perinatal	151	20	9	11	12	5	17	19	11	9	15	13	10	4,86
52 Malformações congénitas e anomalias cromossómicas	197	26	14	16	21	18	10	23	11	7	17	19	15	19,39
53 Malformações congénitas do sistema nervoso	13	1	2	1	0	0	0	3	1	1	0	2	2	-23,53
54 Malformações congénitas do aparelho circulatório	71	11	2	7	5	8	2	6	4	2	10	9	5	29,09
55 Sintomas, sinais, exames anormais, causas mal definidas	6 914	978	768	679	484	503	478	421	515	460	511	519	598	6,76
56 Síndrome da morte súbita na infância (do lactente)	4	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	0	33,33
57 Causas desconhecidas e não especificadas	2 833	375	309	310	168	200	225	157	211	213	212	199	254	-0,28
58 Causas externas de lesão e envenenamento	4 870	470	426	430	372	406	367	423	411	372	387	400	406	1,08
59 Acidentes	2 583	269	239	242	156	222	204	181	221	250	164	184	251	9,63
60 Acidentes de transporte	810	83	57	56	61	78	70	68	65	69	60	82	61	-0,61
61 Quedas acidentais	736	66	68	52	49	70	54	53	54	79	62	55	74	19,09
62 Envenenamento acidental	66	8	6	11	3	2	4	6	6	7	2	5	6	-10,81
63 Suicídio e outras lesões auto infligidas intencionalmente	1 132	106	89	115	95	90	109	103	103	78	89	72	83	-7,44
64 Homicídio, agressão	104	15	5	13	17	9	6	7	10	3	5	4	10	-4,59
65 Lesões em que se ignora se foram acidental ou intencionalmente infligidas	789	54	75	35	85	60	25	113	57	23		116	36	-11,35

3.3 - Segurança social no âmbito dos centros regionais de segurança social e instituições similares - Número de processamentos e valor dos benefícios, por objetivos e tipos de prestações

Objetivos	Valor mensal				Variação			
	Maio. 17		Acumulado de Jan. a mai.		Homóloga		Média dos últimos 12 meses	
	N.º	10^3 Euros	N.º	10^3 Euros	Número (%)	Valor (%)	Número (%)	Valor (%)
PORTUGAL								
FAMÍLIA								
Abono de família para crianças e jovens (a)	735 750	50 791	3 650 084	251 583	-3,0	1,9	-2,3	4,9
Bonificação do abono de família para crianças e jovens com deficiência (a)	77 777	7 370	382 618	36 168	4,2	7,2	4,6	10,4
Subsídio por educação especial (a)	10 255	2 969	49 749	14 168	28,8	33,2	13,3	16,4
Subsídio parental da mãe	24 237	18 581	116 965	94 842	8,6	3,2	3,7	3,7
Subsídio parental do pai	11 047	6 107	54 659	31 328	12,8	10,0	9,4	19,6
Abono de família pré-natal (a)	23 799	3 277	120 344	16 534	-10,5	-12,7	-4,8	-1,3
DOENÇA								
Subsídio por doença	118 271	43 603	652 849	234 978	6,0	14,3	7,2	11,0
Subsídio por tuberculose	325	193	1 648	1 070	4,5	7,2	-12,3	-11,3
DESEMPREGO								
Subsídio de desemprego	159 217	78 768	836 791	428 002	-12,8	-13,8	-15,0	-14,0
Nº de dias subsidiados	4 654 709	//	25 359 727	//	-15,2	//	-15,1	//
Subsídio social de desemprego	39 697	14 528	214 363	81 990	-22,7	-25,4	-19,0	-20,8
Nº de dias subsidiados	1 194 010	//	6 737 495	//	-24,9	//	-19,8	//
VELHICE								
Pensão de velhice	2 007 769	923 539	10 039 984	4 628 749	0,3	-1,6	0,7	1,1
Pensão social de velhice	24 655	6 557	123 369	32 790	-0,1	-2,2	1,1	0,1
SOBREVIVÊNCIA								
Subsídio de funeral (a)	567	122	3 781	815	-14,9	-14,8	-8,1	-7,9
Subsídio por morte	7 313	x	36 642	x	-0,4	x	2,6	x
Pensão de sobrevivência	716 178	172 682	3 581 168	867 654	-0,4	-2,0	-0,2	0,4
INVALIDEZ								
Pensão de invalidez	235 227	86 583	1 186 127	448 915	-4,3	-7,8	-4,0	-4,7
Subsídio mensal vitalício (a)	12 756	2 610	63 819	13 037	-0,1	0,4	0,1	0,2
EXCLUSÃO SOCIAL								
Rendimento social de inserção (a)	208 148	24 799	1 059 509	127 169	-1,8	-4,2	2,8	15,4

FONTE: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Instituto de Informática, I.P.

Nota - Consideram-se instituições similares as Caixas de Atividade ou de empresas ainda não integradas nos Centros Regionais de Segurança Social, as quais compreendem de um modo genérico, trabalhadores cujas relações laborais se situam no domínio do direito privado, trabalhadores independentes e certos grupos sociais desfavorecidos.

(a) Estes dados foram sujeitos a atualizações.

3.4 - População total, ativa, empregada e desempregada

Portugal	Valor Trimestral (10³)							Variação Homóloga (%)
	3.º Trim. 17	2.º Trim. 17	1.º Trim. 17	4.º Trim. 16	3.º Trim. 16	2.º Trim. 16	1.º Trim. 16	
População Total								
Total (HM)	10 281,6	10 286,4	10 294,1	10 294,2	10 302,2	10 310,4	10 318,8	-0,2
Homens	4 862,2	4 865,5	4 870,5	4 870,4	4 876,4	4 882,1	4 887,7	-0,3
População Ativa								
Total (HM)	5 247,0	5 221,8	5 182,0	5 186,8	5 211,0	5 161,9	5 153,4	0,7
Homens	2 678,9	2 668,1	2 647,7	2 652,7	2 677,7	2 649,3	2 629,9	0,0
População Empregada								
Total (HM)	4 803,0	4 760,4	4 658,1	4 643,6	4 661,5	4 602,5	4 513,3	3,0
Homens	2 471,7	2 443,8	2 389,1	2 377,0	2 400,6	2 364,3	2 303,9	3,0
População Desempregada								
Total (HM)	444,0	461,4	523,9	543,2	549,5	559,3	640,2	-19,2
Homens	207,2	224,2	258,6	275,7	277,1	285,0	326,1	-25,2
Taxa de Atividade (%)								
Total (HM)	51,0	50,8	50,3	50,4	50,6	50,1	49,9	x
Homens	55,1	54,8	54,4	54,5	54,9	54,3	53,8	x
Taxa de Atividade (15 e mais anos) (%)								
Total (HM)	59,3	59,0	58,5	58,6	58,8	58,3	58,1	x
Homens	64,9	64,6	64,0	64,2	64,7	64,0	63,5	x
Taxa de Desemprego (%)								
Total (HM)	8,5	8,8	10,1	10,5	10,5	10,8	12,4	x
Homens	7,7	8,4	9,8	10,4	10,3	10,8	12,4	x

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

3.5 - População empregada por situação na profissão e setor de atividade

Portugal	Valor Trimestral (10³)							Variação Homóloga (%)
	3.º Trim. 17	2.º Trim. 17	1.º Trim. 17	4.º Trim. 16	3.º Trim. 16	2.º Trim. 16	1.º Trim. 16	
SITUAÇÃO NA PROFISSÃO								
Trabalhador por conta de outrem								
Total (HM)	3 998,8	3 931,5	3 852,8	3 837,1	3 822,9	3 775,8	3 712,9	4,6
Homens	1 956,0	1 919,9	1 881,5	1 867,3	1 866,6	1 841,9	1 799,7	4,8
Trabalhador por conta própria como isolado								
Total (HM)	559,4	584,7	557,1	558,2	586,6	574,4	559,4	-4,6
Homens	347,3	358,6	344,0	342,6	369,0	354,4	342,8	-5,9
Trabalhador por conta própria como empregador								
Total (HM)	223,4	221,5	225,3	223,2	221,9	223,7	209,2	0,7
Homens	158,4	154,4	152,2	154,6	150,5	152,1	146,7	5,3
Trabalhador familiar não remunerado								
Total (HM)	21,4	22,7	22,8	25,2	30,2	28,7	31,7	-29,0
Homens	10,0	10,8	11,3	12,5	14,5	15,9	§	-30,8
SETOR DE ATIVIDADE (a)								
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca								
Total (HM)	304,5	331,9	301,0	307,3	341,8	328,8	295,6	-10,9
Homens	209,1	221,4	205,7	203,5	226,1	216,0	198,1	-7,5
Indust., Construção, Energia e Água								
Total (HM)	1 181,0	1 164,5	1 133,1	1 159,2	1 132,2	1 116,5	1 105,2	4,3
Homens	827,0	814,4	791,5	806,0	790,1	784,7	772,8	4,7
Serviços								
Total (HM)	3 317,5	3 264,0	3 224,0	3 177,1	3 187,5	3 157,2	3 112,5	4,1
Homens	1 435,7	1 408,1	1 391,8	1 367,5	1 384,4	1 363,6	1 332,9	3,7

(a) As estimativas por setor de atividade têm por referência a CAE-Rev. 3.

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

3.6 - População desempregada por procura de 1º e novo emprego, duração da procura e setor da última atividade dos desempregados (novo emprego)

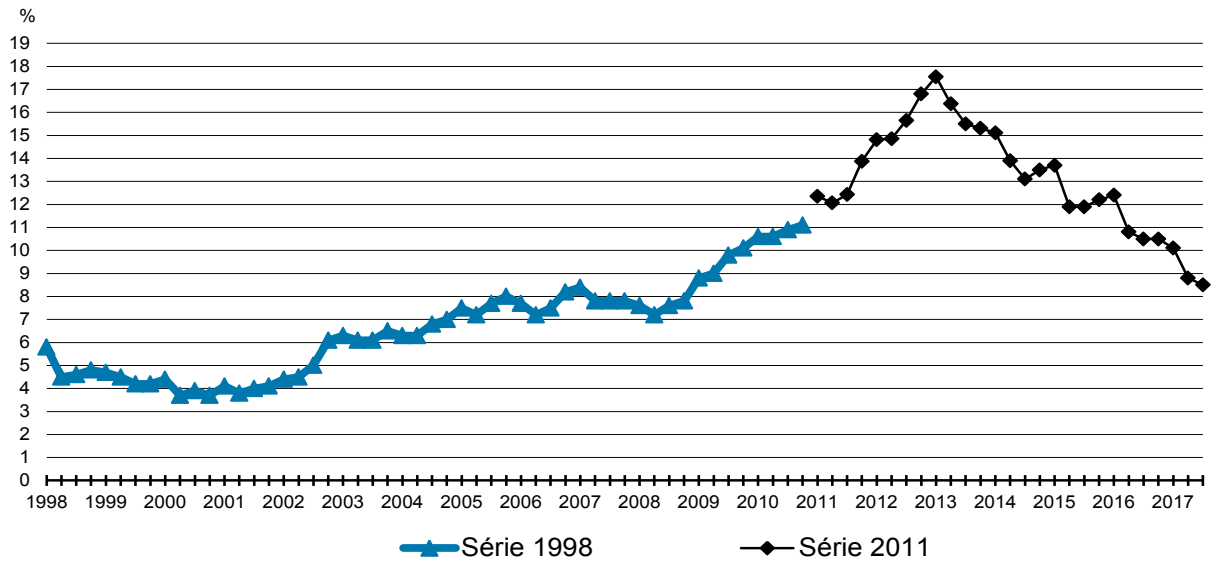
Portugal	Valor Trimestral (10³)							Variação Homóloga (%)
	3.º Trim. 17	2.º Trim. 17	1.º Trim. 17	4.º Trim. 16	3.º Trim. 16	2.º Trim. 16	1.º Trim. 16	
PROCURA DE 1º E NOVO EMPREGO								
1º emprego								
Total (HM)	58,6	54,3	54,6	62,9	61,6	65,0	74,1	-4,8
Novo emprego								
Total (HM)	385,4	407,0	469,3	480,2	488,0	494,4	566,1	-21,0
DURAÇÃO DA PROCURA DE EMPREGO								
Menos de 12 meses								
Total (HM)	189,4	188,2	215,4	205,7	202,4	200,7	261,0	-6,4
De 12 a 36 meses								
Total (HM)	120,1	129,9	151,7	150,0	151,3	163,9	193,5	-20,6
Mais de 36 meses								
Total (HM)	134,5	143,3	156,8	187,4	195,8	194,8	185,6	-31,3
SETOR DA ÚLTIMA ATIVIDADE - DESEMPREGADOS NOVO EMPREGO (a) (b)								
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca								
Total (HM)	11,6	9,8	13,6	14,3	11,6	9,9	11,6	0,0
Indust., Construção, Energia e Água								
Total (HM)	85,0	110,3	125,2	132,0	145,8	141,3	170,6	-41,7
Serviços								
Total (HM)	261,3	261,1	300,4	303,5	295,3	312,1	348,7	-11,5

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

(a) A experiência anterior de trabalho dos indivíduos desempregados à procura de novo emprego é caracterizada apenas para aqueles que deixaram o último emprego há oito ou menos anos. Por essa razão, a soma do número de desempregados à procura de novo emprego por setor da atividade anterior não corresponde ao total de indivíduos desempregados à procura de novo emprego.

(b) As estimativas por setor de atividade têm por referência a CAE-Rev. 3.

Evolução da taxa de desemprego



3.7 - Índice de preços no consumidor

(BASE 100:2012)	Valor Mensal (N.º)	Variação Mensal (%)				Variação (%)	
	Nov. [1] 17	Nov. 17	Out. 17	Set. 17	Ago. 17	Homóloga	Média últimos 12 meses
PORTUGAL							
TOTAL	103,018	-0,35	0,34	0,95	0,01	1,55	1,32
Total exceto Habitação	102,820	-0,37	0,36	0,98	0,00	1,59	1,33
1-Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	104,237	0,31	-0,11	0,09	0,24	2,43	1,39
2-Bebidas alcoólicas e tabaco	118,808	1,08	-0,45	0,24	0,23	2,63	2,59
3-Vestuário e calçado	95,736	0,08	2,27	20,22	-5,93	-3,63	-2,17
4-Habitação, água, eletric., gás e out. combust.	105,970	0,15	0,22	0,17	0,10	1,26	0,53
5-Acessórios, equip. dom., manut. cor. da habit.	99,772	0,30	0,31	-0,25	-0,12	-0,40	-0,46
6-Saúde	102,854	0,04	0,23	0,20	0,01	0,84	0,29
7-Transportes	97,823	0,25	0,00	-1,43	0,63	3,57	2,90
8-Comunicações	112,052	-0,01	0,04	0,21	0,04	1,47	3,03
9-Lazer, recreação e cultura	99,869	-0,17	-0,04	-1,59	0,53	0,16	1,49
10-Educação	105,111	0,04	1,15	0,02	-0,01	1,23	0,91
11-Restaurantes e hotéis	108,952	-5,38	1,23	0,33	1,76	3,77	3,63
12-Bens e serviços diversos	101,371	-0,10	0,41	0,21	0,13	1,19	0,77

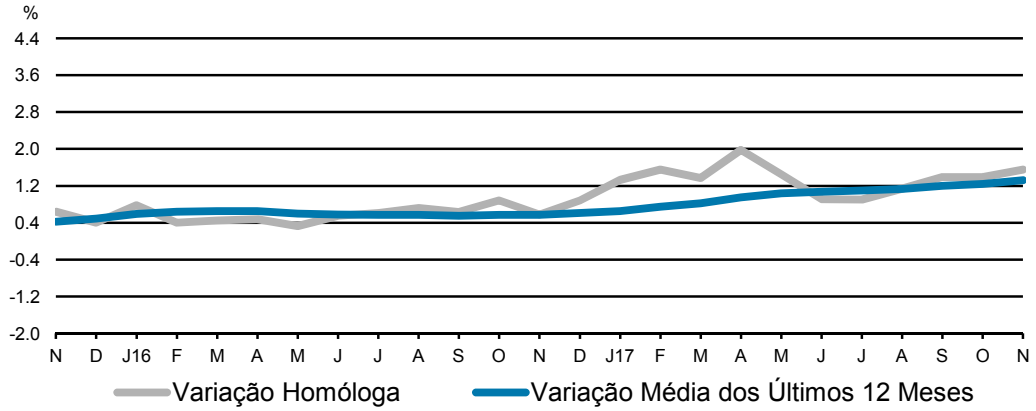
[1] Nova série do IPC (2012 = 100). Informação adicional poderá ser consultada no destaque do Índice de Preços no Consumidor de Janeiro de 2013.

Índice de preços no consumidor - Continente

(BASE 100:2012)	Valor Mensal (N.º)	Variação Mensal (%)				Variação (%)	
	Nov.[1] 17	Nov. 17	Out. 17	Set. 17	Ago. 17	Homóloga	Média últimos 12 meses
CONTINENTE							
TOTAL	102,982	-0,36	0,36	0,94	0,03	1,55	1,31
Total exceto Habitação	102,778	-0,38	0,37	0,98	0,02	1,60	1,32
1-Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	104,232	0,30	-0,12	0,09	0,26	2,48	1,39
2-Bebidas alcoólicas e tabaco	117,926	1,11	-0,45	0,25	0,25	2,47	2,45
3-Vestuário e calçado	95,721	0,08	2,30	20,03	-5,76	-3,71	-2,20
4-Habitação, água, eletric., gás e out. combust.	105,893	0,15	0,21	0,18	0,10	1,25	0,50
5-Acessórios, equip. dom., manut. cor. da habit.	99,721	0,31	0,25	-0,20	-0,14	-0,41	-0,47
6-Saúde	102.912	0,04	0,23	0,22	0,01	0,87	0,27
7-Transportes	97,898	0,31	0,02	-1,42	0,65	3,62	2,92
8-Comunicações	112,023	-0,01	0,04	0,21	0,04	1,48	3,05
9-Lazer, recreação e cultura	99,809	-0,17	-0,03	-1,60	0,53	0,15	1,49
10-Educação	105,074	0,05	1,15	0,02	-0,01	1,23	0,91
11-Restaurantes e hotéis	109,017	-5,50	1,31	0,34	1,80	3,80	3,68
12-Bens e serviços diversos	101,353	-0,10	0,42	0,21	0,13	1,17	0,76

[1] Nova série do IPC (2012 = 100). Informação adicional poderá ser consultada no destaque do Índice de Preços no Consumidor de Janeiro de 2013.

Índice de preços no consumidor - Variações homóloga e média dos últimos 12 meses

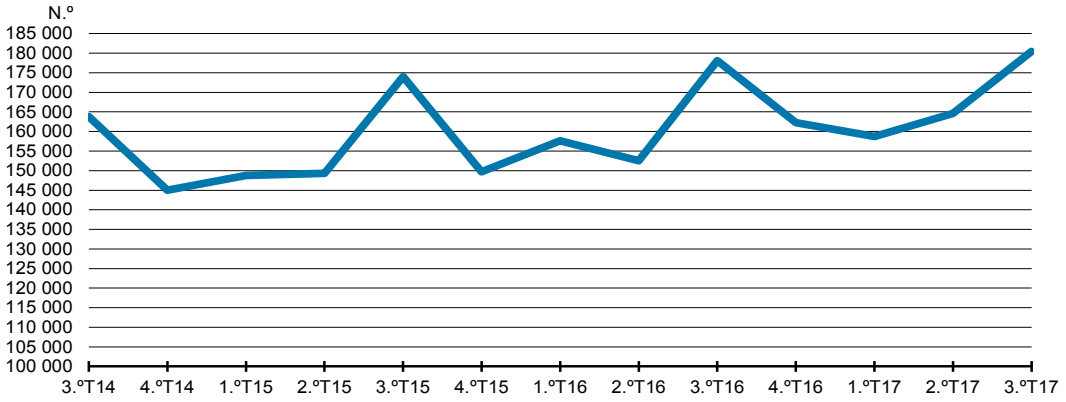


3.8 - Exibição de cinema - Sessões, espectadores/as e receitas por regiões

		Valor Trimestral						Variação (%)	
	Unid.	3.ºTrim. 17 (Po)	2.ºTrim. 17 (Po)	1.ºTrim. 17 (Po)	4.ºTrim. 16	3.ºTrim. 16	2.ºTrim. 16	Homóloga	Homóloga Acumulada
SESSÕES EFETUADAS									
TOTAL	**N.º**	**180 468**	**164 594**	**158 696**	**162 276**	**178 111**	**152 520**	**1,3**	**3,2**
Continente	N.º	**173 877**	**158 539**	**153 008**	**156 379**	**171 293**	**146 950**	**1,5**	**3,2**
Norte	N.º	52 794	46 640	45 459	45 154	48 079	41 800	9,8	8,8
Centro	N.º	31 364	28 548	27 332	28 404	31 182	25 878	0,6	3,4
Área Metropolitana de Lisboa	N.º	73 243	69 408	67 145	69 032	75 059	66 096	-2,4	0,2
Alentejo	N.º	2 883	2 476	2 328	2 413	3 033	2 343	-4,9	-1,1
Algarve	N.º	13 593	11 467	10 744	11 376	13 940	10 833	-2,5	0,8
Região Autónoma dos Açores	**N.º**	**1 661**	**1 566**	**1 416**	**1 483**	**1 643**	**1 376**	**1,1**	**4,6**
Região Autónoma da Madeira	**N.º**	**4 930**	**4 489**	**4 272**	**4 414**	**5 175**	**4 194**	**-4,7**	**0,8**
ESPECTADORES/AS									
TOTAL	**N.º**	**4 029 519**	**4 027 042**	**3 885 847**	**3 840 978**	**4 239 480**	**2 832 222**	**-5,0**	**7,8**
Continente	**N.º**	**3 916 524**	**3 891 136**	**3 781 983**	**3 746 338**	**4 120 370**	**2 752 001**	**-4,9**	**7,4**
Norte	N.º	1 277 997	1 240 414	1 211 403	1 171 358	1 261 594	836 616	1,3	11,9
Centro	N.º	575 881	617 436	528 231	548 392	615 615	393 786	-6,5	9,8
Área Metropolitana de Lisboa	N.º	1 742 026	1 749 685	1 780 545	1 758 449	1 881 266	1 317 613	-7,4	4,2
Alentejo	N.º	49 691	55 879	56 756	51 561	61 596	42 323	-19,3	0,6
Algarve	N.º	270 929	227 722	205 048	216 578	300 299	161 663	-9,8	5,3
Região Autónoma dos Açores	**N.º**	**33 957**	**49 257**	**36 835**	**30 197**	**32 765**	**24 246**	**3,6**	**42,6**
Região Autónoma da Madeira	**N.º**	**79 038**	**86 649**	**67 029**	**64 443**	**86 345**	**55 975**	**-8,5**	**10,5**
RECEITAS									
TOTAL	**10³Euros**	**20 829**	**20 721**	**20 615**	**20 059**	**21 774**	**14 362**	**-4,3**	**8,7**
Continente	**10³Euros**	**20 264**	**20 070**	**20 103**	**19 599**	**21 202**	**13 995**	**-4,4**	**8,4**
Norte	10³Euros	6 367	6 218	6 165	5 896	6 301	4 145	1,0	12,3
Centro	10³Euros	2 961	3 121	2 784	2 784	3 112	1 914	-4,9	12,1
Área Metropolitana de Lisboa	10³Euros	9 331	9 335	9 854	9 605	10 037	6 982	-7,0	5,0
Alentejo	10³Euros	219	241	233	207	258	162	-15,3	5,9
Algarve	10³Euros	1 387	1 156	1 067	1 107	1 494	793	-7,1	8,0
Região Autónoma dos Açores	**10³Euros**	**168**	**227**	**171**	**141**	**152**	**104**	**10,9**	**47,1**
Região Autónoma da Madeira	**10³Euros**	**397**	**424**	**341**	**319**	**421**	**263**	**-5,8**	**13,3**

Fonte: ICA - Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P.

Total de sessões efetuadas

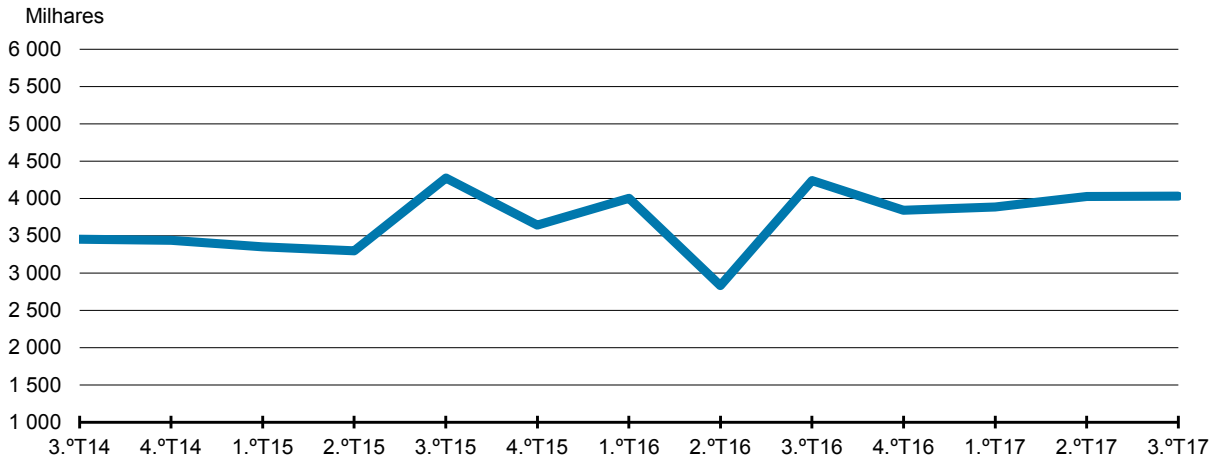


Fonte: ICA - Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P.

3.9 - Exibição de cinema - Sessões, espectadores/as e receitas segundo o país de origem

	Unid.	Valor Trimestral						Variação (%)	
		3.ºTrim. 17 (Po)	2.ºTrim. 17 (Po)	1.ºTrim. 17 (Po)	4.ºTrim. 16	3.ºTrim. 16	2.ºTrim. 16	Homóloga	Homóloga Acumulada
SESSÕES EFETUADAS									
TOTAL	**N.º**	**180 468**	**164 594**	**158 696**	**162 276**	**178 111**	**152 520**	**1,3**	**3,2**
Europa	**N.º**	**7 870**	**16 158**	**16 891**	**10 089**	**20 437**	**10 344**	**-61,5**	**1,1**
Portugal	N.º	1 639	6 397	4 335	2 064	10 498	1 170	-84,4	-26,3
Espanha	N.º	16	9	98	1 282	861	2 815	-98,1	-96,8
França	N.º	2 320	1 321	404	3 695	3 674	2 293	-36,9	-42,6
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	N.º	3 630	4 888	10 973	1 357	3 489	2 713	4,0	130,5
Outros Países da UE	N.º	240	3 202	292	1 013	1 784	781	-86,5	12,0
EUA	**N.º**	**112 149**	**115 178**	**92 186**	**95 730**	**108 620**	**96 720**	**3,2**	**6,6**
Outros Países	**N.º**	**718**	**1 451**	**1 946**	**5 520**	**3 049**	**2 145**	**-76,5**	**-32,3**
Total das Co-Produções	**N.º**	**59 731**	**31 807**	**47 673**	**50 937**	**46 005**	**43 311**	**29,8**	**-1,9**
Países Europeus	N.º	12 297	9 621	3 394	3 902	5 080	7 979	142,1	57,0
Países Europeus/EUA	N.º	33 920	4 894	9 423	20 044	19 021	18 248	78,3	-8,1
ESPECTADORES/AS									
TOTAL	**N.º**	**4 029 519**	**4 027 042**	**3 885 847**	**3 840 978**	**4 239 480**	**2 832 222**	**-5,0**	**7,8**
Europa	**N.º**	**96 110**	**232 150**	**394 073**	**131 373**	**360 995**	**136 613**	**-73,4**	**9,3**
Portugal	N.º	14 119	108 718	63 835	28 344	221 594	17 230	-93,6	-40,1
Espanha	N.º	749	159	1 336	21 578	11 528	35 308	-93,5	-95,4
França	N.º	27 307	10 857	7 170	41 168	41 470	25 978	-34,2	-47,8
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	N.º	48 121	72 372	304 820	18 312	64 947	39 991	-25,9	183,8
Outros Países da UE	N.º	5 634	35 276	5 141	12 488	18 865	7 843	-70,1	19,3
EUA	**N.º**	**2 792 814**	**3 246 681**	**2 389 608**	**2 454 304**	**2 594 547**	**1 915 323**	**7,6**	**20,0**
Outros Países	**N.º**	**7 966**	**25 173**	**43 175**	**80 891**	**42 734**	**28 810**	**-81,4**	**-17,8**
Total das Co-Produções	**N.º**	**1 132 629**	**523 038**	**1 058 991**	**1 174 410**	**1 241 204**	**751 476**	**-8,7**	**-17,9**
Países Europeus	N.º	191 173	128 029	62 129	64 587	87 482	104 697	118,5	47,8
Países Europeus/EUA	N.º	687 784	65 542	192 756	506 392	413 504	377 371	66,3	-18,5
RECEITAS									
TOTAL	**10^3 EUROS**	**20 829**	**20 721**	**20 615**	**20 059**	**21 774**	**14 362**	**-4,3**	**8,7**
Europa	**10^3 EUROS**	**495**	**1 111**	**2 097**	**642**	**1 823**	**637**	**-72,9**	**13,3**
Portugal	10^3 EUROS	66	506	326	101	1 100	52	-94,0	-40,4
Espanha	10^3 EUROS	2	1	5	110	59	172	-96,5	-96,9
França	10^3 EUROS	133	56	32	206	201	115	-33,6	-44,7
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	10^3 EUROS	264	348	1 640	104	353	218	-25,1	177,7
Outros Países da UE	10^3 EUROS	29	175	27	66	103	34	-71,8	23,2
EUA	**10^3 EUROS**	**14 267**	**17 021**	**12 734**	**12 788**	**13 534**	**9 824**	**5,4**	**20,2**
Outros Países	**10^3 EUROS**	**38**	**108**	**215**	**398**	**185**	**127**	**-79,6**	**-13,0**
Total das Co-Produções	**10^3 EUROS**	**6 029**	**2 480**	**5 569**	**6 231**	**6 232**	**3 774**	**-3,2**	**-16,5**
Países Europeus	10^3 EUROS	975	591	288	311	432	475	125,9	54,0
Países Europeus/EUA	10^3 EUROS	3 717	329	979	2 752	2 148	1 906	73,1	-16,3

Total de espectadores/as



Fonte: ICA - Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P.

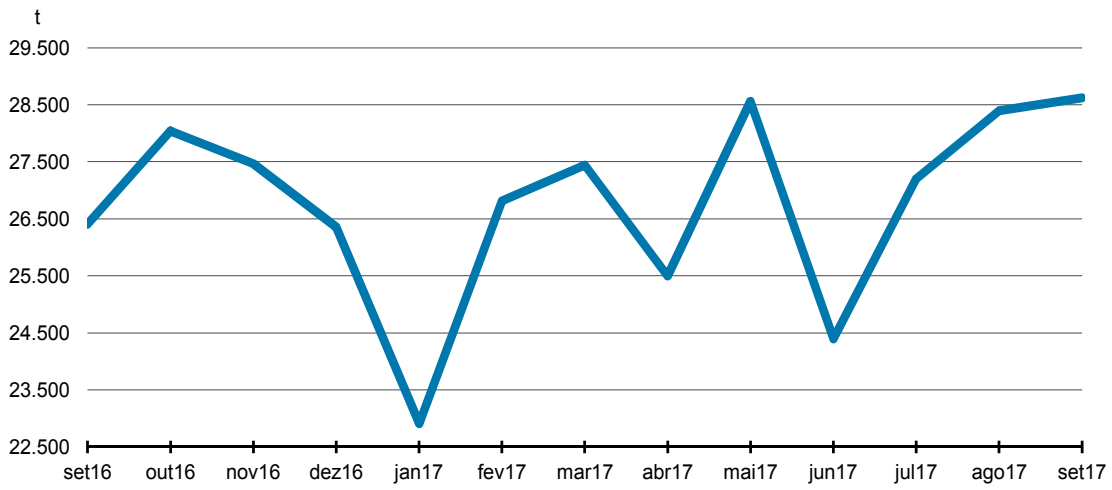
4. Agricultura, Produção Animal e Pesca

4.1 - Estado das culturas e previsão das colheitas

CONTINENTE	Ano Agrícola 2016/17 - Em 31 de outubro de 2017					
	Superfície		Rendimento		Produção	
	2017 f	2016 Po	2017 f	2016 Po	2017 f	2016 Po
	1 000 ha		Kg/ha		1 000 t	
Trigo duro	4	5	2 261	2 713	10	13
Trigo mole	30	33	2 051	2 307	62	77
Triticale	19	21	1 482	1 905	28	40
Centeio	16	17	855	903	14	16
Aveia	42	42	1 241	1 551	53	66
Cevada	20	21	1 904	2 261	37	47
Arroz	28	29	5 808	5 808	161	169
Batata de sequeiro	3	3	8 743	8 306	29	29
Batata de regadio	19	18	22 891	20 900	439	382
Milho de sequeiro	8	8	2 048	2 162	15	17
Milho de regadio	76	80	9 525	8 618	727	693
Grão-de-bico	2	2	792	838	1	2
Tomate (indústria)	19	19	87 032	82 059	1 678	1 598
Girassol	15	18	1 186	1 441	18	26
Feijão	3	3	617	586	2	2
Pêssego	4	4	10 451	8 361	40	32
Maçã	14	14	21 036	16 829	300	240
Pêra	12	12	13 648	11 373	165	137
Vinha para vinho	175	175	(a) 36	(a) 33	(b) 6385	(b) 5804

Po - Valor provisório
f - Valor previsto
(a) hl/ha
(b) 1 000 hl

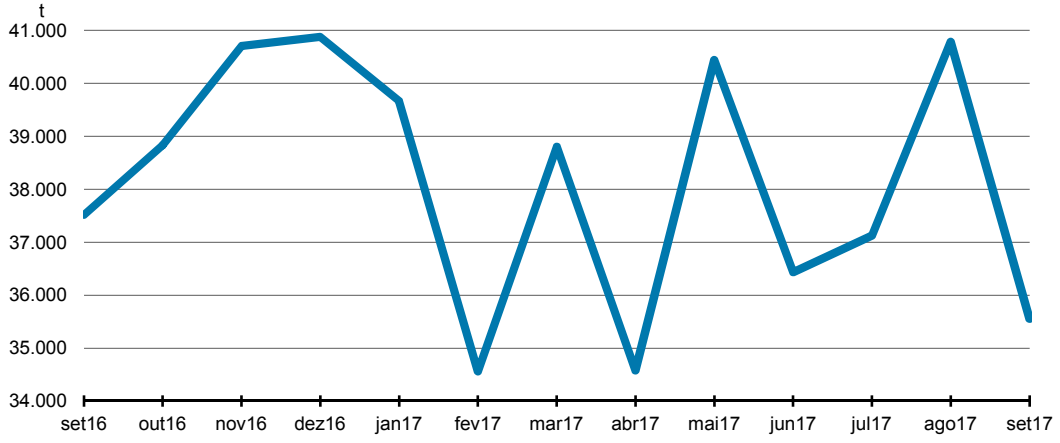
Avicultura industrial - Produção de carne de frango



4.2 - Produção animal - Abate de gado

	Unid.	Valor mensal Set. 17	Ago. 17	Jul. 17	Jun. 17	Mai. 17	Acumulado Jan. a set. 17	Variação (%) Homóloga	Homóloga Acumulada
PORTUGAL									
Total - peso limpo	(t)	35 555	40 785	37 123	36 429	40 443	337 939	-5,2	-5,6
Bovinos									
Número de cabeças	(N.º)	30 767	37 291	35 044	32 736	35 258	280 073	-3,1	-1,1
Peso limpo	(t)	7 395	8 935	8 688	8 181	8 724	68 225	-1,6	-0,7
Ovinos									
Número de cabeças	(N.º)	41 842	59 389	51 866	68 554	64 764	578 172	-7,9	0,9
Peso limpo	(t)	540	796	684	892	882	7 197	-5,9	0,1
Caprinos									
Número de cabeças	(N.º)	3 776	5 669	5 352	8 469	6 737	65 340	17,9	-2,2
Peso limpo	(t)	38	56	48	64	50	496	22,6	5,4
Suínos									
Número de cabeças	(N.º)	427 560	519 021	441 856	427 813	463 703	3 987 711	-7,0	-5,2
Peso limpo	(t)	27 566	30 986	27 688	27 278	30 768	261 860	-6,2	-7,0
Equídeos									
Número de cabeças	(N.º)	84	68	74	74	90	831	-8,7	4,9
Peso limpo	(t)	16	12	15	14	19	161	-11,1	1,3
CONTINENTE									
Total - peso limpo	(t)	33 915	38 776	35 168	34 543	38 462	322 363	-4,8	-5,5
Bovinos									
Número de cabeças	(N.º)	25 272	30 539	28 843	26 844	28 585	229 219	-0,3	0,5
Peso limpo	(t)	6 164	7 409	7 224	6 764	7 149	56 595	1,3	1,0
Ovinos									
Número de cabeças	(N.º)	41 822	59 300	51 786	68 501	64 716	577 657	-7,9	0,9
Peso limpo	(t)	540	795	683	891	881	7 191	-5,8	0,1
Caprinos									
Número de cabeças	(N.º)	3 742	5 573	5 245	8 371	6 688	64 590	19,0	-2,3
Peso limpo	(t)	37	55	47	63	50	488	23,3	5,5
Suínos									
Número de cabeças	(N.º)	422 032	512 463	435 503	421 876	458 492	3 936 496	-6,9	-5,2
Peso limpo	(t)	27 158	30 505	27 199	26 811	30 363	257 928	-6,1	-7,0
Equídeos									
Número de cabeças	(N.º)	84	68	74	74	90	831	-8,7	4,9
Peso limpo	(t)	16	12	15	14	19	161	-11,1	1,3

Abate de Gado - Peso limpo - Portugal



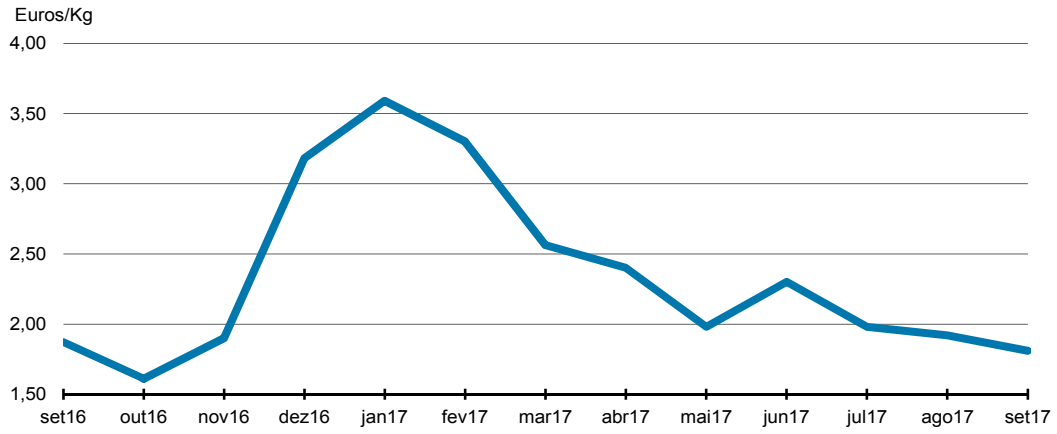
4.3 - Produção animal - Avicultura industrial

	Unid.	Valor Mensal Set. 17	Ago. 17	Jul. 17	Jun. 17	Mai. 17	Acumulado Jan. a set. 17	Variação (%) Homóloga	Homóloga Acumulada
Frangos									
Número	(10³)	20.129	20.933	19.977	17.758	20.496	170.090	3,6	10,4
Peso limpo	(t)	28.621	28.399	27.204	24.393	28.558	239.841	8,4	12,4
Ovos									
Número	(10³)	141.581	150.650	134.370	133.395	159.414	1.289.381	1,8	0,9
Peso	(t)	8.778	9.340	8.331	8.270	9.884	79.942	1,8	0,9

4.4 - Produção animal - Leite de vaca e produtos lácteos obtidos

	Unid.	Valor Mensal Set. 17	Ago. 17	Jul. 17	Jun. 17	Mai. 17	Acumulado Jan. a set. 17	Variação (%) Homóloga	Homóloga Acumulada
Recolha									
Leite de vaca	(t)	141 395	150 304	159 263	159 395	170 591	1 413 430	2,6	-0,5
Produtos lácteos obtidos									
Leite para consumo	(t)	51 944	55 178	55 465	59 433	65 862	541 340	-3,6	-2,3
Leite em pó gordo e meio gordo	(t)	475	535	609	778	720	5.676	-31,9	-13,3
Leite em pó magro	(t)	1 446	1 749	2 129	2 122	2 244	17.082	43,1	7,9
Manteiga	(t)	2 340	2 493	2 663	2 710	3 075	24 678	26,9	-1,5
Queijo	(t)	5 338	5 723	5 393	4 902	5 487	46 540	6,7	3,5
Leites acidificados	(t)	9 374	9 707	9 534	10 123	9 406	80 446	-8,8	-8,0

Pesca descarregada - Preço médio - Portugal



4.5 - Pesca descarregada

	Unid.	Valor Mensal					Acumulado	Variação (%)	
		Set. 17	Ago. 17	Jul. 17	Jun. 17	Mai. 17	Jan a set. 17	Homóloga	Homóloga Acumulada
PORTUGAL									
Total									
Peso	(t)	13 299	15 956	13 890	11 360	11 753	94 072	-15,1	-2,3
Valor	(10³ Euros)	24 313	30 870	27 956	26 876	24 437	217 267	-18,8	3,2
Peixes diádromos									
Peso	(t)	1	0	2	4	10	185	-78,1	24,8
Valor	(10³ Euros)	3	2	13	29	53	1 600	-45,9	45,7
Peixes marinhos									
Peso	(t)	11 447	14 284	12 439	10 063	10 512	80 032	-19,8	-1,3
Valor	(10³ Euros)	19 492	24 487	21 303	19 640	16 984	153 573	-17,8	3,4
Crustáceos									
Peso	(t)	45	91	104	124	116	741	-32,6	11,6
Valor	(10³ Euros)	766	1 609	1 755	1 818	1 574	11 417	-36,4	13,8
Moluscos									
Peso	(t)	1 806	1 581	1 346	1 169	1 116	13 114	36,5	-8,5
Valor	(10³ Euros)	4 052	4 772	4 885	5 389	5 826	50 676	-19,3	-0,4
CONTINENTE									
Total									
Peso	(t)	12 092	14 084	11 968	8 996	9 929	81 760	-18,3	-5,4
Valor	(10³ Euros)	19 909	24 467	21 908	19 865	18 725	175 449	-24,9	-0,7
Peixes diádromos									
Peso	(t)	1	0	2	4	10	185	-78,1	24,8
Valor	(10³ Euros)	3	2	13	29	53	1 600	-45,9	45,7
Peixes marinhos									
Peso	(t)	10 292	12 464	10 569	7 766	8 740	68 047	-23,4	-5,0
Valor	(10³ Euros)	15 520	18 506	15 652	13 090	11 660	114 284	-24,3	-2,1
dos quais									
Carapau e chicharro									
Peso	(t)	2 354	2 018	2 240	1 906	2 455	18 186	4,6	-7,0
Valor	(10³ Euros)	1 563	1 664	1 756	1 523	1 669	14 447	11,2	-7,0
Pescadas									
Peso	(t)	121	146	140	134	158	1 185	-44,1	-21,7
Valor	(10³ Euros)	436	453	448	382	475	3 838	-25,3	-12,1
Sardinha									
Peso	(t)	2 374	2 818	3 205	3 015	2 060	13 515	17,7	12,7
Valor	(10³ Euros)	4 038	5 445	5 753	5 340	1 661	22 279	7,1	-12,8
Crustáceos									
Peso	(t)	41	84	94	111	110	693	-33,5	12,9
Valor	(10³ Euros)	693	1 500	1 635	1 693	1 485	10 758	-38,0	15,3
Moluscos									
Peso	(t)	1 759	1 536	1 304	1 115	1 069	12 836	35,4	-8,7
Valor	(10³ Euros)	3 692	4 459	4 608	5 053	5 526	48 807	-24,2	-1,2
AÇORES									
Total									
Peso	(t)	719	749	1 275	1 209	388	5 379	43,9	10,1
Valor	(10³ Euros)	3 055	3 529	4 315	4 070	2 185	23 590	31,7	12,0
MADEIRA									
Total									
Peso	(t)	487	1 123	647	1 156	1 436	6 934	32,9	40,7
Valor	(10³ Euros)	1 349	2 874	1 733	2 941	3 527	18 228	20,3	41,8

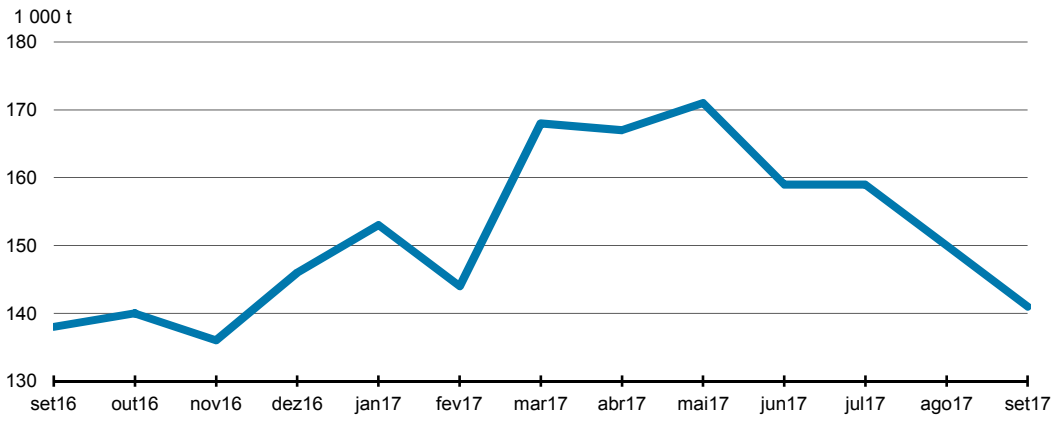
4.6 - Preços mensais no produtor de alguns produtos vegetais

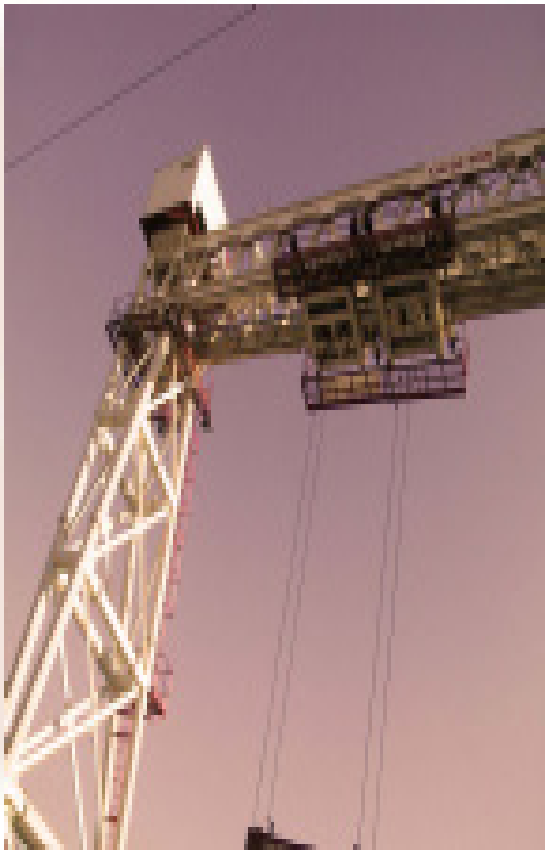
	Valor Mensal						Preço Médio	Variação
	Set. 17	Ago. 17	Jul. 17	Jun. 17	Mai. 17	Abr. 17	Anual 16	Homóloga (%)
CONTINENTE								
Plantas sachadas (Euros/100Kg)								
Batata consumo	15,02	13,48	9,11	12,63	31,18	36,49	31,87	-52,2
Frutos frescos (Euros/100Kg)								
Maçã: conj. Variedades	75,75	x	x	67,71	72,65	72,88	63,36	28,2
Pêra: conj. Variedades	74,00	75,00	55,00	90,30	94,49	91,57	93,59	-40,8
Morango: todos tipos de produção	368,94	316,83	135,70	138,38	147,17	156,86	223,52	53,4
Laranja: conj. Variedades	60,00	60,50	47,50	47,00	45,40	39,62	50,48	x
Limão: conj. Variedades	116,04	117,91	94,69	86,55	61,34	53,51	71,64	-8,5
Frutos de casca rija (Euros/100Kg)								
Amêndoa em casca	59,00	41,40	70,00	82,40	86,25	90,00	89,98	-36,6
Castanha	210,93	x	x	x	x	x	177,74	37,6
Alfarroba inteira	33,00	33,00	37,50	38,00	37,75	37,00	34,91	3,1
Produtos hortícolas frescos (Euros/100Kg)								
Couve-flôr	38,50	45,80	71,75	25,60	16,50	22,00	54,28	23,2
Couve repolho	24,81	40,85	26,97	16,73	11,07	14,98	22,68	2,7
Couve lombardo	28,90	32,72	22,50	5,96	11,81	8,37	26,47	-19,7
Alface	24,85	34,88	35,44	26,44	26,89	20,46	52,50	-56,8
Tomate	50,78	50,17	46,48	39,77	57,54	77,46	55,30	-16,2
Cenoura	15,75	14,82	13,43	17,75	22,67	23,61	21,00	-37,2
Cebolas	26,70	22,04	22,04	20,47	28,26	40,71	34,52	42,9
Feijão verde	163,29	120,29	131,41	125,18	156,63	190,76	164,75	-7,9
Espinafres	27,25	21,90	23,73	22,19	22,62	23,35	92,40	x
Vinhos de mesa e aguardente (Euros/hl)								
Vinho regional branco (engarrafado)	232,03	232,96	239,85	231,05	229,82	214,10	210,16	10,9
Vinho regional tinto (engarrafado)	267,04	267,09	263,15	260,70	266,13	253,46	231,68	18,7
Vinho de mesa branco (granel)	36,52	36,56	36,77	36,63	36,63	36,66	36,32	2,4
Vinho de mesa tinto (granel)	40,99	41,13	41,41	41,46	41,22	41,22	41,33	0,1
Vinho VQPRD branco (engarrafado	270,15	270,89	262,18	265,76	267,72	266,95	256,63	5,5
Vinho VQPRD tinto (engarrafado)	342,15	342,15	347,20	349,44	329,85	334,37	301,84	13,2
Azeite (Euros/hl)								
Virgem Extra (<0,8%)	432,67	429,00	426,25	426,80	422,13	418,25	368,49	19,8
Virgem (de 0,8% a 2,0%)	406,65	426,23	423,50	404,10	399,67	396,00	345,73	17,4
Flores de corte (Euros/100 unid.)								
Rosas	24,18	23,72	22,71	24,41	29,07	32,09	27,26	7,7
Cravos	8,65	8,71	7,28	6,16	5,10	12,17	9,15	-10,0
Gladíolos	38,90	38,84	31,83	36,09	47,35	53,28	44,70	-15,0
Feto ornamental	11,25	11,25	12,12	11,83	11,42	11,35	11,75	-1,1

4.7 - Preços mensais no produtor de alguns animais e produtos animais

	Valor Mensal						Preço Médio	Variação
	Set. 17	Ago. 17	Jul. 17	Jun. 17	Mai. 17	Abr. 17	Anual 16	Homóloga (%)
CONTINENTE								
Bovinos vivos (Euros)								
Vitelos de 3 a 6 meses (cab)	436,45	436,45	436,45	436,45	436,45	432,61	428,07	2,0
Novilhos de 8 a 12 meses (100 Kg pv)	234,13	233,56	232,15	232,29	232,07	229,71	228,64	2,6
Carcaça de bovinos (Euros/100 Kg pc)								
Novilhos de 12 a 18 meses	373,83	373,19	373,16	375,10	376,95	379,05	365,82	3,3
Novilhas de 12 a 18 meses	363,81	363,22	363,60	365,63	367,63	370,22	359,59	2,5
Vacas								
Vacas de refugo (Euros/100 Kg pc)	196,04	196,04	196,92	197,81	197,86	197,86	199,61	-1,5
Vacas reprodutoras (Euros/Unidade)	x	x	x	x	x	x	x	x
Carcaças de suínos (Euros/100 Kg pc)								
Suínos até 25 Kg	293,84	331,45	300,88	295,33	292,41	319,49	235,93	16,3
Porco Categoria E	178,23	189,20	187,80	181,48	172,98	170,61	143,53	3,9
Ovinos e caprinos vivos (Euros/100 Kg pv)								
Borregos até 28 Kg pv	305,62	296,24	281,01	280,76	275,10	279,36	302,70	5,2
Borregos com mais de 28 Kg pv	223,85	201,29	199,20	201,72	203,22	204,83	211,57	16,3
Cabritos	395,59	391,36	363,28	363,49	354,66	369,09	398,88	1,5
Aves vivas para abate (Euros/100Kg pv)								
Frangos	87,75	90,00	90,00	90,00	87,55	82,55	84,80	-2,7
Galinhas	26,89	22,08	18,58	19,02	17,81	26,21	21,20	78,1
Perus	133,84	133,84	133,84	133,84	133,84	133,84	139,46	-2,2
Ovos (Euros/100 unid.)								
Ovos na produção	8,01	7,77	6,84	6,69	6,94	7,96	6,37	28,2

Recolha de leite de vaca





5. Indústria e Construção

5.1 - Índice de produção industrial

BASE 2015=100

Meses	TOTAL	GRANDES AGRUPAMENTOS INDUSTRIAIS						SECÇÕES			
		Bens de Consumo			Bens Intermédios**	Bens de Investimento	Energia	Indústrias Extrativas	Indústrias Transformadoras	Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio	Captação, Tratamento e Distribuição de Água, Saneamento, Gestão de Resíduos e Despoluição
		Total	Duradouro	Não Duradouro							
Índices mensais											
Out-16	101,3	100,8	101,1	100,8	98,5	97,0	111,3	102,5	99,1	113,8	98,6
Nov-16	103,2	101,8	104,6	101,5	102,1	99,4	111,2	98,1	101,3	114,7	98,1
Dez-16	104,7	102,0	108,4	101,3	102,2	105,1	114,4	97,7	102,7	116,7	96,8
Jan-17	105,0	101,6	107,0	100,9	102,9	101,5	118,8	95,8	102,2	122,2	102,0
Fev-17	103,0	101,9	107,8	101,2	101,7	99,3	110,5	95,5	101,4	112,8	98,7
Mar-17	106,3	108,9	109,7	108,9	102,9	104,4	109,6	96,1	105,3	113,7	98,3
Abr-17	101,4	100,4	104,7	99,9	100,7	97,2	108,3	95,6	99,9	110,5	99,6
Mai-17	106,5	107,6	115,0	106,7	103,6	103,2	112,8	92,6	105,1	116,1	99,3
Jun-17	106,3	106,1	115,3	105,0	101,8	101,7	119,7	97,5	103,3	124,8	98,5
Jul-17	109,4	107,2	111,8	106,6	103,2	100,1	134,1	112,0	103,8	141,5	97,1
* Ago-17	113,7	106,3	118,8	104,8	108,2	116,6	136,7	109,1	108,4	144,8	99,5
* Set-17	107,3	105,1	118,5	103,6	102,9	105,8	121,3	98,5	104,3	125,4	98,6
Out-17	104,9	103,8	113,8	102,6	103,7	107,6	107,0	95,2	104,2	109,8	x
Variação mensal (%)											
Out-16	-2,0	-1,1	2,7	-1,6	-2,0	-1,7	-3,7	4,7	-1,6	-4,5	1,6
Nov-16	1,9	1,0	3,5	0,7	3,6	2,6	-0,1	-4,3	2,2	0,8	-0,5
Dez-16	1,5	0,2	3,6	-0,2	0,1	5,7	2,9	-0,4	1,4	1,8	-1,4
Jan-17	0,3	-0,4	-1,3	-0,3	0,7	-3,4	3,9	-2,0	-0,5	4,7	5,4
Fev-17	-2,0	0,3	0,7	0,3	-1,2	-2,1	-7,0	-0,3	-0,8	-7,7	-3,2
Mar-17	3,3	6,9	1,8	7,5	1,2	5,1	-0,8	0,6	3,8	0,8	-0,4
Abr-17	-4,6	-7,9	-4,6	-8,2	-2,2	-6,9	-1,2	-0,6	-5,1	-2,8	1,3
Mai-17	5,0	7,1	9,8	6,8	2,9	6,2	4,2	-3,1	5,2	5,1	-0,3
Jun-17	-0,1	-1,4	0,3	-1,6	-1,7	-1,4	6,1	5,3	-1,7	7,5	-0,9
Jul-17	2,9	1,0	-3,1	1,6	1,4	-1,6	12,0	14,8	0,5	13,4	-1,4
* Ago-17	3,9	-0,8	6,3	-1,7	4,9	16,6	1,9	-2,5	4,4	2,3	2,5
* Set-17	-5,7	-1,1	-0,3	-1,2	-4,9	-9,3	-11,2	-9,7	-3,8	-13,4	-0,9
Out-17	-2,2	-1,3	-3,9	-0,9	0,8	1,7	-11,8	-3,4	-0,1	-12,4	x
Variação homóloga (%)											
Out-16	-2,8	0,9	0,8	0,9	-3,2	-4,8	-6,9	10,4	-2,1	-7,4	-1,8
Nov-16	3,4	2,3	3,0	2,2	0,3	-2,0	17,0	1,0	0,5	21,0	-1,5
Dez-16	4,3	2,2	7,2	1,6	-0,5	3,6	19,7	14,2	0,9	24,8	-0,9
Jan-17	4,3	2,1	8,5	1,3	3,4	5,6	9,1	1,1	3,5	9,0	2,4
Fev-17	0,6	2,3	8,9	1,6	0,5	-4,7	2,2	-9,7	1,0	-0,1	-0,4
Mar-17	5,8	11,0	12,8	10,9	2,2	3,3	5,3	-1,6	6,1	5,3	-0,9
Abr-17	-2,3	-0,1	6,3	-0,8	-0,7	-4,3	-7,4	2,7	-0,8	-9,8	1,0
Mai-17	5,8	10,0	17,6	9,1	4,6	4,4	1,8	-10,3	7,3	0,4	-0,3
Jun-17	3,8	6,9	16,4	5,8	0,5	1,0	6,3	2,0	3,1	7,2	-0,7
Jul-17	7,5	8,6	18,9	7,5	2,9	2,8	16,9	13,7	5,1	18,4	-3,4
* Ago-17	10,2	3,0	15,7	1,5	9,8	20,9	15,7	9,7	8,5	18,4	1,1
* Set-17	3,8	3,1	20,4	1,1	2,4	7,3	4,9	0,7	3,5	5,2	1,6
Out-17	3,5	2,9	12,6	1,8	5,2	10,9	-3,9	-7,1	5,1	-3,5	x
Variação média nos últimos 12 meses (%)											
Out-16	2,1	0,2	-0,4	0,3	1,6	0,1	8,4	-4,6	0,6	11,3	-1,8
Nov-16	2,2	0,3	-0,3	0,4	1,0	-0,3	10,4	-4,7	0,3	13,6	-1,7
Dez-16	2,3	0,3	-0,1	0,3	0,5	-0,3	12,2	-1,3	0,0	16,1	-1,2
Jan-17	2,3	0,0	0,4	0,0	0,7	0,3	11,4	0,2	0,1	14,8	-1,0
Fev-17	1,9	0,0	0,9	-0,1	0,4	-0,7	10,7	-0,6	-0,1	13,5	-1,2
Mar-17	2,2	1,0	2,3	0,8	0,4	-0,6	10,5	-1,1	0,4	13,0	-0,9
Abr-17	1,7	1,2	2,9	1,0	0,2	-1,0	7,8	0,0	0,3	9,3	-0,6
Mai-17	2,1	2,1	4,3	1,9	0,6	-0,5	7,2	-0,8	1,1	8,1	-0,6
Jun-17	2,3	2,9	5,8	2,5	0,6	-0,6	6,7	-0,8	1,4	7,5	-0,6
Jul-17	3,1	4,3	8,4	3,9	0,9	-0,1	7,2	0,5	2,2	7,8	-0,8
* Ago-17	3,5	4,2	9,4	3,5	1,7	1,8	7,1	1,8	2,7	7,7	-0,6
* Set-17	3,7	4,3	11,3	3,5	1,8	2,6	6,7	2,6	3,0	7,2	-0,3
Out-17	4,2	4,5	12,3	3,6	2,5	3,9	7,1	1,1	3,6	7,6	x

(*) Retificado, em resultado da substituição das estimativas efetuadas para as não respostas, ainda existentes à data do apuramento.
(**) Bens Intermédios + Outros
Nota - Os índices de produção industrial estão corrigidos da sazonalidade e de efeitos do calendário.

5.2 - Índice de volume de negócios na indústria

BASE 2015=100

Ponderador	100,00	74,84	GRANDES AGRUPAMENTOS INDUSTRIAIS					
			27,29	3,48	23,81	33,49	14,06	25,16
Meses	TOTAL		Bens de Consumo			Bens Intermédios (**)	Bens de Investimento	Energia
		Sem Agrupamento Energia	Total	Duradouro	Não Duradouro			
Índices mensais								
out-16	99,9	99,9	99,6	110,4	98,3	100,1	100,1	100,1
nov-16	106,5	107,6	109,7	121,4	108,4	105,8	107,8	102,6
dez-16	103,0	99,0	103,4	100,6	103,7	95,5	98,4	116,1
jan-17	104,3	99,2	100,4	111,1	99,2	99,1	97,2	120,4
fev-17	100,1	97,4	94,7	105,3	93,5	99,0	99,0	108,6
mar-17	115,9	118,2	115,7	132,9	113,7	121,3	115,7	108,6
abr-17	97,4	97,8	94,1	103,2	93,0	101,4	96,8	96,3
mai-17	113,3	115,9	112,8	122,5	111,7	117,2	119,0	105,1
jun-17	111,0	114,2	116,1	119,3	115,8	112,5	114,4	100,7
jul-17	110,1	112,8	117,8	115,0	118,1	112,7	103,1	101,6
(*) ago-17	96,1	92,2	98,3	88,3	99,5	90,5	84,2	108,5
(*) set-17	110,2	110,6	106,3	120,4	104,7	111,6	116,3	109,1
out-17	111,3	114,0	111,4	125,3	109,8	113,7	119,6	102,9
Variação mensal (%)								
out-16	-3,0	-4,6	-5,7	2,1	-6,6	-4,1	-3,8	2,8
nov-16	6,5	7,8	10,2	10,0	10,2	5,7	7,7	2,5
dez-16	-3,2	-8,1	-5,8	-17,1	-4,3	-9,8	-8,8	13,1
jan-17	1,2	0,3	-2,9	10,4	-4,3	3,8	-1,1	3,7
fev-17	-4,0	-1,8	-5,7	-5,2	-5,7	-0,1	1,8	-9,8
mar-17	15,8	21,3	22,1	26,2	21,6	22,5	16,9	0,0
abr-17	-15,9	-17,2	-18,7	-22,3	-18,2	-16,4	-16,4	-11,3
mai-17	16,3	18,5	19,9	18,7	20,1	15,6	23,0	9,1
jun-17	-2,0	-1,5	3,0	-2,6	3,7	-4,0	-3,9	-4,1
jul-17	-0,8	-1,3	1,4	-3,6	2,0	0,2	-9,9	0,9
(*) ago-17	-12,8	-18,3	-16,5	-23,2	-15,8	-19,7	-18,4	6,8
(*) set-17	14,7	19,9	8,1	36,3	5,3	23,4	38,1	0,6
out-17	1,0	3,1	4,7	4,1	4,8	1,9	2,9	-5,6
Variação homóloga (%)								
out-16	-4,2	-6,4	-6,1	-3,4	-6,5	-5,2	-9,3	3,4
nov-16	7,5	6,6	6,8	7,7	6,7	7,3	4,7	10,8
dez-16	5,4	3,1	1,0	5,5	0,5	2,2	10,1	12,3
jan-17	15,3	12,3	8,0	21,3	6,4	11,9	23,2	23,9
fev-17	5,9	1,8	-0,7	5,9	-1,5	4,5	0,7	19,5
mar-17	14,3	15,0	14,6	25,6	13,3	16,2	12,9	11,8
abr-17	1,2	-0,6	-2,1	-1,3	-2,2	2,2	-4,2	7,5
mai-17	13,2	13,9	13,3	21,6	12,3	13,4	16,2	10,7
jun-17	6,8	7,8	10,0	14,9	9,5	7,1	5,1	3,5
jul-17	5,0	6,6	4,6	15,4	3,5	10,0	2,9	-0,1
(*) ago-17	10,7	10,7	3,9	15,6	2,9	10,7	29,6	10,7
(*) set-17	7,0	5,5	0,7	11,4	-0,5	7,0	11,7	11,9
out-17	11,4	14,1	11,9	13,6	11,7	13,6	19,5	2,8
Variação média nos últimos 12 meses (%)								
out-16	-1,9	-0,9	1,7	2,0	1,7	-1,8	-3,9	-5,0
nov-16	-1,3	-0,7	1,8	1,6	1,8	-1,3	-3,8	-3,4
dez-16	-0,8	-0,6	1,3	1,9	1,3	-1,2	-2,7	-1,4
jan-17	0,7	0,6	1,9	3,0	1,8	-0,2	-0,1	0,7
fev-17	1,2	0,6	1,5	3,0	1,4	0,0	-0,1	3,4
mar-17	2,6	2,0	2,7	5,4	2,4	1,7	1,0	4,7
abr-17	3,1	2,2	2,6	5,1	2,3	2,2	1,1	6,0
mai-17	4,3	3,4	3,5	6,3	3,2	3,5	2,9	7,3
jun-17	5,2	4,2	4,4	7,3	4,1	4,3	3,4	8,4
jul-17	6,3	5,5	5,3	9,9	4,8	6,2	4,4	8,7
(*) ago-17	6,7	5,8	4,8	10,4	4,2	6,6	5,7	9,7
(*) set-17	7,2	6,2	4,5	11,4	3,7	7,2	7,6	10,4
out-17	8,6	8,0	6,0	13,0	5,2	8,9	10,2	10,4

(*) Retificação, em resultado da substituição das estimativas efetuadas para as não respostas, por respostas efetivas das empresas, entretanto recebidas.
(**) Bens Intermédios + Outros

5.3 - Índice de emprego na indústria

BASE 2015=100

Ponderador	EMPREGO					REMUNERAÇÕES					HORAS (Índices Brutos)					HORAS (Índices CAL)				
	100,00	46,40	34,35	15,88	3,37	100,00	36,31	37,16	18,65	7,88	100,00	46,00	34,92	16,27	2,82	100,00	48,79	32,23	16,30	2,67
Meses	TOTAL	CT	INT **	INV	EN	TOTAL	CT	INT **	INV	EN	TOTAL	CT	INT **	INV	EN	TOTAL	CT	INT **	INV	EN
Índices mensais																				
out-16	101,5	101,3	102,6	100,4	99,3	94,5	95,2	94,9	94,2	87,0	102,2	102,0	103,5	100,9	99,4	104,8	104,5	105,8	103,8	102,9
nov-16	101,9	101,4	103,4	100,8	99,5	120,4	112,9	122,8	129,9	125,7	105,7	105,1	107,2	105,3	102,6	104,6	104,0	106,2	104,0	100,9
dez-16	102,1	101,7	103,8	100,6	99,4	129,1	139,3	129,0	119,7	88,4	93,4	94,0	94,7	89,5	92,2	93,8	94,3	95,1	89,8	92,7
jan-17	101,6	101,0	103,3	100,7	100,4	95,2	95,2	96,6	94,5	89,0	106,4	106,9	106,3	105,3	104,5	106,8	107,3	106,6	105,8	105,0
fev-17	102,0	101,3	103,6	101,1	99,9	97,7	95,6	98,4	97,0	111,0	100,8	100,1	102,9	99,7	96,3	101,0	100,2	103,1	99,8	96,8
mar-17	102,6	101,8	104,3	102,4	99,2	98,7	98,2	99,4	99,2	96,0	112,6	111,5	113,6	114,3	110,8	109,6	108,3	111,1	110,9	105,6
abr-17	102,9	102,1	104,5	102,9	99,2	100,2	100,6	101,9	100,5	85,8	97,0	95,5	100,1	96,7	90,5	101,2	99,7	103,6	101,3	96,7
mai-17	103,5	102,7	105,0	103,4	99,5	104,3	101,5	103,6	105,9	123,9	110,1	109,3	111,4	111,2	103,6	108,3	107,5	109,8	109,2	101,0
jun-17	104,0	103,3	105,6	103,7	99,9	110,9	107,2	112,7	114,3	113,6	105,9	105,5	107,8	104,4	98,3	104,7	104,4	106,8	103,1	96,6
jul-17	104,6	103,9	106,2	104,4	97,9	122,0	122,3	125,9	123,6	88,5	105,4	105,4	107,1	103,9	92,7	107,9	107,9	109,5	106,8	96,0
(*) ago-17	104,8	104,6	105,9	104,7	98,2	112,9	123,4	110,1	104,3	84,6	79,3	77,1	79,9	83,7	88,0	78,0	75,8	78,6	82,0	85,8
(*) set-17	105,1	104,6	106,1	105,8	98,4	99,2	100,6	99,5	99,6	85,0	104,2	103,8	104,5	106,5	94,9	105,2	104,8	105,4	107,6	96,1
out-17	105,3	104,3	106,5	107,1	98,3	99,0	99,1	99,5	101,5	85,1	107,2	105,3	108,7	111,4	98,7	107,6	105,7	109,0	111,9	99,2
Variação mensal (%)																				
out-16	-0,1	-0,2	0,0	0,0	-0,2	0,7	0,3	0,1	2,1	1,3	-1,0	-1,4	-0,2	-2,0	0,2	2,5	2,1	3,0	2,1	5,6
nov-16	0,3	0,1	0,7	0,4	0,2	27,4	18,5	29,4	37,8	44,4	3,4	3,1	3,6	4,3	3,3	-0,1	-0,5	0,4	0,2	-2,0
dez-16	0,3	0,3	0,5	-0,2	-0,2	7,2	23,4	5,1	-7,8	-29,6	-11,7	-10,6	-11,7	-15,0	-10,1	-10,4	-9,3	-10,5	-13,6	-8,2
jan-17	-0,5	-0,7	-0,5	0,0	1,1	-26,3	-31,7	-25,2	-21,0	0,6	13,9	13,8	12,2	17,7	13,4	13,9	13,8	12,2	17,8	13,3
fev-17	0,3	0,3	0,3	0,4	-0,5	2,6	0,5	1,9	2,6	24,7	-5,2	-6,4	-3,2	-5,3	-7,9	-5,4	-6,6	-3,3	-5,6	-7,8
mar-17	0,6	0,5	0,7	1,3	-0,8	1,0	2,7	1,0	2,3	-13,5	11,7	11,4	10,4	14,6	15,1	8,5	8,0	7,8	11,1	9,1
abr-17	0,3	0,3	0,2	0,5	0,1	1,5	2,4	2,5	1,3	-10,6	-13,8	-14,3	-11,9	-15,4	-18,3	-7,7	-7,9	-6,8	-8,7	-8,5
mai-17	0,6	0,6	0,5	0,5	0,3	4,1	0,9	1,7	5,4	44,3	13,5	14,5	11,3	14,9	14,5	7,1	7,8	5,9	7,8	4,5
jun-17	0,5	0,5	0,6	0,3	0,4	6,3	5,7	8,8	7,9	-8,3	-3,9	-3,5	-3,2	-6,0	-5,2	-3,3	-3,0	-2,7	-5,6	-4,3
jul-17	0,6	0,7	0,6	0,6	-2,0	10,0	14,1	11,7	8,1	-22,1	-0,5	-0,1	-0,6	-0,5	-5,7	3,0	3,4	2,5	3,6	-0,7
(*) ago-17	0,3	0,6	-0,3	0,3	0,3	-7,4	0,9	-12,5	-15,6	-4,4	-24,7	-26,9	-25,5	-19,4	-5,1	-27,7	-29,8	-28,2	-23,2	-10,7
(*) set-17	0,3	0,0	0,2	1,1	0,2	-12,2	-18,5	-9,6	-4,5	0,5	31,3	34,7	30,8	27,2	7,8	34,9	38,3	34,0	31,2	12,1
out-17	0,1	-0,4	0,4	1,2	-0,1	-0,2	-1,5	-0,1	1,9	0,2	2,9	1,4	4,0	4,6	4,0	2,3	0,8	3,5	4,0	3,1
Variação homóloga (%)																				
out-16	1,0	1,0	1,9	0,0	-2,1	3,7	4,6	4,0	2,8	-3,0	-4,6	-4,7	-3,6	-6,1	-7,6	-2,6	-2,7	-1,8	-3,8	-4,8
nov-16	1,2	0,9	2,4	-0,1	-1,8	5,7	3,8	7,5	8,3	-1,1	1,0	0,7	1,7	1,0	-1,9	-1,0	-1,3	-0,2	-1,3	-4,8
dez-16	1,0	0,3	2,5	0,5	-0,6	3,2	4,9	2,5	1,0	0,0	-0,8	-1,6	1,0	-0,9	-3,6	1,3	0,4	2,9	1,5	-0,6
jan-17	1,8	1,6	2,8	0,6	0,0	4,1	5,6	3,7	3,5	-1,4	7,3	6,9	6,8	9,7	6,3	5,1	4,7	4,8	7,1	3,1
fev-17	2,0	1,9	2,9	0,9	0,6	4,6	5,3	4,7	4,9	-1,0	-0,2	-0,6	1,1	-1,1	-4,1	0,5	0,0	1,7	-0,5	-1,3
mar-17	2,2	2,0	3,1	1,6	-0,2	3,5	5,1	3,5	3,7	-6,9	5,9	5,8	5,4	7,4	4,2	3,6	3,1	3,9	5,1	-0,3
abr-17	2,6	2,4	3,1	2,4	0,1	3,0	5,8	4,3	4,4	-25,5	-4,7	-5,4	-3,3	-4,9	-8,5	-0,6	-0,9	-0,1	-0,4	-1,4
mai-17	2,6	2,3	3,3	2,7	0,2	8,0	6,7	5,6	9,9	25,8	5,1	4,7	5,2	6,6	0,1	3,0	2,6	3,3	4,2	-2,9
jun-17	2,9	2,7	3,3	3,2	0,3	5,0	5,8	6,1	2,8	1,8	2,3	2,1	2,8	2,3	-0,4	2,3	2,1	2,8	2,2	-0,4
jul-17	2,9	2,8	3,2	3,5	-1,8	4,7	5,3	4,9	4,3	-0,9	2,4	2,1	2,8	2,9	-1,3	2,3	2,1	2,7	2,8	-1,3
(*) ago-17	3,3	3,0	3,5	4,3	-1,5	5,5	5,9	5,7	6,1	-2,8	4,5	2,1	5,0	12,1	-2,2	4,5	2,1	5,0	12,2	-2,2
(*) set-17	3,4	3,1	3,4	5,5	-1,2	5,7	6,0	5,1	8,0	-1,1	0,9	0,4	0,8	3,4	-4,3	3,0	2,4	2,6	5,9	-1,4
out-17	3,7	2,9	3,8	6,7	-1,1	4,8	4,1	4,8	7,8	-2,2	4,8	3,2	5,0	10,4	-0,7	2,7	1,1	3,1	7,8	-3,7
Variação média nos últimos 12 meses (%)																				
out-16	1,1	0,7	2,1	0,7	0,1	3,6	3,6	4,5	3,3	-0,5	0,4	0,2	1,3	-0,9	-0,4	0,4	0,3	1,3	-0,9	-0,6
nov-16	1,1	0,7	2,1	0,5	-0,3	3,7	3,4	4,7	3,7	-0,9	0,2	0,0	1,1	-1,1	-1,1	0,2	0,1	1,2	-1,1	-1,3
dez-16	1,1	0,6	2,1	0,5	-0,5	3,4	3,4	4,2	3,0	-0,5	0,0	-0,2	1,1	-1,2	-1,4	0,2	0,0	1,2	-1,0	-1,4
jan-17	1,1	0,7	2,2	0,4	-0,7	3,5	3,6	4,2	3,0	-0,7	0,7	0,5	1,6	-0,2	-0,9	0,5	0,3	1,5	-0,4	-1,3
fev-17	1,2	0,8	2,3	0,5	-0,8	3,7	3,9	4,3	3,3	-0,6	0,4	0,2	1,4	-0,5	-1,7	0,4	0,1	1,4	-0,5	-1,6
mar-17	1,3	0,9	2,4	0,5	-0,8	3,7	4,2	4,2	3,3	-1,6	0,9	0,7	1,8	0,3	-1,3	0,7	0,4	1,7	0,0	-1,7
abr-17	1,4	1,1	2,4	0,6	-0,7	3,6	4,3	4,2	3,3	-4,4	0,6	0,3	1,5	0,1	-1,7	0,7	0,4	1,6	0,2	-1,5
mai-17	1,5	1,2	2,5	0,8	-0,7	4,0	4,7	4,4	3,9	-2,6	0,8	0,4	1,6	0,5	-2,1	0,9	0,5	1,7	0,6	-1,9
jun-17	1,7	1,4	2,6	1,0	-0,7	4,2	4,9	4,6	3,9	-2,1	0,9	0,6	1,7	0,8	-2,1	1,0	0,7	1,8	0,9	-1,9
jul-17	1,8	1,6	2,7	1,3	-0,8	4,4	5,1	4,6	4,1	-1,9	1,5	1,1	2,2	1,6	-1,6	1,2	0,9	2,0	1,3	-1,9
(*) ago-17	2,0	1,8	2,8	1,6	-0,7	4,5	5,3	4,8	4,4	-1,9	1,5	1,0	2,1	2,1	-1,7	1,5	1,0	2,1	2,1	-1,6
(*) set-17	2,2	2,0	2,9	2,1	-0,7	4,7	5,4	4,8	4,9	-1,7	1,5	1,0	2,1	2,5	-1,9	1,7	1,2	2,2	2,7	-1,5
out-17	2,5	2,2	3,1	2,6	-0,6	4,8	5,3	4,9	5,3	-1,6	2,3	1,7	2,8	3,9	-1,3	2,2	1,5	2,7	3,7	-1,4

NOTAS

Variação mensal = [mês n (ano N) / mês n-1 (ano N)] * 100 - 100

Variação homóloga = [mês n (ano N) / mês n (ano N-1)] * 100 - 100

Variação média nos últimos 12 meses = [[mês (n-11) + ... + mês (n)] / [mês (n-23) + ... + mês (n-12)]] * 100 - 100

(*) Retificação, em resultado da substituição das estimativas efetuadas para as não respostas, por respostas efetivas das empresas, entretanto recebidas.

(**) Bens Intermédios + Outros

CAL - Índices ajustados de efeitos de calendário

5.4 - Inquéritos de conjuntura à indústria transformadora

INQUERITO MENSAL

Unid: SRE/MM3M

	2017											2016
	Nov.	Out.	Set.	Ago.	Jul.	Jun.	Mai.	Abr.	Mar.	Fev.	Jan.	Dez.
Total												
Indicador de confiança (a)	**3,3**	**2,7**	**1,8**	**1,6**	**1,7**	**2,4**	**2,0**	**2,0**	**1,4**	**1,4**	**1,3**	**1,0**
Produção atual (a)	6,9	5,1	4,2	7,2	8,0	9,7	6,3	4,9	1,1	0,8	1,1	1,3
Perspetivas de produção (a)	15,5	13,4	11,8	10,4	10,7	10,6	9,7	10,2	10,1	10,0	10,3	10,0
Procura global atual	-1,3	-1,2	-2,4	-1,9	-2,3	-0,9	-2,1	-2,7	-4,2	-4,0	-4,8	-5,4
Procura interna atual	-4,4	-4,5	-3,8	-3,2	-3,9	-4,2	-5,8	-5,5	-6,1	-5,7	-6,6	-7,0
Procura externa atual	-2,3	-1,9	-3,2	-2,5	-2,6	-0,7	-1,4	-2,0	-3,4	-4,3	-5,3	-5,9
Stocks de produtos acabados atual	4,2	4,1	4,0	3,6	3,3	2,5	1,6	1,4	1,8	1,8	1,6	1,7
Perspetivas de emprego	7,2	8,1	8,1	7,0	6,4	5,3	5,2	4,9	4,6	2,8	2,3	1,8
Perspetivas de preços (a)	5,7	3,7	2,2	0,6	1,6	2,8	3,6	3,2	3,2	3,2	3,4	2,9
Bens de Consumo												
Produção atual (a)	6,8	4,5	3,6	6,9	7,4	9,8	6,2	4,3	-0,6	-1,0	0,9	2,8
Perspetivas de produção (a)	13,3	12,7	11,8	10,5	10,5	11,2	12,8	14,6	15,4	15,0	14,4	13,1
Procura global atual	0,5	-0,4	-0,8	0,3	1,8	2,3	0,6	-1,4	-3,8	-2,1	-2,4	-1,0
Procura interna atual	-2,6	-2,9	-2,8	-1,5	-0,9	-0,8	-3,0	-3,7	-4,4	-2,7	-2,5	-2,1
Procura externa atual	-0,5	-1,8	-2,7	-1,2	1,1	3,9	3,7	2,4	-1,7	-2,6	-4,2	-3,8
Stocks de produtos acabados atual	5,9	6,7	6,6	6,5	6,0	5,2	4,1	3,0	3,5	3,4	3,0	2,7
Perspetivas de emprego	5,7	6,9	7,1	7,0	6,1	5,2	4,2	3,9	5,0	3,6	2,9	3,1
Perspetivas de preços (a)	2,8	2,1	2,0	0,2	0,3	1,6	2,7	3,2	3,2	2,8	2,9	2,3
Bens de Investimento												
Produção atual	13,9	9,0	7,7	10,6	11,5	10,6	7,8	8,2	7,6	8,0	5,2	1,0
Perspetivas de produção	25,3	22,3	22,3	19,0	23,3	24,0	24,3	19,2	13,9	9,6	7,7	5,9
Procura global atual	0,0	0,1	1,4	2,1	0,8	1,9	1,0	1,0	-0,5	-2,2	-3,1	-5,6
Procura interna atual	-4,6	-6,4	-5,4	-4,8	-6,0	-6,4	-8,0	-8,0	-9,2	-9,2	-9,6	-10,5
Procura externa atual	-3,6	-3,0	-0,9	-0,6	-1,4	-1,5	-2,1	-2,0	-2,8	-4,0	-4,8	-6,1
Stocks de produtos acabados atual	-1,3	-1,6	-1,5	-1,2	-1,3	-1,5	-1,9	-1,4	-0,7	-1,2	-1,9	-2,3
Perspetivas de emprego	14,3	14,9	15,6	12,1	12,6	9,2	12,5	12,2	10,5	6,6	4,7	2,3
Perspetivas de preços	1,1	2,3	2,5	1,8	2,5	2,0	0,6	-0,1	0,5	1,8	-0,5	-1,2
Bens Intermédios												
Produção atual	4,7	4,1	3,5	6,2	7,2	9,4	6,0	4,3	0,0	-0,4	-0,2	0,5
Perspetivas de produção (a)	11,5	9,6	7,9	8,0	8,0	7,4	5,1	5,7	6,0	6,3	7,2	7,3
Procura global atual	-2,9	-2,2	-4,7	-4,6	-6,0	-4,0	-4,8	-4,9	-5,7	-5,8	-6,9	-8,2
Procura interna atual	-5,5	-4,9	-4,0	-3,7	-5,2	-5,8	-6,9	-5,9	-6,3	-6,6	-8,2	-9,0
Procura externa atual	-3,1	-1,5	-4,2	-3,9	-5,4	-3,4	-4,5	-4,8	-4,8	-5,5	-6,2	-7,2
Stocks de produtos acabados atual	4,9	4,2	4,1	3,3	3,0	2,0	1,1	1,4	1,6	1,8	2,0	2,4
Perspetivas de emprego	5,9	6,6	6,2	5,3	4,5	4,1	3,4	3,0	2,3	1,1	1,1	0,9
Perspetivas de preços	6,2	2,6	0,5	-0,7	1,4	4,4	7,3	7,4	7,4	5,9	5,4	2,9

Notas: SRE - saldos de respostas extremas; MM3M - médias móveis de três meses
(a) séries corrigidas de sazonalidade

(continua)

5.4 - Inquéritos de conjuntura à indústria transformadora (continuação)

INQUERITO TRIMESTRAL

Unid: MM2T

	2017				2016			
	Out.	Jul.	Abr.	Jan.	Out.	Jul.	Abr.	Jan.
Total								
Taxa de utilização da capacidade produtiva (%) (a)	81,4	80,2	79,6	80,1	79,9	80,2	80,2	79,9
Semanas de produção assegurada (nº) (a)	16,8	16,7	16,3	16,0	16,6	17,0	16,6	17,0
Capacidade produtiva atual (sre) (a)	3,8	5,9	6,2	5,9	8,1	10,5	10,5	8,3
Evolução da carteira de encomendas externa (sre)	8,4	9,9	10,7	7,0	2,7	5,4	8,4	5,8
Preços das matérias-primas (sre)	8,0	10,0	14,1	8,8	4,7	4,6	2,2	0,5
Empresas com obstáculos à atividade (%)	27,1	26,2	25,9	26,5	26,0	26,9	28,6	28,0
Bens de Consumo								
Taxa de utilização da capacidade produtiva (%) (a)	80,2	80,1	79,8	79,3	79,1	78,7	79,0	79,7
Semanas de produção assegurada (nº) (a)	9,0	8,7	8,2	8,0	8,4	8,7	8,9	9,6
Capacidade produtiva atual (sre)	6,1	7,8	9,2	8,5	9,3	11,9	12,5	9,4
Evolução da carteira de encomendas externa (sre)	11,1	11,7	11,3	9,6	6,7	7,1	6,5	6,6
Preços das matérias-primas	11,6	12,2	13,9	10,5	8,2	7,2	5,3	4,7
Empresas com obstáculos à atividade (%)	31,2	29,2	31,0	31,0	30,3	31,1	32,2	33,3
Bens de Investimento								
Taxa de utilização da capacidade produtiva (%)	78,9	78,2	78,8	80,9	81,0	81,6	81,6	81,5
Semanas de produção assegurada (nº)	19,4	18,9	19,3	18,3	19,8	21,0	20,3	20,9
Capacidade produtiva atual (sre)	-2,4	-1,2	-1,4	-1,1	6,2	12,9	12,8	13,5
Evolução da carteira de encomendas externa (sre)	15,5	20,2	14,1	7,8	8,0	10,1	12,9	8,7
Preços das matérias-primas (sre)	13,8	12,1	11,9	7,8	6,8	8,7	6,5	3,3
Empresas com obstáculos à atividade (%)	32,9	31,5	28,5	31,8	31,9	28,7	33,5	36,6
Bens Intermédios								
Taxa de utilização da capacidade produtiva (%) (a)	83,1	81,0	79,6	80,3	80,2	80,9	80,4	79,5
Semanas de produção assegurada (nº)	20,5	21,1	21,3	20,6	20,4	21,0	21,1	20,7
Capacidade produtiva atual (sre)	4,4	6,9	6,7	6,6	8,0	8,9	8,4	5,9
Evolução da carteira de encomendas externa (sre) (a)	8,7	4,1	5,0	6,4	2,6	1,5	4,0	5,7
Preços das matérias-primas (sre)	4,7	7,5	13,8	8,3	2,8	1,3	-2,3	-3,1
Empresas com obstáculos à atividade (%)	22,6	22,6	21,7	21,8	21,2	23,6	24,7	21,7

Notas: SRE - saldos de respostas extremas; MM2T - médias móveis de dois trimestres
(a) séries corrigidas de sazonalidade

5.5 - Licenciamento de obras

	Valor Mensal (nº)						Variação (%)
	Outubro 2017 (a)	Setembro 2017 (a)	Agosto 2017 (a)	Julho 2017 (a)	Junho 2017 (a)	Maio 2017 (a)	Média últimos 12 meses
PORTUGAL							
Edifícios licenciados	1 329	1 648	1 404	1 420	1 548	1 802	-15.5
dos quais: de Construções novas	901	1 100	991	949	1 052	1 194	-11.1
Edifícios licenciados para Habitação familiar	899	1 149	918	954	982	1 145	-9.2
dos quais: de Construções novas	660	846	717	694	724	856	-7.0
Fogos	1 188	1 352	972	1 102	1 149	1 538	19.2
NORTE							
Edifícios licenciados	543	658	543	581	673	753	-11.7
dos quais: de Construções novas	394	424	389	383	468	513	-6.6
Edifícios licenciados para Habitação familiar	376	468	354	389	437	502	-5.3
dos quais: de Construções novas	287	324	272	276	322	377	-3.4
Fogos	577	452	346	393	480	563	39.4
CENTRO							
Edifícios licenciados	382	476	452	401	431	539	-23.8
dos quais: de Construções novas	265	331	311	269	291	370	-14.0
Edifícios licenciados para Habitação familiar	244	311	279	251	247	308	-14.4
dos quais: de Construções novas	191	247	221	190	181	241	-3.5
Fogos	243	405	324	237	230	358	-24.5
ÁREA METROPOLITANA de LISBOA							
Edifícios licenciados	177	222	177	196	178	227	4.1
dos quais: de Construções novas	110	148	141	135	128	136	4.8
Edifícios licenciados para Habitação familiar	133	158	135	141	134	155	9.0
dos quais: de Construções novas	91	124	120	111	108	113	5.8
Fogos	231	288	169	297	257	362	90.9
ALENTEJO							
Edifícios licenciados	97	134	104	106	110	135	-19.2
dos quais: de Construções novas	65	101	73	80	80	82	-22.6
Edifícios licenciados para Habitação familiar	57	89	60	62	54	78	-19.7
dos quais: de Construções novas	37	70	43	46	41	50	-28.8
Fogos	37	73	49	58	42	63	-28.8
ALGARVE							
Edifícios licenciados	68	84	53	77	68	64	-17.1
dos quais: de Construções novas	31	46	30	42	32	37	-16.2
Edifícios licenciados para Habitação familiar	44	63	45	59	44	45	-25.4
dos quais: de Construções novas	25	41	29	36	29	32	-21.9
Fogos	44	74	43	53	62	97	18.9
R.A. dos AÇORES							
Edifícios licenciados	43	52	59	41	63	58	-32.8
dos quais: de Construções novas	29	39	36	31	38	37	-29.3
Edifícios licenciados para Habitação familiar	31	40	32	35	44	35	-13.9
dos quais: de Construções novas	23	30	23	27	31	26	-17.9
Fogos	30	49	24	33	34	30	3.4
R.A. da MADEIRA							
Edifícios licenciados	19	22	16	18	25	26	-9.5
dos quais: de Construções novas	7	11	11	9	15	19	-58.8
Edifícios licenciados para Habitação familiar	14	20	13	17	22	22	-30.0
dos quais: de Construções novas	6	10	9	8	12	17	-64.7
Fogos	26	11	17	31	44	65	18.2

NOTA: O Total de obras licenciadas inclui licenças para construções novas, ampliações, alterações, reconstruções e demolições de edifícios.
(a) Dados preliminares

5.6 - Obras concluídas

	Valor Trimestral (nº)							
	3.º Trim. 2017 (a)	2.º Trim. 2017 (a)	1.º Trim. 2016 (b)	4.º Trim. 2016 (b)	3.º Trim. 2016 (b)	2.º Trim. 2016 (b)	1.º Trim. 2015 (b)	4.º Trim. 2015 (b)
PORTUGAL								
Edifícios concluídos	3 334	2 903	2 896	2807	2707	2587	2 560	2 614
dos quais: de Construções novas	2 294	1 988	2 008	1937	1874	1770	1 734	1 738
Edifícios concluídos para Habitação familiar	2 196	1 960	1 909	1809	1759	1598	1 602	1 568
dos quais: de Construções novas	1 529	1 360	1 346	1266	1241	1121	1 104	1 065
Fogos	2 101	1 886	1 987	2113	1864	1648	1 631	1 390
NORTE								
Edifícios concluídos	1 298	1 195	1 119	1083	1047	1040	1 058	992
dos quais: de Construções novas	881	808	763	739	746	700	730	681
Edifícios concluídos para Habitação familiar	874	840	782	721	721	678	714	647
dos quais: de Construções novas	602	567	526	495	516	461	497	449
Fogos	812	759	700	869	703	565	679	596
CENTRO								
Edifícios concluídos	1 014	869	943	846	870	823	802	881
dos quais: de Construções novas	691	611	666	587	587	575	534	566
Edifícios concluídos para Habitação familiar	618	528	573	514	532	466	456	456
dos quais: de Construções novas	435	390	438	370	377	353	320	315
Fogos	513	525	646	594	574	504	445	354
ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA								
Edifícios concluídos	328	256	300	278	242	190	196	200
dos quais: de Construções novas	246	178	221	215	181	136	150	144
Edifícios concluídos para Habitação familiar	254	193	211	206	173	140	139	141
dos quais: de Construções novas	190	136	162	163	133	100	110	104
Fogos	385	237	311	350	219	222	205	167
ALENTEJO								
Edifícios concluídos	309	264	246	278	263	263	230	241
dos quais: de Construções novas	221	191	169	198	188	197	157	165
Edifícios concluídos para Habitação familiar	173	160	139	143	137	128	124	126
dos quais: de Construções novas	123	118	92	98	103	93	84	80
Fogos	150	138	95	99	123	178	108	89
ALGARVE								
Edifícios concluídos	145	125	107	118	110	121	111	125
dos quais: de Construções novas	90	72	65	61	60	68	69	70
Edifícios concluídos para Habitação familiar	121	101	88	88	83	89	73	97
dos quais: de Construções novas	74	62	51	47	45	48	39	54
Fogos	129	137	111	88	170	100	94	117
R.A. dos AÇORES								
Edifícios concluídos	170	137	122	147	134	105	119	121
dos quais: de Construções novas	122	101	87	101	94	64	71	77
Edifícios concluídos para Habitação familiar	96	90	64	95	84	61	64	60
dos quais: de Construções novas	68	65	44	65	55	41	37	36
Fogos	70	67	49	78	62	53	40	38
R.A. da MADEIRA								
Edifícios concluídos	70	57	59	57	41	45	44	54
dos quais: de Construções novas	43	27	37	36	18	30	23	35
Edifícios concluídos para Habitação familiar	60	48	52	42	29	36	32	41
dos quais: de Construções novas	37	22	33	28	12	25	17	27
Fogos	42	23	75	35	13	26	60	29

NOTA: O Total de obras concluídas inclui construções novas, ampliações, alterações e reconstruções de edifícios,

(a) Resultados estimados preliminares

(b) Resultados estimados revistos

5.7 - Inquéritos de conjuntura à construção e obras públicas

INQUERITO MENSAL

Unid: MM3M

	2017											2016
	Nov.	Out.	Set.	Ago.	Jul.	Jun.	Mai.	Abr.	Mar.	Fev.	Jan.	Dez.
Total												
Indicador de confiança (sre)	**-18,9**	**-18,4**	**-18,0**	**-19,2**	**-20,5**	**-22,0**	**-23,2**	**-23,7**	**-25,4**	**-27,3**	**-29,6**	**-30,2**
Atividade da empresa (sre)	-4,1	-6,4	-7,5	-9,0	-9,1	-12,0	-13,5	-14,1	-12,3	-12,1	-13,7	-14,4
Carteira de encomendas (sre)	-29,5	-29,5	-29,9	-31,8	-33,7	-34,8	-35,7	-35,5	-36,4	-37,6	-39,1	-39,6
Perspetivas de emprego (sre)	-8,2	-7,4	-6,2	-6,6	-7,3	-9,1	-10,8	-12,0	-14,4	-17,0	-20,1	-20,8
Perspetivas de preços (sre)	-3,8	-4,4	-6,2	-7,9	-8,7	-8,7	-8,0	-7,7	-8,4	-9,3	-10,0	-10,4
Empresas c/ obstáculos à atividade (%)	48,9	48,2	48,0	48,6	49,2	50,1	49,9	50,0	50,3	51,7	52,4	53,4
Promoção imobiliária e construção de edifícios												
Atividade da empresa (sre)	-6,4	-4,1	-3,7	-4,1	-7,0	-7,0	-8,3	-7,6	-6,9	-4,8	-6,5	-8,7
Carteira de encomendas (sre)	-25,9	-25,5	-24,9	-24,5	-25,9	-26,8	-28,4	-27,7	-27,7	-26,1	-25,7	-25,4
Perspetivas de emprego (sre)	-11,2	-9,8	-8,9	-9,7	-10,5	-11,3	-11,1	-11,5	-13,2	-14,1	-15,0	-13,6
Perspetivas de preços (sre)	-4,1	-2,7	-3,8	-5,3	-7,0	-8,1	-8,6	-8,6	-8,6	-7,9	-8,7	-8,8
Empresas c/ obstáculos à atividade (%)	40,5	40,5	40,9	42,3	43,8	44,7	44,3	44,2	45,1	45,1	45,9	46,1
Engenharia civil												
Atividade da empresa (sre)	-6,4	-14,6	-16,6	-18,7	-13,7	-21,0	-21,0	-24,8	-19,3	-21,3	-25,9	-26,5
Carteira de encomendas (sre)	-51,2	-51,3	-53,3	-57,2	-60,3	-61,0	-61,0	-58,8	-60,8	-65,7	-69,8	-70,0
Perspetivas de emprego (sre)	-10,2	-10,4	-8,9	-8,9	-9,6	-13,3	-13,3	-18,8	-21,5	-27,1	-34,1	-38,1
Perspetivas de preços (sre)	-2,2	-4,2	-8,8	-11,4	-12,4	-11,8	-11,8	-10,2	-11,3	-14,0	-15,0	-16,5
Empresas c/ obstáculos à atividade (%)	74,9	73,6	73,7	73,2	72,2	73,1	73,1	71,5	70,5	74,0	74,4	76,4
Atividades especializadas de construção												
Atividade da empresa (sre)	3,1	0,4	-2,1	-4,7	-7,0	-9,1	-10,5	-11,2	-12,4	-12,9	-10,3	-8,6
Carteira de encomendas (sre)	-7,3	-7,8	-8,0	-11,1	-12,6	-14,6	-16,1	-18,6	-19,5	-20,9	-22,4	-24,6
Perspetivas de emprego (sre)	-0,5	0,6	2,0	1,8	1,2	0,1	-3,2	-3,9	-7,2	-8,8	-10,7	-10,7
Perspetivas de preços (sre)	-5,2	-7,6	-7,1	-8,0	-6,9	-5,5	-3,1	-2,9	-4,1	-5,8	-5,5	-5,2
Empresas c/ obstáculos à atividade (%)	29,6	28,2	27,0	27,3	28,4	29,4	31,9	31,9	33,2	33,8	34,9	35,8

Notas: SRE - saldos de respostas extremas; MM3M - médias móveis de três meses
(a) séries corrigidas de sazonalidade

INQUERITO TRIMESTRAL

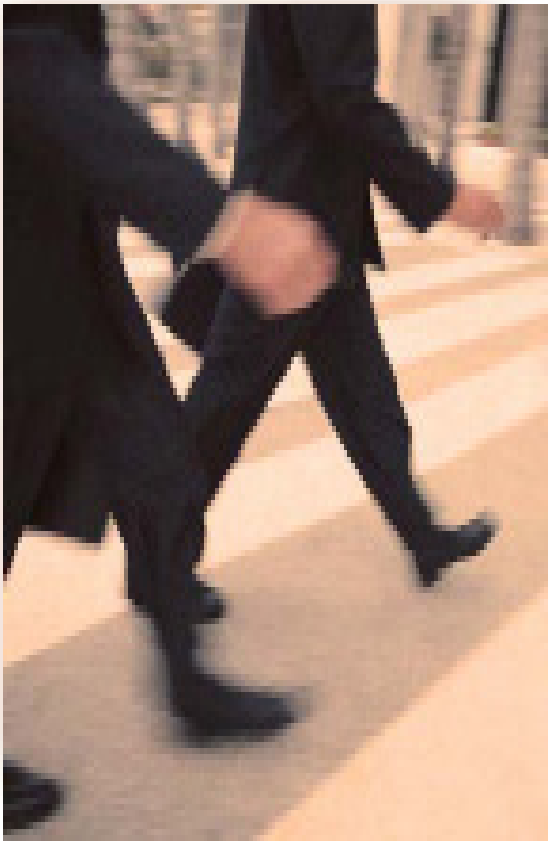
Unid: MM2T

	2017				2016			
	Out.	Jul.	Abr.	Jan.	Out.	Jul.	Abr.	Jan.
Total								
Meses de produção assegurada (nº)	8,8	9,1	9,6	9,4	9,2	9,0	9,2	9,3
Taxa de utilização da capacidade produtiva (%)	70,4	69,5	68,9	69,1	69,0	68,4	68,8	67,8
Perspetivas de atividade (sre) (a)	-5,6	-3,7	-2,8	-3,5	-8,1	-12,7	-15,9	-19,5
Promoção imobiliária e construção de edifícios								
Meses de produção assegurada (nº)	7,4	7,5	7,5	8,1	8,0	6,9	6,7	6,8
Taxa de utilização da capacidade produtiva (%)	67,6	67,7	67,2	66,2	65,9	65,3	65,5	62,5
Perspetivas de atividade (sre)	-3,6	-1,7	-2,4	-2,7	-8,4	-12,1	-13,2	-16,9
Engenharia civil								
Meses de produção assegurada (nº)	12,6	13,4	14,9	13,8	13,2	14,2	15,1	15,3
Taxa de utilização da capacidade produtiva (%)	67,1	64,9	64,3	66,8	66,9	65,9	67,2	67,9
Perspetivas de atividade (sre) (a)	-15,8	-9,5	-6,4	-9,0	-16,7	-19,1	-23,3	-32,9
Atividades especializadas de construção								
Meses de produção assegurada (nº)	6,2	6,4	6,3	6,0	5,9	5,8	5,7	5,8
Taxa de utilização da capacidade produtiva (%)	79,7	78,6	77,8	76,9	77,0	77,2	76,5	77,0
Perspetivas de atividade (sre)	1,1	8,2	4,5	-5,7	0,4	2,4	-7,6	-14,3

Notas: SRE - saldos de respostas extremas; MM2T - médias móveis de dois trimestres
(a) séries corrigidas de sazonalidade

5.8 - Índice de preços na produção industrial

BASE (100:2015)			Valor Mensal	Variação Mensal (%)					Variação (%)	
			Out. 17	Out. 17	Set. 17	Ago. 17	Jul. 17	Jun. 17	Homóloga	Acumulada (12 meses)
	PORTUGAL	**Ponderadores**								
CAE-Rev.3										
C/D/E	**ÍNDICE GERAL**		**100,6**	**0,4**	**0,3**	**0,1**	**-0,3**	**-0,2**	**2,7**	**3,0**
	Desagregação do Índice Geral por Grandes Agrupamentos Industriais:									
-	**Bens de Consumo (Total)**	32,36	**101,2**	**-0,2**	**-0,2**	**0,0**	**-0,2**	**-0,2**	**0,4**	**0,8**
-	Bens de consumo duradouro	3,90	101,0	-0,3	-0,1	0,2	-0,2	0,0	-0,2	0,2
-	Bens de consumo n. duradouro	28,45	101,3	-0,2	-0,2	0,0	-0,2	-0,2	0,5	0,9
-	**Bens Intermédios**	32,72	**101,7**	**0,8**	**0,4**	**0,1**	**0,3**	**-0,2**	**3,8**	**1,6**
-	**Bens de Investimento**	10,45	**99,5**	**-0,2**	**0,1**	**-0,1**	**0,1**	**0,3**	**0,4**	**0,3**
-	**Energia**	24,47	**98,4**	**1,4**	**1,1**	**0,3**	**-1,7**	**-0,4**	**6,3**	**11,7**
B	**Indústrias Extrativas**	1,27	**120,5**	**2,0**	**10,0**	**-0,1**	**3,2**	**1,1**	**25,9**	**14,7**
C	**Indústrias Transformadoras**	86,90	**99,9**	**0,3**	**0,3**	**0,2**	**-0,3**	**-0,3**	**2,1**	**2,2**
D	**Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio**	9,14	**105,9**	**1,2**	**-0,1**	**-0,7**	**-0,7**	**1,3**	**7,5**	**10,8**
E	**Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição**	2,69	**103,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,1**	**0,6**	**0,9**



6. Comércio Interno e Internacional

6.1 - Inquéritos de conjuntura ao comércio

INQUERITO MENSAL

Unid: SRE/MM3M

	2017											2016
	Nov.	Out.	Set.	Ago.	Jul.	Jun.	Mai.	Abr.	Mar.	Fev.	Jan.	Dez.
Total												
Indicador de confiança (a)	**3,8**	**3,2**	**3,2**	**3,5**	**4,0**	**3,9**	**3,5**	**3,6**	**3,1**	**3,3**	**3,0**	**2,9**
Perspetivas atividade da empresa (a)	7,2	6,0	5,5	5,5	4,7	4,5	5,2	6,2	6,1	6,0	6,1	5,9
Volume de vendas (a)	8,8	7,6	8,1	9,5	12,0	11,7	9,9	8,9	8,6	9,1	7,6	6,9
Persp. encomendas a fornecedores (a)	3,3	3,5	2,8	2,0	2,3	2,1	0,8	0,9	0,4	1,2	1,2	0,9
Nível de existências	4,5	4,1	4,0	4,4	4,7	4,5	4,6	4,4	5,3	5,1	4,8	4,1
Perspetivas de emprego	2,2	2,5	3,7	5,5	6,1	5,1	4,1	3,4	2,9	2,5	2,5	1,6
Preços (a)	5,1	4,2	4,3	2,8	2,5	2,2	3,3	3,8	4,4	5,3	3,7	3,1
Perspetivas de preços (a)	5,4	4,8	4,2	3,6	3,7	3,5	3,5	3,6	4,3	4,8	3,4	2,9
Comércio por grosso												
Perspetivas atividade da empresa (a)	8,6	6,9	6,6	6,3	5,2	4,8	5,8	6,9	7,2	8,4	8,7	7,4
Volume de vendas (a)	10,7	8,5	9,2	11,5	15,2	15,5	13,4	12,2	11,6	11,9	9,0	7,1
Persp. encomendas a fornecedores (a)	4,5	4,2	3,4	2,5	2,8	1,9	0,7	0,5	0,4	1,5	2,2	1,2
Nível de existências	4,1	3,3	3,3	3,4	4,1	3,3	3,7	3,2	5,0	5,0	4,5	3,7
Perspetivas de emprego	0,9	2,2	3,6	5,1	5,1	4,3	3,9	3,6	3,7	3,2	2,3	0,7
Preços (a)	7,9	6,2	6,3	4,1	4,0	3,8	5,5	5,7	6,1	7,4	5,2	4,1
Perspetivas de preços (a)	8,7	7,3	5,7	5,1	5,0	5,0	5,1	5,6	6,7	7,1	4,9	4,2
Comércio a retalho												
Perspetivas atividade da empresa (a)	5,9	5,0	4,2	4,4	3,7	3,3	3,6	4,5	4,5	4,2	4,3	5,6
Volume de vendas (a)	6,8	6,2	6,3	5,8	6,9	5,9	5,3	5,1	6,6	7,4	7,4	7,0
Persp. encomendas a fornecedores (a)	1,9	2,3	1,9	1,7	2,3	2,4	1,3	0,9	0,4	0,3	0,1	0,7
Nível de existências	4,9	4,9	4,8	5,6	5,5	5,9	5,7	5,7	5,6	5,2	5,1	4,6
Perspetivas de emprego	3,8	2,9	3,8	6,1	7,2	5,9	4,3	3,1	2,1	1,7	2,6	2,8
Preços (a)	1,7	2,4	2,7	1,2	0,1	-0,2	0,2	1,5	2,9	3,4	2,0	1,5
Perspetivas de preços (a)	2,5	2,3	2,1	1,4	1,7	1,3	1,3	0,9	1,5	2,0	1,9	2,2

Notas: SRE - saldos de respostas extremas; MM3M - médias móveis de três meses
(a) séries corrigidas de sazonalidade

INQUERITO TRIMESTRAL

Unid: MM2T

	2017				2016			
	Out.	Jul.	Abr.	Jan.	Out.	Jul.	Abr.	Jan.
Total								
Encomendas a fornecedores estrangeiros (sre) (a)	-5,2	0,0	-1,1	-4,5	-4,1	-4,6	-5,3	1,3
Perspetivas de evolução das existências (sre) (a)	-3,5	-2,2	-1,3	-2,4	-3,3	-4,2	-5,6	-3,3
Empresas com obstáculos à atividade (%) (a)	9,4	9,2	10,6	12,0	12,0	12,4	13,1	13,6
Comércio por grosso								
Encomendas a fornecedores estrangeiros (sre) (a)	0,7	5,2	3,2	-0,6	0,2	-0,1	-1,4	3,3
Perspetivas de evolução das existências (sre) (a)	-3,3	-2,2	0,2	-0,3	-2,3	-4,5	-5,1	-2,8
Empresas com obstáculos à atividade (%) (a)	10,1	9,8	11,6	13,1	12,6	13,1	13,7	13,1
Comércio a retalho								
Encomendas a fornecedores estrangeiros (sre) (a)	-1,4	3,4	-1,3	-4,1	-1,2	-1,4	-3,8	0,2
Perspetivas de evolução das existências (sre) (a)	1,4	0,9	-0,3	-0,7	-0,6	-1,4	-2,7	-1,2
Empresas com obstáculos à atividade (%) (a)	8,5	8,4	9,4	10,7	11,2	11,6	12,3	14,2

Notas: SRE - saldos de respostas extremas; MM2T - médias móveis de dois trimestres
(a) séries corrigidas de sazonalidade

6.2 - Índice de volume de negócios no comércio a retalho

BASE 2015=100
AJUSTADOS DE EFEITOS DE CALENDÁRIO E DA SAZONALIDADE

	Volume de negócios no Comércio a Retalho (DEFLACIONADO)					Volume de negócios no Comércio a Retalho				
Meses	ÍNDICE TOTAL	ÍNDICE TOTAL EXCEPTO COMBUSTÍ-VEL	Comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco (Total)	Comércio a retalho de produtos não alimentares (Total)	Comércio a retalho de produtos não alimentares excepto combustível (Total)	ÍNDICE TOTAL	ÍNDICE TOTAL EXCEPTO COMBUSTÍ-VEL	Comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco (Total)	Comércio a retalho de produtos não alimentares (Total)	Comércio a retalho de produtos não alimentares excepto combustível (Total)
Índices mensais										
out-16	103,5	103,7	103,2	103,8	104,2	103,9	103,7	104,0	103,8	103,4
nov-16	104,4	104,2	103,8	104,9	104,7	104,8	104,1	104,4	105,1	103,9
dez-16	104,0	103,9	103,8	104,1	103,9	104,8	103,9	105,1	104,5	102,5
jan-17	103,6	103,3	103,0	104,1	103,5	105,6	104,0	105,1	106,0	102,7
fev-17	104,3	104,3	102,9	105,4	105,8	105,9	104,7	104,4	107,2	105,1
mar-17	106,6	106,6	105,7	107,2	107,6	108,1	107,3	107,6	108,6	106,9
abr-17	106,2	106,1	105,3	106,9	107,0	107,5	106,6	107,2	107,7	106,0
mai-17	106,4	105,9	104,7	107,7	107,2	107,3	106,4	106,4	108,1	106,4
jun-17	108,2	107,7	108,1	108,4	107,4	108,3	107,7	108,4	108,2	106,9
jul-17	107,9	107,6	107,1	108,5	108,1	107,6	107,2	107,7	107,6	106,7
*ago-17	106,6	106,3	105,5	107,5	107,2	107,1	106,3	106,9	107,4	105,7
*set-17	107,9	107,7	107,2	108,4	108,2	108,7	107,7	108,9	108,5	106,4
out-17	105,4	104,8	105,5	105,3	104,1	106,7	105,1	107,4	106,2	102,7
Variação mensal (%)										
out-16	0,2	0,6	-1,7	1,7	3,1	0,6	0,6	-1,5	2,4	3,0
nov-16	0,9	0,5	0,6	1,1	0,5	0,8	0,4	0,4	1,2	0,5
dez-16	-0,4	-0,4	0,0	-0,8	-0,8	0,0	-0,3	0,7	-0,5	-1,4
jan-17	-0,3	-0,6	-0,8	0,0	-0,3	0,8	0,1	0,0	1,4	0,2
fev-17	0,7	1,0	-0,2	1,3	2,2	0,3	0,7	-0,7	1,1	2,3
mar-17	2,2	2,3	2,8	1,7	1,7	2,1	2,4	3,1	1,3	1,7
abr-17	-0,3	-0,5	-0,4	-0,3	-0,5	-0,6	-0,6	-0,4	-0,8	-0,8
mai-17	0,2	-0,2	-0,5	0,7	0,2	-0,1	-0,2	-0,7	0,3	0,4
jun-17	1,7	1,7	3,2	0,7	0,2	0,9	1,2	1,9	0,1	0,5
jul-17	-0,3	-0,1	-0,9	0,1	0,7	-0,6	-0,4	-0,6	-0,6	-0,2
*ago-17	-1,2	-1,2	-1,5	-1,0	-0,9	-0,5	-0,9	-0,8	-0,2	-0,9
*set-17	1,2	1,3	1,6	0,9	1,0	1,5	1,3	1,9	1,1	0,7
out-17	-2,3	-2,6	-1,6	-2,9	-3,8	-1,9	-2,4	-1,5	-2,2	-3,5
Variação homóloga (%)										
out-16	2,3	2,3	1,5	2,9	3,3	2,9	2,3	2,2	3,4	2,3
nov-16	4,9	4,5	4,4	5,3	4,7	5,4	4,5	5,1	5,7	3,9
dez-16	3,6	3,4	2,4	4,5	4,5	5,1	3,6	4,1	6,0	3,0
jan-17	2,7	2,1	1,2	3,9	3,1	6,0	3,2	3,9	7,8	2,4
fev-17	1,3	1,4	-1,4	3,4	4,4	4,7	2,6	1,6	7,3	3,8
mar-17	5,1	5,0	3,5	6,5	6,7	7,8	6,3	6,3	9,0	6,3
abr-17	4,4	4,2	2,9	5,5	5,7	6,3	5,1	5,0	7,3	5,1
mai-17	5,6	5,1	3,3	7,5	7,1	7,2	6,1	5,2	8,9	7,1
jun-17	4,9	4,3	3,8	5,9	4,8	5,1	4,2	3,8	6,1	4,5
jul-17	4,1	3,8	1,2	6,5	6,8	4,3	3,6	1,4	6,9	6,2
*ago-17	3,4	3,2	1,5	4,9	5,0	4,1	3,1	2,1	5,8	4,3
*set-17	4,4	4,5	2,1	6,2	7,1	5,3	4,5	3,2	7,1	6,0
out-17	1,8	1,1	2,2	1,5	-0,1	2,7	1,4	3,3	2,3	-0,7
Variação média nos últimos 12 meses (%)										
out-16	2,3	2,4	3,0	1,6	1,8	1,6	2,1	2,9	0,5	1,2
nov-16	2,5	2,7	3,5	1,8	1,8	2,0	2,4	3,4	0,8	1,3
dez-16	2,7	2,8	3,5	2,1	2,0	2,3	2,5	3,5	1,4	1,4
jan-17	2,9	2,8	3,5	2,4	2,0	2,8	2,7	3,8	2,0	1,4
fev-17	2,7	2,6	3,0	2,4	2,1	3,0	2,6	3,6	2,4	1,5
mar-17	2,9	2,8	2,9	2,9	2,6	3,5	2,9	3,9	3,2	1,9
abr-17	3,1	3,0	3,0	3,2	2,9	4,0	3,2	4,2	3,8	2,2
mai-17	3,5	3,4	3,1	3,9	3,6	4,7	3,8	4,6	4,8	2,9
jun-17	3,7	3,4	3,0	4,2	3,9	4,9	3,9	4,5	5,3	3,2
jul-17	3,7	3,5	2,6	4,6	4,4	5,1	3,9	4,1	5,9	3,7
*ago-17	3,7	3,5	2,4	4,9	4,7	5,2	3,9	3,8	6,3	4,1
*set-17	3,9	3,6	2,2	5,3	5,3	5,4	4,1	3,7	6,8	4,6
out-17	3,8	3,5	2,2	5,1	5,0	5,3	4,0	3,7	6,7	4,3

6.3 - Vendas de veículos automóveis novos

VEÍCULOS LIGEIROS

	Unid.	Valor Mensal						Variação (%)	
		Nov 17	Out 17	Set. 17	Ago. 17	Jul. 17	Acumulado jan. a nov.	Homóloga	Homóloga Acumulada
TOTAL	(N.º)	**21 252**	**19 041**	**17 862**	**14 411**	**20 580**	**239 028**	**8,2**	**8,3**
Ligeiros de passageiros (a)	(N.º)	17 629	15 898	14 857	11 937	17 572	205 079	7,0	7,7
Comerciais ligeiros	(N.º)	3 623	3 143	3 005	2 474	3 008	33 949	14,8	12,0

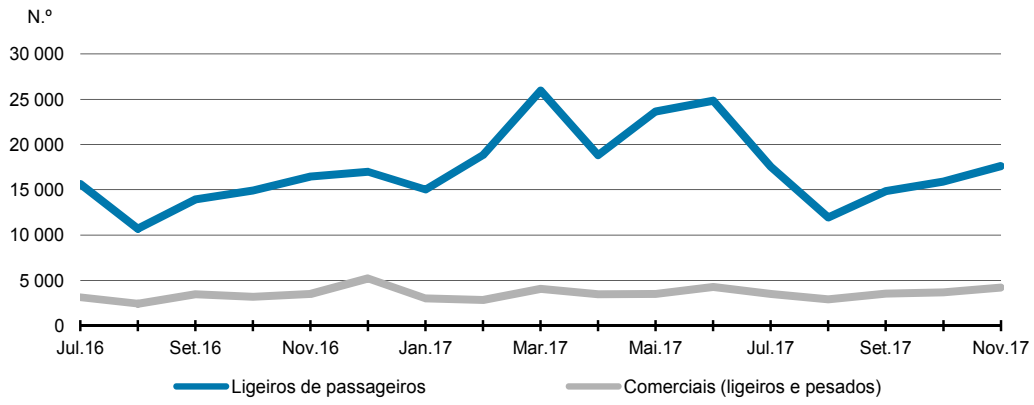
(a) Inclui veículos todo-o-terreno e monovolumes com +2300 Kg.

VEÍCULOS COMERCIAIS PESADOS

	Unid.	Valor Mensal						Variação (%)	
		Nov 17	Out 17	Set. 17	Ago. 17	Jul. 17	Acumulado jan. a nov.	Homóloga	Homóloga Acumulada
TOTAL	(N.º)	**594**	**538**	**524**	**438**	**515**	**5 142**	**75,7**	**13,9**
Pesados de mercadorias	(N.º)	574	518	505	423	488	4 809	82,2	15,0
Pesados de passageiros	(N.º)	20	20	19	15	27	333	-13,0	-0,3

Fonte: Dados obtidos pelo INE junto da ACAP - Associação do Comércio Automóvel de Portugal

Vendas de veículos ligeiros de passageiros (inclui veículos Todo-o-terreno e monovolumes) e comerciais



6.4 - Evolução do Comércio Internacional

	Valores Mensais (10³ EUR)						Variação (%)	
	Out. 17 (a)	Set. 17 (a)	Ago. 17 (a)	Jul. 17 (a)	Acumulado Nov. 16 a Out. 17	Acumulado Nov. 15 a Out. 16	Homóloga	Últimos 12 Meses
TOTAL								
Exportações (FOB)	4 844 564	4 642 155	3 942 844	4 661 899	54 495 910	49 254 167	11,8	10,6
Importações (CIF)	6 380 808	5 854 205	5 250 872	5 742 892	68 380 735	60 113 971	21,4	13,8
Saldo	-1 536 244	-1 212 050	-1 308 027	-1 080 993	-13 884 825	-10 859 804	//	//
Taxa de cobertura (%)	76	79	75	81	80	82	//	//
INTRA-UE								
Exportações (FOB)	3 580 599	3 506 640	2 745 806	3 453 050	40 190 710	37 115 245	14,1	8,3
Importações (CIF)	4 838 915	4 571 036	3 812 842	4 399 040	52 067 182	46 786 432	16,9	11,3
Saldo	-1 258 317	-1 064 395	-1 067 036	-945 991	-11 876 472	-9 671 187	//	//
Taxa de cobertura (%)	74	77	72	78	77	79	//	//
ZONA EURO								
Exportações (FOB)	2 970 979	2 907 433	2 256 256	2 901 072	33 585 131	31 022 857	14,2	8,3
Importações (CIF)	4 388 865	4 142 952	3 466 566	4 028 383	47 151 950	42 246 685	17,0	11,6
Saldo	-1 417 886	-1 235 519	-1 210 311	-1 127 311	-13 566 819	-11 223 828	//	//
Taxa de cobertura (%)	68	70	65	72	71	73	//	//
EXTRA-UE								
Exportações (FOB)	1 263 965	1 135 514	1 197 038	1 208 849	14 305 200	12 138 922	5,8	17,8
Importações (CIF)	1 541 892	1 283 169	1 438 029	1 343 852	16 313 553	13 327 538	38,2	22,4
Saldo	-277 927	-147 654	-240 991	-135 002	-2 008 353	-1 188 616	//	//
Taxa de cobertura (%)	82	88	83	90	88	91	//	//

	Valores Mensais (10³ EUR)							
	Jun. 17 (a)	Mai. 17 (a)	Abr. 17 (a)	Mar. 17 (a)	Fev. 17 (a)	Jan. 17 (a)	Dez. 16 (a)	Nov. 16 (a)
TOTAL								
Exportações (FOB)	4 751 044	4 873 486	4 122 383	5 241 043	4 356 092	4 344 107	4 055 855	4 660 438
Importações (CIF)	5 791 751	6 278 736	5 415 028	6 141 841	5 177 467	5 347 850	5 488 864	5 510 422
Saldo	-1 040 707	-1 405 250	-1 292 645	- 900 797	- 821 375	-1 003 743	-1 433 009	- 849 984
Taxa de cobertura (%)	82	78	76	85	84	81	74	85
INTRA-UE								
Exportações (FOB)	3 582 567	3 609 783	3 044 837	3 857 657	3 250 820	3 291 527	2 862 173	3 405 252
Importações (CIF)	4 478 224	4 702 058	3 997 440	4 795 304	3 983 138	3 959 789	4 124 477	4 404 918
Saldo	- 895 657	-1 092 275	- 952 603	- 937 647	- 732 318	- 668 261	-1 262 304	- 999 667
Taxa de cobertura (%)	80	77	76	80	82	83	69	77
ZONA EURO								
Exportações (FOB)	3 002 208	3 022 075	2 558 206	3 255 182	2 720 375	2 766 732	2 366 746	2 857 868
Importações (CIF)	4 071 594	4 262 021	3 609 800	4 315 307	3 596 187	3 584 989	3 692 756	3 992 530
Saldo	-1 069 386	-1 239 946	-1 051 594	-1 060 125	- 875 811	- 818 257	-1 326 010	-1 134 662
Taxa de cobertura (%)	74	71	71	75	76	77	64	72
EXTRA-UE								
Exportações (FOB)	1 168 477	1 263 704	1 077 546	1 383 387	1 105 271	1 052 580	1 193 682	1 255 186
Importações (CIF)	1 313 527	1 576 678	1 417 588	1 346 537	1 194 328	1 388 062	1 364 387	1 105 504
Saldo	- 145 051	- 312 975	- 340 042	36 850	- 89 057	- 335 482	- 170 705	149 682
Taxa de cobertura (%)	89	80	76	103	93	76	87	114

(a) Os dados de outubro de 2016 a setembro de 2017, incluem estimativas de não respostas e das transações abaixo dos limiares de assimilação para os países da União Europeia.

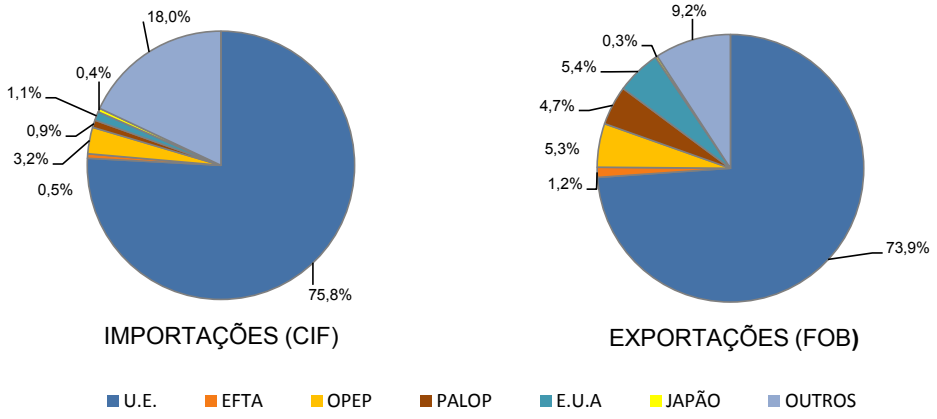
6.5 – Comércio Internacional – Importações de bens (CIF) por principais parceiros comerciais

	Valores Mensais (10³ EUR)							Variação Homóloga (a) Out. (%)
	Out. 17 (a)	Set. 17 (a)	Ago. 17 (a)	Jul. 17 (a)	Jun. 17 (a)	Mai. 17 (a)	Abr. 17 (a)	
TOTAL	6 380 808	5 854 205	5 250 872	5 742 892	5 791 751	6 278 736	5 415 028	21,4
UNIÃO EUROPEIA	4 838 915	4 571 036	3 812 842	4 399 040	4 478 224	4 702 058	3 997 440	16,9
Abastecimento e provisões de bordo da UE	x	x	x	x	x	x	x	//
Alemanha	888 301	808 407	687 564	776 709	793 263	846 530	730 738	30,6
Áustria	37 123	30 447	24 963	34 591	28 680	33 185	27 940	47,1
Bélgica	184 675	149 795	150 505	158 031	169 502	170 756	141 359	23,5
Bulgária	21 194	10 307	24 891	5 032	6 070	5 617	11 717	167,8
Chipre	611	416	445	701	628	445	546	-11,8
Croácia	4 000	4 086	2 539	3 959	6 970	4 494	5 437	-11,1
Dinamarca	31 983	26 971	23 296	23 371	28 092	24 208	25 954	23,7
Eslováquia	23 280	18 577	16 844	16 898	18 168	23 191	20 871	13,2
Eslovénia	6 545	7 016	5 320	7 468	7 311	6 682	5 302	40,8
Espanha	1 994 723	1 932 057	1 626 956	1 866 711	1 888 827	1 949 084	1 666 508	11,4
Estónia	2 136	2 286	1 366	2 433	2 170	1 117	1 545	14,9
Finlândia	17 777	21 607	20 368	20 874	20 304	15 086	13 516	6,2
França	474 682	472 603	324 306	433 473	417 771	465 447	375 494	11,0
Grécia	10 385	9 342	12 240	12 433	10 492	11 949	10 983	-16,7
Hungria	39 443	34 788	29 204	29 412	33 707	34 088	28 121	45,4
Irlanda	44 351	38 804	31 250	41 775	41 049	43 962	34 091	-12,4
Itália	341 791	322 111	215 862	355 708	350 005	349 449	300 052	15,8
Letónia	664	846	562	869	605	698	2 699	-77,5
Lituânia	8 182	6 392	6 078	5 136	4 717	4 763	3 877	108,2
Luxemburgo	6 760	6 117	6 790	8 090	8 058	9 395	8 767	-9,2
Malta	3 651	2 329	966	673	1 215	2 818	2 245	305,3
Países Baixos	343 229	313 803	334 181	285 811	308 829	327 462	263 268	32,4
Países e territórios ND da UE	4	x	16	x	x	87	54	\\
Polónia	79 360	71 210	52 598	70 253	75 363	74 062	67 460	21,5
Reino Unido	166 532	177 881	126 813	147 690	154 736	157 743	140 172	9,6
República Checa	41 855	37 156	36 194	32 912	35 362	39 556	37 359	4,6
Roménia	13 899	16 924	5 136	13 322	7 923	26 071	14 647	3,5
Suécia	51 782	48 762	45 589	44 706	58 406	74 111	56 719	-2,7
EFTA	34 564	28 965	22 732	30 529	29 499	35 829	25 293	16,2
Islândia	67	2 949	84	392	990	871	1 040	-26,0
Liechenstein	10	37	2	16	13	13	9	267,2
Noruega	7 085	6 253	4 682	10 801	3 215	10 613	2 709	28,6
Suiça	27 401	19 725	17 965	19 319	25 281	24 332	21 535	13,4
OPEP	203 654	159 473	80 670	122 398	118 701	242 410	157 059	-1,3
PALOP	56 662	57 292	10 257	8 829	8 603	50 376	3 361	-57,2
Estados Unidos da América	68 037	76 925	72 805	47 652	85 195	112 591	66 870	-19,6
Japão	28 058	29 972	19 114	23 815	27 729	37 364	28 036	11,1
Outros	1 150 918	930 543	1 232 451	1 110 628	1 043 801	1 098 109	1 136 969	80,6

(a) Os dados de abril a outubro de 2017, incluem estimativas de não respostas e das transações abaixo dos limiares de assimilação para os países da União Europeia.

Comércio Internacional – Importações e exportações de bens por principais parceiros comerciais

OUTUBRO 2017



6.6 – Comércio Internacional – Exportações de bens (FOB) por principais parceiros comerciais

	Valores Mensais (10³ EUR)							Variação Homóloga (a)
	Out. 17 (a)	Set. 17 (a)	Ago. 17 (a)	Jul. 17 (a)	Jun. 17 (a)	Mai. 17 (a)	Abr. 17 (a)	Out. (%)
TOTAL	4 844 564	4 642 155	3 942 844	4 661 899	4 751 044	4 873 486	4 122 383	11,8
UNIÃO EUROPEIA	3 580 599	3 506 640	2 745 806	3 453 050	3 582 567	3 609 783	3 044 837	14,1
Abastecimento e provisões de bordo da UE	45 432	46 314	37 256	41 551	41 665	38 963	40 559	69,8
Alemanha	538 956	554 919	467 849	543 555	519 595	556 274	457 689	10,0
Áustria	37 406	32 958	19 198	36 472	27 499	27 667	24 230	67,7
Bélgica	102 927	101 497	81 461	112 018	106 435	112 353	106 863	-6,6
Bulgaria	8 601	7 161	4 826	6 323	5 720	5 343	4 526	29,6
Chipre	3 542	3 324	3 102	3 271	4 131	4 174	3 450	0,4
Croácia	3 379	2 155	2 218	2 647	2 559	2 854	2 464	119,0
Dinamarca	29 563	26 697	27 751	36 812	35 369	25 495	24 611	6,8
Eslováquia	28 713	25 805	21 452	19 185	21 568	24 474	19 601	16,1
Eslovénia	7 457	7 960	5 254	5 406	5 999	5 046	2 721	151,8
Espanha	1 216 561	1 195 839	953 380	1 146 047	1 212 361	1 231 444	1 039 739	13,8
Estónia	2 726	1 977	2 287	2 275	2 780	1 890	1 959	58,7
Finlândia	8 539	34 364	7 909	18 678	32 398	17 103	15 571	-39,4
França	622 679	570 263	388 278	601 091	633 374	611 648	523 783	23,5
Grécia	11 717	20 047	9 040	14 005	11 867	20 569	10 137	-14,7
Hungria	19 360	17 467	18 095	14 583	18 630	21 184	15 283	4,7
Irlanda	22 633	28 412	23 814	27 228	31 286	24 147	19 047	-18,8
Itália	150 447	149 753	94 910	160 317	183 210	170 271	150 091	-2,5
Letónia	1 972	1 711	2 523	1 900	1 637	1 923	1 636	58,5
Lituânia	3 379	2 885	2 381	2 766	2 684	3 266	2 537	10,8
Luxemburgo	9 006	8 719	5 292	6 895	8 976	10 397	14 742	-18,7
Malta	1 896	1 509	1 114	1 664	1 511	2 287	1 237	20,9
Países Baixos	200 420	165 490	167 014	198 299	194 899	197 141	163 174	35,9
Países e territórios ND da UE	x	x	x	x	x	x	x	//
Polónia	51 441	52 210	41 549	55 025	52 832	60 233	53 520	4,9
Reino Unido	342 234	306 218	272 535	306 396	325 192	332 052	261 694	7,8
República Checa	30 898	27 697	24 523	25 465	27 820	33 353	24 713	38,7
Roménia	35 198	69 798	24 411	27 205	26 326	29 019	26 345	37,0
Suécia	43 515	43 491	36 386	35 971	44 245	39 211	32 916	10,3
	58 940	63 607	53 933	72 527	72 194	76 895	63 998	
EFTA	58 940	63 607	53 933	72 527	72 194	76 895	63 998	-9,4
Islândia	787	927	2 642	994	1 253	2 387	1 529	-62,6
Liechenstein	52	7	0	ə	8	3	3	69,0
Noruega	9 012	16 566	12 316	25 166	14 990	18 478	17 141	-44,2
Suiça	49 089	46 107	38 975	46 367	55 943	56 026	45 324	4,9
OPEP	255 503	190 531	191 823	236 608	214 098	213 473	189 889	-0,1
PALOP	230 064	180 069	196 877	217 258	203 380	201 095	180 158	7,3
Estados Unidos da América	260 228	223 583	243 157	225 857	238 337	247 097	229 320	1,9
Japão	12 468	10 234	10 859	11 330	13 690	12 997	12 092	1,0
Outros	446 763	467 490	500 389	445 270	426 778	512 148	402 088	14,1

(a) Os dados de abril a outubro de 2017, incluem estimativas de não respostas e das transações abaixo dos limiares de assimilação para os países da União Europeia.

6.7 – Comércio Internacional – Importações de bens (CIF) por grupos de produtos

	Valores Mensais (10³ EUR)							Variação Homóloga (a)
	Out. 17 (a)	Set. 17 (a)	Ago. 17 (a)	Jul. 17 (a)	Jun. 17 (a)	Mai. 17 (a)	Abr. 17 (a)	Out. (%)
TOTAL GERAL	6 380 808	5 854 205	5 250 872	5 742 892	5 791 751	6 278 736	5 415 028	21,4
1. Agrícolas	704 936	606 936	665 302	585 354	596 355	720 986	620 734	29,5
2. Alimentares	257 660	276 421	251 001	263 273	254 291	246 589	214 865	3,4
3. Combustíveis minerais	774 315	662 022	617 333	700 983	556 417	694 565	649 284	32,6
4. Químicos	613 957	558 269	509 555	575 450	596 984	631 922	525 412	17,7
5. Plásticos e borrachas	386 527	363 227	311 764	362 048	360 652	389 661	328 791	24,2
6. Peles e couros	77 263	67 319	53 611	78 112	78 494	81 833	65 214	10,7
7. Madeira e cortiça	75 693	75 551	62 266	76 035	84 972	86 473	59 054	12,2
8. Pastas celulósicas e papel	117 502	121 607	103 882	107 565	108 176	112 123	104 650	6,4
9. Matérias têxteis	188 142	187 593	118 927	174 473	184 771	201 214	174 616	12,4
10. Vestuário	176 285	189 200	192 905	177 068	165 068	151 190	149 574	1,4
11. Calçado	60 933	70 266	75 240	69 535	64 798	64 342	58 417	7,0
12. Minerais e minérios	87 457	78 716	70 455	84 432	83 518	87 733	72 692	15,7
13. Metais comuns	515 518	483 606	395 896	456 084	488 383	503 140	433 908	35,0
14. Máquinas e aparelhos	1 129 921	1 005 666	864 212	990 236	1 056 604	1 030 382	844 941	25,6
15. Veículos e outro material de transporte	851 022	736 326	679 895	718 681	780 914	940 677	836 200	20,6
16. Ótica e precisão	138 489	138 756	110 746	129 606	133 372	137 255	117 186	2,7
17. Outros produtos	225 188	232 723	167 882	193 958	197 981	198 651	159 491	11,8

(a) Os dados de abril a outubro de 2017, incluem estimativas de não respostas e das transações abaixo dos limiares de assimilação para os países da União Europeia.

6.8 – Comércio Internacional – Exportações de bens (FOB) por grupos de produtos

	Valores Mensais (10³ EUR)							Variação Homóloga (a)
	Out. 17 (a)	Set. 17 (a)	Ago. 17 (a)	Jul. 17 (a)	Jun. 17 (a)	Mai. 17 (a)	Abr. 17 (a)	Out. (%)
TOTAL GERAL	4 844 564	4 642 155	3 942 844	4 661 899	4 751 044	4 873 486	4 122 383	11,8
1. Agrícolas	356 443	323 286	286 326	282 445	295 083	326 059	270 025	13,6
2. Alimentares	253 274	227 319	196 632	226 765	223 600	229 651	194 681	10,4
3. Combustíveis minerais	311 788	340 371	360 169	271 232	288 557	340 837	322 112	-2,3
4. Químicos	221 557	207 459	202 032	236 979	230 527	244 139	203 425	-2,6
5. Plásticos e borrachas	388 281	356 806	294 853	363 991	379 765	384 169	319 182	18,9
6. Peles e couros	24 935	22 565	17 485	24 331	23 900	25 893	19 841	8,2
7. Madeira e cortiça	140 334	127 164	85 877	155 342	146 677	154 933	125 622	11,1
8. Pastas celulósicas e papel	209 359	213 224	222 594	210 808	208 825	228 810	195 631	6,5
9. Matérias têxteis	192 848	161 818	119 888	178 483	186 850	193 974	173 130	17,7
10. Vestuário	267 200	224 437	252 654	312 727	289 900	254 202	213 496	3,4
11. Calçado	150 063	167 361	188 968	248 476	197 497	132 942	104 005	8,3
12. Minerais e minérios	208 244	216 874	166 973	224 513	239 073	223 951	198 645	5,6
13. Metais comuns	405 576	376 786	282 082	373 392	382 881	388 384	329 625	34,8
14. Máquinas e aparelhos	767 855	726 971	583 615	716 833	728 562	753 570	650 864	9,6
15. Veículos e outro material de transporte	556 499	600 673	393 482	489 987	557 961	610 798	468 134	15,8
16. Ótica e precisão	98 048	98 391	81 592	89 151	92 647	95 848	78 073	48,3
17. Outros produtos	292 260	250 650	207 621	256 443	278 740	285 326	255 892	10,9

(a) Os dados de abril a outubro de 2017, incluem estimativas de não respostas e das transações abaixo dos limiares de assimilação para os países da União Europeia.

6.9 – Comércio Intra-UE – Importações de bens (CIF) por grupos de produto

	Valores Mensais (10³ EUR)							Variação Homóloga (a) Out. (%)
	Out. 17 (a)	Set. 17 (a)	Ago. 17 (a)	Jul. 17 (a)	Jun. 17 (a)	Mai. 17 (a)	Abr. 17 (a)	
TOTAL GERAL	4 838 915	4 571 036	3 812 842	4 399 040	4 478 224	4 702 058	3 997 440	16,9
1. Agrícolas	518 436	462 949	478 206	447 998	458 970	535 918	465 675	15,4
2. Alimentares	228 484	223 017	225 979	226 591	228 347	220 006	191 043	7,8
3. Combustíveis minerais	157 568	192 755	138 045	126 510	118 363	161 243	127 484	1,5
4. Químicos	547 446	504 648	457 706	516 306	523 339	562 827	464 615	17,6
5. Plásticos e borrachas	310 725	299 803	251 723	303 507	303 256	315 556	267 535	15,0
6. Peles e couros	59 866	51 067	38 447	57 514	59 863	60 271	50 392	5,1
7. Madeira e cortiça	60 510	60 681	49 953	60 125	68 432	58 962	49 303	13,9
8. Pastas celulósicas e papel	108 764	112 644	96 004	98 849	101 434	103 647	98 819	8,4
9. Matérias têxteis	118 192	120 309	77 377	117 616	119 828	123 872	108 482	0,0
10. Vestuário	159 602	169 291	168 833	148 868	144 953	136 881	136 858	0,8
11. Calçado	48 796	56 066	59 784	55 027	49 237	51 190	46 373	5,9
12. Minerais e minérios	77 106	70 134	58 336	72 581	73 970	76 470	62 866	13,6
13. Metais comuns	430 408	402 521	293 451	389 887	390 203	419 568	351 565	34,1
14. Máquinas e aparelhos	943 023	850 614	701 363	827 856	871 793	843 478	686 399	25,1
15. Veículos e outro material de transporte	754 135	669 602	482 733	666 874	675 147	737 986	643 947	22,6
16. Ótica e precisão	121 640	124 149	94 548	112 474	118 166	119 879	103 569	2,1
17. Outros produtos	194 217	200 784	140 356	170 459	172 921	174 304	142 515	9,6

(a) Os dados de abril a outubro de 2017, incluem estimativas de não respostas e das transações abaixo dos limiares de assimilação para os países da União Europeia.

6.10 – Comércio Intra-UE – Exportações de bens (FOB) por grupos de produtos

	Valores Mensais (10³ EUR)							Variação Homóloga (a) Out. (%)
	Out. 17 (a)	Set. 17 (a)	Ago. 17 (a)	Jul. 17 (a)	Jun. 17 (a)	Mai. 17 (a)	Abr. 17 (a)	
TOTAL GERAL	3 580 599	3 506 640	2 745 806	3 453 050	3 582 567	3 609 783	3 044 837	14,1
1. Agrícolas	240 848	230 642	211 099	204 183	219 897	239 591	199 320	20,0
2. Alimentares	161 771	144 058	130 112	151 406	151 197	148 923	129 836	10,3
3. Combustíveis minerais	166 633	144 620	141 579	149 005	134 737	165 170	157 725	50,7
4. Químicos	161 424	147 067	137 342	170 693	163 490	169 167	148 284	4,5
5. Plásticos e borrachas	312 194	293 040	231 550	289 584	308 875	309 953	252 736	18,8
6. Peles e couros	19 450	17 830	12 572	19 141	18 508	19 042	15 045	23,9
7. Madeira e cortiça	92 776	88 050	50 869	103 202	98 462	102 576	84 068	9,4
8. Pastas celulósicas e papel	153 569	149 026	151 146	152 111	151 239	156 082	130 319	14,2
9. Matérias têxteis	129 608	120 738	73 081	116 897	138 765	138 528	128 352	7,3
10. Vestuário	245 160	207 171	224 390	286 238	267 591	231 773	195 952	4,0
11. Calçado	129 307	149 665	158 941	213 437	170 426	116 004	89 839	11,4
12. Minerais e minérios	141 505	163 485	114 649	151 486	172 556	148 651	136 285	14,9
13. Metais comuns	298 279	290 260	203 677	270 095	288 655	294 939	245 560	26,5
14. Máquinas e aparelhos	560 324	536 427	407 342	496 547	536 282	544 115	472 963	6,2
15. Veículos e outro material de transporte	477 616	535 238	278 501	414 141	464 479	517 017	385 503	16,5
16. Ótica e precisão	72 750	76 579	62 462	64 525	67 768	72 000	56 813	46,0
17. Outros produtos	217 383	212 743	156 495	200 360	229 640	236 250	216 239	4,2

(a) Os dados de abril a outubro de 2017, incluem estimativas de não respostas e das transações abaixo dos limiares de assimilação para os países da União Europeia.

6.11 – Comércio Extra-UE – Importações de bens (CIF) por grupos de produtos

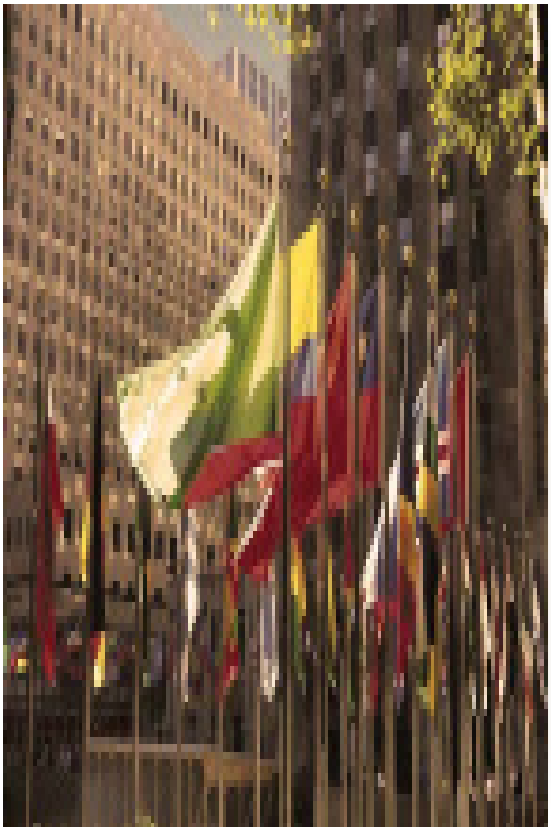
	Valores Mensais (10³ EUR)							Variação Homóloga (a)
	Out. 17 (a)	Set. 17 (a)	Ago. 17 (a)	Jul. 17 (a)	Jun. 17 (a)	Mai. 17 (a)	Abr. 17 (a)	Out. (%)
TOTAL GERAL	1 541 892	1 283 169	1 438 029	1 343 852	1 313 527	1 576 678	1 417 588	38,2
1. Agrícolas	186 500	143 987	187 096	137 356	137 385	185 068	155 059	95,9
2. Alimentares	29 177	53 404	25 022	36 682	25 944	26 584	23 822	-21,2
3. Combustíveis minerais	616 747	469 266	479 288	574 474	438 054	533 322	521 801	43,9
4. Químicos	66 512	53 621	51 849	59 143	73 644	69 094	60 797	19,0
5. Plásticos e borrachas	75 802	63 424	60 042	58 541	57 396	74 106	61 255	84,5
6. Peles e couros	17 397	16 252	15 164	20 598	18 631	21 562	14 822	35,3
7. Madeira e cortiça	15 183	14 870	12 313	15 910	16 540	27 511	9 751	5,8
8. Pastas celulósicas e papel	8 738	8 964	7 878	8 717	6 743	8 476	5 830	-13,1
9. Matérias têxteis	69 949	67 284	41 550	56 857	64 943	77 342	66 135	42,2
10. Vestuário	16 683	19 908	24 072	28 200	20 115	14 309	12 716	7,7
11. Calçado	12 137	14 200	15 456	14 507	15 561	13 152	12 044	11,4
12. Minerais e minérios	10 351	8 583	12 119	11 851	9 548	11 263	9 826	35,1
13. Metais comuns	85 110	81 085	102 445	66 197	98 180	83 572	82 343	39,7
14. Máquinas e aparelhos	186 898	155 052	162 850	162 380	184 811	186 904	158 542	28,1
15. Veículos e outro material de transporte	96 887	66 724	197 162	51 807	105 768	202 691	192 253	6,9
16. Ótica e precisão	16 849	14 607	16 198	17 132	15 206	17 376	13 617	7,8
17. Outros produtos	30 971	31 939	27 525	23 499	25 059	24 347	16 976	27,8

(a) Países terceiros - dados preliminares

6.12 – Comércio Extra-UE – Exportações de bens (FOB) por grupos de produtos

	Valores Mensais (10³ EUR)							Variação Homóloga (a)
	Out. 17 (a)	Set. 17 (a)	Ago. 17 (a)	Jul. 17 (a)	Jun. 17 (a)	Mai. 17 (a)	Abr. 17 (a)	Out. (%)
TOTAL GERAL	1 263 965	1 135 514	1 197 038	1 208 849	1 168 477	1 263 704	1 077 546	5,8
1. Agrícolas	115 594	92 644	75 227	78 262	75 186	86 468	70 704	2,3
2. Alimentares	91 503	83 260	66 521	75 359	72 402	80 729	64 845	10,4
3. Combustíveis minerais	145 155	195 751	218 590	122 228	153 820	175 667	164 388	-30,4
4. Químicos	60 133	60 392	64 690	66 286	67 036	74 971	55 141	-17,6
5. Plásticos e borrachas	76 087	63 765	63 303	74 407	70 889	74 216	66 446	19,3
6. Peles e couros	5 485	4 735	4 914	5 190	5 392	6 851	4 796	-25,4
7. Madeira e cortiça	47 558	39 114	35 008	52 140	48 215	52 357	41 553	14,7
8. Pastas celulósicas e papel	55 790	64 198	71 448	58 698	57 586	72 727	65 313	-10,1
9. Matérias têxteis	63 241	41 080	46 808	61 586	48 085	55 446	44 778	46,8
10. Vestuário	22 040	17 266	28 264	26 489	22 308	22 429	17 545	-3,2
11. Calçado	20 756	17 696	30 027	35 038	27 071	16 938	14 167	-7,7
12. Minerais e minérios	66 739	53 389	52 324	73 028	66 517	75 300	62 360	-9,9
13. Metais comuns	107 297	86 526	78 405	103 297	94 226	93 445	84 065	65,0
14. Máquinas e aparelhos	207 531	190 544	176 273	220 286	192 280	209 454	177 901	19,8
15. Veículos e outro material de transporte	78 883	65 435	114 981	75 846	93 482	93 781	82 631	11,7
16. Ótica e precisão	25 297	21 812	19 129	24 626	24 879	23 848	21 260	55,4
17. Outros produtos	74 877	37 907	51 126	56 084	49 101	49 076	39 654	36,1

(a) Países terceiros - dados preliminares



7. Serviços

7.1 - Transportes ferroviários

	Unid.	Valor Mensal						Variação (%)	
		Out. 17	Set. 17	Ago. 17	Jul. 17	Jun. 17	Acumulado jan. a out.	Homóloga	Homóloga Acumulada
Transporte Ferroviário									
Passageiros transportados	(10³)	13 208	12 736	11 120	11 599	11 603	118 861	9,4	6,7
Tráfego suburbano	(10³)	11 705	11 228	9 617	10 062	10 220	104 832	9,6	6,8
Passageiros-Km	(10³)	398 234	396 887	381 287	392 571	374 808	3 701 079	8,9	6,5
Tráfego suburbano	(10³)	216 754	207 731	176 086	179 680	185 157	1 918 888	8,9	6,1

	Unid.	Valor Mensal						Variação (%)	
		Set. 17	Ago. 17	Jul. 17	Jun. 17	Mai. 17	Acumulado jan. a set.	Homóloga	Homóloga Acumulada
Metropolitano de Lisboa									
Número de veículos	(N.º)	333	333	333	333	333	//	0,0	//
Passageiros transportados	(10³)	13 627	10 907	12 806	13 384	14 936	120 374	3,4	7,4
Passageiros-Km	(10³)	65 900	53 114	61 845	64 176	70 954	578 260	4,1	7,6
Lugares-Km oferecidos	(10³)	283 424	282 817	266 452	244 921	266 887	2 384 029	11,0	6,1
Carruagens-Km	(10³)	2 214	2 210	2 082	1 914	2 086	18 626	11,0	6,1
Metropolitano do Porto									
Número de veículos	(N.º)	102	102	102	102	102	//	0,0	//
Passageiros transportados	(10³)	5 246	4 113	4 738	5 227	5 578	44 620	5,5	4,9
Passageiros-Km	(10³)	27 473	21 811	24 394	26 661	28 534	229 322	8,1	5,7
Lugares-Km oferecidos	(10³)	138 157	128 777	131 800	131 085	138 161	1 184 937	3,3	-0,8
Carruagens-Km	(10³)	602	561	574	572	603	5 166	3,1	-0,7

7.2 - Transportes fluviais

	Unid.	Valor Mensal						Variação (%)	
		Set. 17	Ago. 17	Jul. 17	Jun. 17	Mai. 17	Acumulado jan. a set.	Homóloga	Homóloga Acumulada
Movimento de Passageiros									
Rio Minho	(N.º)	13 903	36 831	22 556	9 329	7 168	107 424	8,7	35,1
Rio Douro	(N.º)	15 625	19 366	16 657	18 076	19 472	117 338	x	x
Ria de Aveiro	(N.º)	13 742	21 153	17 854	15 492	14 286	120 306	-30,3	-22,1
Rio Tejo	(N.º)	1 448 288	1 323 888	1 414 838	1 397 954	1 509 365	12 439 935	2,7	4,3
Rio Sado	(N.º)	62 546	156 440	111 636	64 153	33 300	519 411	-1,9	1,4
Ria Formosa	(N.º)	326 068	885 920	627 300	296 351	77 717	2 349 119	0,9	6,2
Rio Guadiana	(N.º)	17 422	26 756	20 306	10 716	10 066	112 132	7,8	7,2
Movimento de Veículos									
Rio Minho	(N.º)	3 606	9 477	5 336	3 020	1 709	29 322	1,5	31,6
Ria de Aveiro	(N.º)	3 307	5 441	3 587	2 094	1 804	21 008	-14,3	-1,2
Rio Tejo	(N.º)	5 297	6 033	6 265	5 662	4 510	39 916	9,2	19,6
Rio Sado	(N.º)	26 472	53 973	41 741	27 405	16 038	208 634	-4,6	-0,1
Rio Guadiana	(N.º)	932	1 041	733	485	706	6 363	38,1	18,3

7.3 - Transportes marítimos

	Unid.	Valor Mensal						Variação (%)	
		Ago. 17	Jul. 17	Jun. 17	Mai. 17	Abr. 17	Acumulado jan. a ago.	Homóloga	Homóloga Acumulada
Embarcações de Comércio Entradas nos Portos do Continente									
Número	(N.º)	875	906	868	956	944	7 134	0,0	-0,2
Arqueação bruta	(GT)	18 186 170	16 826 312	16 550 650	18 703 499	18 240 028	136 237 070	4,0	3,5
Tonelagem de porte bruto	(Dwt)	19 323 142	18 822 226	17 956 407	17 829 751	19 383 421	150 462 227	-0,6	1,7
Embarcações procedentes de Portos Estrangeiros									
Número	(N.º)	607	631	581	667	641	4 921	-3,5	-2,6
Arqueação bruta	(GT)	14 937 127	14 008 455	13 729 825	15 080 573	15 240 860	113 576 076	2,3	4,0
Tonelagem de porte bruto	(Dwt)	15 839 921	15 448 733	14 814 554	14 753 094	16 487 439	125 452 595	-1,4	2,7
Movimento de mercadorias (a)									
Total do Continente									
Descarregadas	(ton)	5 160 644	4 559 403	4 354 604	4 012 450	4 689 352	36 350 455	13,5	8,6
Carga Geral	(ton)	249 930	242 620	165 579	236 585	203 940	1 808 630	59,7	21,6
Contentores	(ton)	965 630	964 609	995 698	976 245	1 109 182	8 485 912	-5,2	13,6
Granéis Sólidos	(ton)	1 599 964	1 414 834	1 084 569	1 119 087	1 345 724	10 187 946	54,2	7,5
Granéis Líquidos	(ton)	2 345 120	1 937 340	2 108 758	1 680 533	2 030 506	15 867 967	0,5	5,5
Carregadas	(ton)	3 063 778	3 154 280	2 900 267	3 009 662	3 176 741	24 539 193	-0,9	1,5
Carga Geral	(ton)	360 304	387 001	371 173	416 166	373 381	2 902 204	-8,7	-19,1
Contentores	(ton)	1 298 406	1 365 206	1 263 913	1 322 096	1 498 805	11 104 279	-0,6	13,0
Granéis Sólidos	(ton)	373 692	501 776	374 918	337 811	456 992	3 235 214	51,9	18,6
Granéis Líquidos	(ton)	1 031 376	900 297	890 263	933 589	847 563	7 297 496	-9,9	-9,1
Porto de Sines									
Descarregadas	(ton)	2 821 725	2 576 147	2 622 268	1 680 490	2 660 753	20 125 203	4,1	7,6
Carga Geral	(ton)	0	0	0	0	0	0	#DIV/0!	-100,0
Contentores	(ton)	638 968	640 644	691 571	638 135	785 829	6 002 550	-12,9	16,7
Granéis Sólidos	(ton)	702 922	617 670	583 962	172 920	582 148	4 086 823	104,8	21,2
Granéis Líquidos	(ton)	1 479 835	1 317 833	1 346 735	869 435	1 292 776	10 035 830	-9,4	-1,4
Carregadas	(ton)	1 558 895	1 445 115	1 393 363	1 415 162	1 611 694	12 194 689	-8,5	-3,8
Carga Geral	(ton)	4 608	12 669	5 349	5 670	18 023	73 234	793,0	1,1
Contentores	(ton)	775 586	766 534	721 577	763 475	958 095	6 739 291	-0,6	16,0
Granéis Sólidos	(ton)	27 890	32 087	24 990	22 644	28 496	213 862	133,8	-44,1
Granéis Líquidos	(ton)	750 811	633 825	641 447	623 373	607 080	5 168 302	-17,7	-19,3
Porto de Leixões									
Descarregadas	(ton)	1 028 406	869 314	928 021	1 076 869	952 145	7 525 232	19,4	11,6
Carga Geral	(ton)	91 017	77 607	63 672	72 990	41 965	531 089	85,0	6,5
Contentores	(ton)	194 477	188 721	186 786	204 841	208 344	1 533 531	17,4	-0,8
Granéis Sólidos	(ton)	136 478	207 745	152 684	245 394	166 546	1 484 545	1,3	-1,3
Granéis Líquidos	(ton)	606 434	395 241	524 879	553 644	535 290	3 976 067	18,4	24,4
Carregadas	(ton)	567 814	558 333	559 936	656 360	509 664	4 477 376	10,4	6,2
Carga Geral	(ton)	101 533	90 149	107 128	133 062	66 359	771 075	15,7	-0,4
Contentores	(ton)	205 033	226 103	212 566	223 826	215 789	1 739 398	-6,2	-9,4
Granéis Sólidos	(ton)	13 138	22 528	16 645	23 472	27 439	151 518	-18,9	-9,2
Granéis Líquidos	(ton)	248 110	219 553	223 597	276 000	200 077	1 815 385	29,3	34,2
Porto de Lisboa									
Descarregadas	(ton)	739 742	524 799	395 594	568 552	550 357	4 259 428	44,1	11,7
Carga Geral	(ton)	4 903	1 439	1 585	1 968	1 479	24 508	729,6	349,8
Contentores	(ton)	109 153	105 795	95 144	98 877	92 415	753 008	13,6	34,8
Granéis Sólidos	(ton)	475 675	307 018	178 342	344 402	346 533	2 504 462	43,6	3,2
Granéis Líquidos	(ton)	150 011	110 547	120 523	123 305	109 930	977 450	75,2	18,7
Carregadas	(ton)	368 338	480 698	400 352	361 529	415 355	3 172 968	22,5	53,2
Carga Geral	(ton)	8 836	20 539	20 851	15 928	9 555	108 955	-34,5	-38,3
Contentores	(ton)	229 282	276 804	257 384	236 227	237 038	1 914 666	1,2	44,8
Granéis Sólidos	(ton)	112 253	172 721	113 646	102 939	157 383	1 046 895	123,6	113,9
Granéis Líquidos	(ton)	17 967	10 634	8 471	6 435	11 379	102 452	71,6	23,8

(a) A Carga Geral inclui o movimento de unidades Ro-Ro.

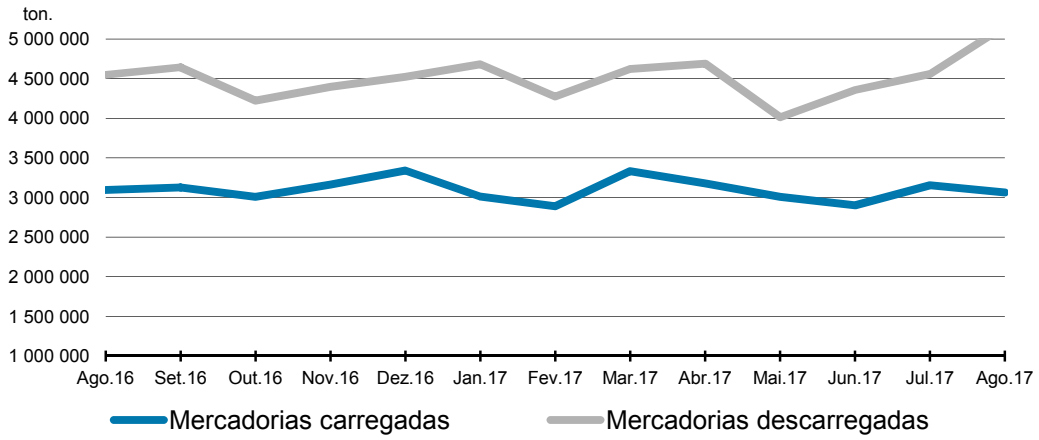
(continua)

7.3 - Transportes marítimos (continuação)

	Unid.	Valor Mensal						Variação (%)	
		Ago. 17	Jul. 17	Jun. 17	Mai. 17	Abr. 17	Acumulado jan. a ago.	Homóloga	Homóloga Acumulada
Movimento de Contentores									
Total do Continente									
Descarregados									
Número	(N.º)	76 348	77 061	73 288	72 798	83 047	629 975	1,4	16,4
Número	(TEU)	122 808	123 926	122 573	123 265	137 761	1 029 473	3,1	19,9
Carregados									
Número	(N.º)	76 382	76 954	71 267	78 278	85 200	633 221	5,9	17,3
Número	(TEU)	123 087	124 248	113 789	125 037	137 827	1 017 700	8,4	19,5
Porto de Lisboa									
Descarregados									
Número	(N.º)	14 015	16 287	13 393	14 855	13 924	107 909	-0,1	41,1
Número	(TEU)	21 740	24 826	20 510	22 912	21 852	166 266	-1,2	40,5
Carregados									
Número	(N.º)	13 775	15 488	14 139	13 627	13 495	108 373	5,3	43,6
Número	(TEU)	21 181	23 731	21 476	21 026	20 656	166 276	5,4	45,4
Porto de Leixões									
Descarregados									
Número	(N.º)	17 300	15 900	13 421	15 575	15 860	122 758	7,8	-4,8
Número	(TEU)	28 724	25 960	22 129	25 740	25 560	202 348	8,6	-4,0
Carregados									
Número	(N.º)	13 609	13 872	12 993	14 328	13 942	110 104	-2,6	-9,5
Número	(TEU)	22 522	23 098	21 549	23 846	23 085	182 259	-0,3	-8,5
Porto de Sines									
Descarregados									
Número	(N.º)	41 229	40 871	42 467	37 717	49 491	368 634	-1,0	21,4
Número	(TEU)	65 392	65 923	69 251	61 463	79 059	591 567	1,8	25,5
Carregados									
Número	(N.º)	44 831	43 042	39 744	45 152	53 456	378 974	8,2	23,7
Número	(TEU)	71 920	69 449	64 390	71 516	86 089	607 344	11,4	27,9

TEU (Twenty Feet Equivalent Unit) Unidade Equivalente de Transporte: Unidade equivalente a um contentor ISO de vinte pés.

Movimento de mercadorias no Continente



7.4 - Transportes aéreos

	Unid.	Valor Mensal						Variação (%)	
		Set. 17	Ago. 17	Jul. 17	Jun. 17	Mai. 17	Acumulado jan. a set.	Homóloga	Homóloga Acumulada
Tráfego Comercial nos Aeroportos do Continente, Açores e Madeira, segundo a Natureza do Tráfego									
Tráfego Internacional									
Aviões	(N.º)	**14 730**	**15 912**	**15 837**	**14 329**	**13 828**	**115 786**	**13,2**	**11,4**
Trafego regular	(N.º)	**13 847**	**14 918**	**14 748**	**13 505**	**13 063**	**109 249**	**14,5**	**12,2**
Passageiros embarcados	(10^3)	2 228	2 426	2 183	2 044	1 926	16 352	15,9	18,2
Trafego regular	(10^3)	2 143	2 317	2 074	1 957	1 861	15 789	17,6	19,5
Passageiros desembarcados	(10^3)	2 163	2 264	2 432	2 110	2 006	16 567	17,5	18,4
Trafego regular	(10^3)	2 071	2 158	2 318	2 029	1 935	15 982	19,4	19,7
Mercadorias carregadas	(ton)	6 537	6 814	6 905	5 941	6 492	55 658	33,8	33,2
Trafego regular	(ton)	5 975	6 315	6 280	5 520	6 067	51 233	32,4	34,0
Mercadorias descarregadas	(ton)	4 929	4 845	5 412	5 463	6 035	47 904	9,8	17,6
Trafego regular	(ton)	4 427	4 402	4 722	4 938	5 502	43 396	7,8	16,3
Correio carregado	(ton)	319	298	305	285	320	2 690	3,6	3,6
Trafego regular	(ton)	319	298	305	285	320	2 689	3,6	3,6
Correio descarregado	(ton)	273	256	262	278	270	2 433	2,5	2,2
Trafego regular	(ton)	273	256	262	278	270	2 432	2,6	2,1
Tráfego Territorial									
Aviões	(N.º)	1 852	1 956	1 912	1 776	1 682	15 093	19,4	16,4
Passageiros embarcados	(10^3)	254	287	282	249	225	2 018	17,5	16,6
Passageiros desembarcados	(10^3)	257	290	278	248	225	2 019	17,5	16,9
Mercadorias carregadas	(ton)	609	622	658	630	610	5 167	6,7	3,4
Mercadorias descarregadas	(ton)	596	612	672	631	584	5 085	7,8	3,7
Correio carregado	(ton)	243	228	243	237	274	2 219	-7,4	0,3
Correio descarregado	(ton)	184	177	187	188	229	1 843	-18,4	-7,7
Tráfego Interior									
Aviões	(N.º)	2 646	2 872	2 851	2 673	2 574	22 531	1,0	10,4
Passageiros embarcados	(10^3)	178	203	201	175	162	1 488	0,8	13,9
Passageiros desembarcados	(10^3)	178	204	200	175	161	1 486	0,8	13,9
Mercadorias carregadas	(ton)	192	181	169	152	185	1 459	19,8	8,2
Mercadorias descarregadas	(ton)	162	206	201	184	213	1 613	-14,2	3,7
Correio carregado	(ton)	35	30	35	34	43	335	6,3	5,8
Correio descarregado	(ton)	19	19	20	19	27	197	-14,5	-10,7

7.5 - Rendimento médio por quarto disponível nos estabelecimentos hoteleiros por NUTS II

Unid: EUROS

	Valor Mensal							
	Out. 17 (Pe)	Set. 17 (Rv)	Ago. 17	Jul. 17	Jun. 17	Mai. 17	Abr. 17	Mar. 17
PORTUGAL	**53,6**	**70,4**	**87,9**	**73,5**	**60,2**	**52,2**	**46,9**	**31,8**
Continente	**54,8**	**72,4**	**90,7**	**75,0**	**61,0**	**52,7**	**46,3**	**30,1**
Norte	47,8	58,9	63,5	52,6	51,0	49,8	44,4	28,3
Centro	30,0	35,7	46,7	33,5	28,7	28,8	24,9	16,4
A. M. Lisboa	96,6	104,2	91,6	85,6	83,6	86,2	76,8	54,1
Alentejo	30,9	44,7	66,7	47,6	36,0	28,2	30,8	17,0
Algarve	43,5	77,7	126,9	101,4	68,3	45,0	37,7	20,9
R.A. Açores	**32,9**	**54,8**	**71,0**	**67,2**	**54,6**	**41,7**	**33,4**	**21,7**
R.A. Madeira	**50,7**	**59,0**	**70,0**	**63,4**	**55,9**	**51,4**	**57,0**	**49,1**

7.6 - Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, por países de residência

	Valor Mensal (10^3)						Variação (%)	
	Out. 17 (Pe)	Set. 17 (Rv)	Ago. 17	Jul. 17	Jun. 17	Acumulado jan. a out.	Homóloga	Homóloga Acumulada
TOTAL	**5 352**	**6 297**	**7 840**	**6 871**	**5 941**	**51 626**	**6,4**	**7,1**
Residentes em Portugal	**1 191**	**1 639**	**2 599**	**1 996**	**1 557**	**14 018**	**5,9**	**3,6**
Residentes no Estrangeiro	**4 161**	**4 657**	**5 242**	**4 876**	**4 384**	**37 609**	**6,5**	**8,5**
Europa	**3 417**	**3 882**	**4 585**	**4 132**	**3 691**	**31 583**	**3,2**	**5,1**
Alemanha	645	649	522	503	599	5 035	5,1	7,5
Bélgica	68	103	103	157	97	816	6,3	0,0
Espanha	292	372	844	545	309	3 593	0,9	1,1
França	367	443	621	404	420	3 641	-0,9	-0,3
Irlanda	153	195	203	247	240	1 445	9,5	10,0
Itália	110	122	254	151	120	1 169	20,7	13,8
Países Baixos	213	244	302	284	254	2 195	0,4	0,0
Polónia	93	138	136	152	116	883	59,4	28,7
Reino Unido	955	1146	1151	1117	1128	8 643	-5,0	2,0
Suécia	83	52	39	62	44	548	4,6	4,4
Suíça	94	82	74	113	74	699	-0,6	5,0
Outros Países da Europa	346	338	334	396	290	2 914	17,5	18,4
África	**38**	**45**	**73**	**54**	**35**	**421**	**3,2**	**9,7**
América	**516**	**539**	**404**	**503**	**465**	**4 040**	**25,1**	**34,0**
Brasil	211	200	157	214	194	1 734	10,7	39,9
Estados Unidos da América	192	199	154	182	176	1 392	44,0	33,3
Outros	113	140	93	108	95	914	27,5	25,1
Ásia	**159**	**147**	**145**	**148**	**154**	**1 298**	**25,5**	**30,1**
Oceânia	**25**	**38**	**27**	**33**	**34**	**219**	**32,8**	**32,2**
Outros não determinados	**6**	**7**	**7**	**6**	**5**	**47**	**144,4**	**27,1**

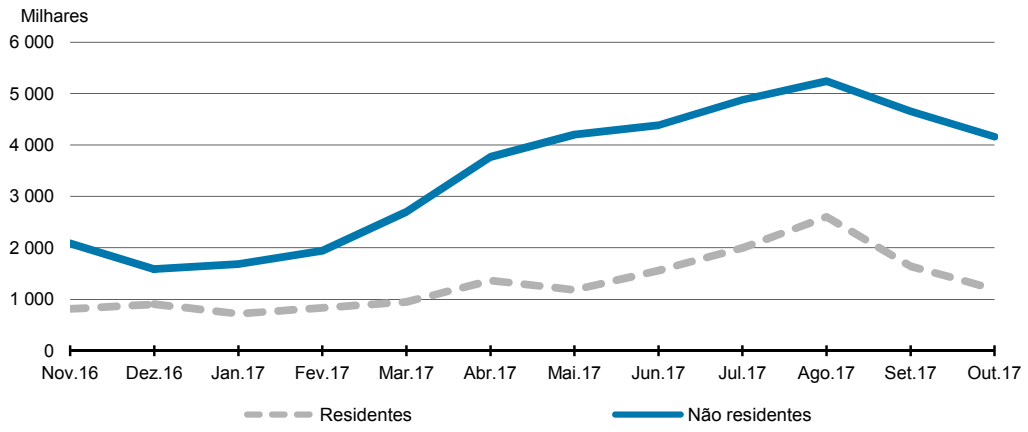
7.7 - Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros, segundo a NUTS

	Valor Mensal (10³)						Variação (%)	
	Out. 17 (Pe)	Set. 17 (Rv)	Ago. 17	Jul. 17	Jun. 17	Acumulado jan. a out.	Homóloga	Homóloga Acumulada
PORTUGAL	**1973**	**2 231**	**2 450**	**2 207**	**2 063**	**18 223**	**8,7**	**8,6**
Continente	**1790**	**2 029**	**2 219**	**1 984**	**1 858**	**16 427**	**8,9**	**8,7**
Norte	386	430	467	397	385	3 554	7,6	7,4
Centro	317	374	401	327	310	2 817	17,5	13,3
A. M. Lisboa	596	610	627	597	580	5 339	6,6	9,4
Alentejo	95	114	130	109	99	874	16,8	12,1
Algarve	396	501	595	554	484	3 842	5,5	4,9
R.A. Açores	**50**	**67**	**81**	**76**	**68**	**540**	**10,1**	**17,1**
R.A. Madeira	**134**	**136**	**150**	**146**	**137**	**1 256**	**6,0**	**4,9**

7.8 - Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, segundo a NUTS

	Valor Mensal (10³)						Variação (%)	
	Out. 17 (Pe)	Set. 17 (Rv)	Ago. 17	Jul. 17	Jun. 17	Acumulado jan. a out.	Homóloga	Homóloga Acumulada
PORTUGAL	**5 352**	**6 297**	**7 840**	**6 871**	**5 941**	**51 626**	**6,4**	**7,1**
Continente	**4 549**	**5 353**	**6 751**	**5 853**	**5 019**	**43 424**	**7,3**	**7,7**
Norte	690	783	942	768	704	6 472	6,4	7,2
Centro	549	676	829	633	543	5 032	20,4	14,3
A. M. Lisboa	1 362	1 397	1 609	1 459	1 337	12 449	5,4	8,3
Alentejo	154	201	292	223	175	1 579	16,3	10,6
Algarve	1 794	2 295	3 080	2 770	2 259	17 891	4,8	5,4
R.A. Açores	**151**	**206**	**257**	**241**	**203**	**1 638**	**8,0**	**16,3**
R.A. Madeira	**652**	**738**	**832**	**777**	**719**	**6 564**	**0,0**	**1,9**

Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros



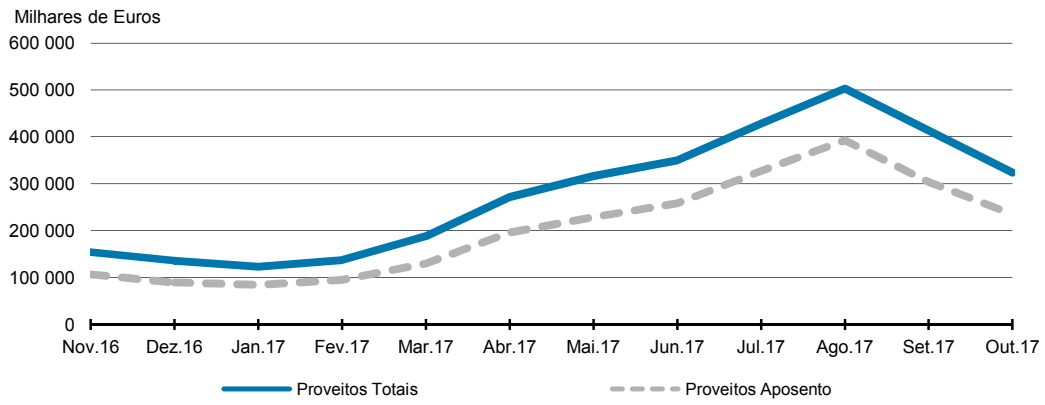
7.9 - Proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros segundo a NUTS

	Valor Mensal (10³)						Variação (%)	
	Out. 17 (Pe)	Set. 17 (Rv)	Ago. 17	Jul. 17	Jun. 17	Acumulado jan. a out.	Homóloga	Homóloga Acumulada
PORTUGAL	**323 486**	**413 143**	**502 948**	**428 378**	**349 840**	**3 052 758**	**18,6**	**16,6**
Continente	**281 060**	**361 339**	**441 375**	**371 448**	**300 279**	**2 616 496**	**20,6**	**17,7**
Norte	41 074	49 484	53 802	44 910	42 402	374 812	16,3	18,5
Centro	27 495	32 196	40 462	29 809	25 203	240 227	34,9	19,7
A. M. Lisboa	119 074	129 758	110 840	103 861	100 405	929 584	26,8	22,0
Alentejo	8 748	12 032	16 988	12 625	9 737	89 090	20,3	17,5
Algarve	84 670	137 869	219 283	180 244	122 532	982 782	11,2	13,3
R.A. Açores	**7 132**	**10 924**	**13 956**	**13 404**	**10 477**	**80 777**	**17,9**	**24,3**
R.A. Madeira	**35 295**	**40 879**	**47 617**	**43 525**	**39 085**	**355 485**	**4,7**	**7,7**

7.10 - Proveitos de aposento nos estabelecimentos hoteleiros, segundo a NUTS

	Valor Mensal (10³)						Variação (%)	
	Out. 17 (Pe)	Set. 17 (Rv)	Ago. 17	Jul. 17	Jun. 17	Acumulado jan. a out.	Homóloga	Homóloga Acumulada
PORTUGAL	**234 830**	**303 945**	**392 605**	**327 368**	**257 902**	**2 249 812**	**22,5**	**18,2**
Continente	**206 925**	**269 744**	**350 090**	**288 548**	**225 756**	**1 960 694**	**24,4**	**19,3**
Norte	31 423	37 885	42 162	34 780	32 574	285 882	18,7	20,6
Centro	18 843	22 300	30 264	21 612	17 505	168 294	38,5	22,3
A. M. Lisboa	92 225	97 184	88 078	82 036	77 610	710 904	31,5	23,8
Alentejo	5 850	8 307	13 054	9 318	6 784	62 564	22,5	17,5
Algarve	58 585	104 068	176 532	140 801	91 283	733 051	14,2	14,3
R.A. Açores	**4 980**	**8 065**	**10 801**	**10 158**	**7 718**	**59 132**	**16,9**	**23,2**
R.A. Madeira	**22 925**	**26 137**	**31 714**	**28 662**	**24 428**	**229 986**	**8,2**	**8,6**

Proveitos nos estabelecimentos hoteleiros



8. Finanças e Empresas

8.1 – Constituição de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas, segundo a forma jurídica

	Valor Mensal							Variação Homóloga (%)	
	Out. 2017	Set. 2017	Ago. 2017	Jul. 2017	Jun. 2017	Mai. 2017	Abr. 2017	Out. 2017	Acumulada 2017
TOTAL									
Número	3 220	3 005	2 707	2 895	3 261	3 330	2 724	18,4	9,3
Capital social (10^3 euros)	81 752	2 475 782	36 286	85 120	48 434	49 380	172 266	120,9	564,9
Anónimas									
Número	37	38	43	61	52	59	75	-58,4	-23,4
Capital social (10^3 euros)	50 462	2 424 154	3 836	49 257	15 979	4 110	147 398	476,4	2.169,8
Quotas									
Número	3 152	2 944	2 640	2 811	3 177	3 239	2 630	20,6	10,2
Capital social (10^3 euros)	31 187	51 463	32 424	35 843	32 348	45 219	24 836	10,5	9,5
Outras									
Número	31	23	24	23	32	32	19	82,4	3,9
Capital social (10^3 euros)	103	165	26	20	107	51	32	157,5	-27,5
Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca									
Anónimas									
Número	0	0	1	2	1	3	0	-100,0	-48,0
Capital social (10^3 euros)	0	0	50	100	50	300	0	-100,0	-48,1
Quotas									
Número	94	82	87	79	120	194	176	-10,5	18,0
Capital social (10^3 euros)	610	516	9 623	552	672	1 308	3 228	6,1	82,6
Outras									
Número	1	1	1	0	1	5	0	0,0	37,5
Capital social (10^3 euros)	10	1	5	0	6	35	0	0,0	34,8
Indústria, incluindo a Energia e a Água									
Anónimas									
Número	0	3	1	5	4	7	8	-100,0	-25,5
Capital social (10^3 euros)	0	320	50	41 099	200	400	138 948	-100,0	2.082,7
Quotas									
Número	195	209	187	191	205	227	158	14,0	-10,8
Capital social (10^3 euros)	3 143	2 656	1 637	2 750	1 857	11 055	1 331	10,0	58,1
Outras									
Número	4	1	4	3	1	4	0	300,0	31,3
Capital social (10^3 euros)	0	0	0	0	0	0	0	0,0	1.419,4
Construção									
Anónimas									
Número	2	1	2	9	4	4	2	0,0	-2,8
Capital social (10^3 euros)	100	200	100	450	4 234	250	493	0,0	111,3
Quotas									
Número	278	285	242	239	291	264	230	24,1	17,9
Capital social (10^3 euros)	2 711	2 586	2 213	3 184	3 031	3 010	2 360	23,8	20,8
Outras									
Número	4	3	4	1	5	4	1	0,0	38,1
Capital social (10^3 euros)	0	30	5	3	2	0	0	-100,0	-51,2
Atividades de Serviços									
Anónimas									
Número	35	34	39	45	43	45	65	-56,3	-23,4
Capital social (10^3 euros)	50 362	2 423 634	3 636	7 608	11 495	3 160	7 957	506,5	2.275,1
Quotas									
Número	2 585	2 368	2 124	2 302	2 561	2 554	2 066	22,3	10,2
Capital social (10^3 euros)	24 723	45 705	18 951	29 357	26 788	29 846	17 917	9,4	-0,3
Outras									
Número	22	18	15	19	25	19	18	83,3	-2,9
Capital social (10^3 euros)	93	134	16	17	99	16	32	220,7	-13,0

Secção A da CAE Rev.3 - Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca
Secções B a E da CAE Rev.3 - Indústria, incluindo a Energia e a Água
Secção F da CAE Rev.3 - Construção
Secções G a N, P a S da CAE Rev.3 - Atividades de Serviços
Fonte: Ministério da Justiça - Direção Geral da Politica da Justiça-DGPJ

8.2 - Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas, segundo a forma jurídica

	Valor Mensal							Variação Homóloga (%)	
	Out. 2017	Set. 2017	Ago. 2017	Jul. 2017	Jun. 2017	Mai. 2017	Abr. 2017	Out. 2017	Acumulada 2017
TOTAL									
Número	1 271	1 103	1 033	1 060	963	926	911	-77,9	-57,4
Capital social (10^3 euros)	93 537	442 762	182 286	108 134	239 251	124 656	65 308	-88,6	-82,7
Anónimas									
Número	74	78	58	56	61	59	52	-50,7	-57,4
Capital social (10^3 euros)	63 957	394 226	160 674	69 106	217 010	95 162	49 127	-90,4	-84,3
Quotas									
Número	1 189	1 018	969	993	898	859	849	-78,6	-57,5
Capital social (10^3 euros)	24 563	47 018	21 485	37 976	22 207	29 489	16 164	-84,2	-69,5
Outras									
Número	8	7	6	11	4	8	10	-79,5	-52,8
Capital social (10^3 euros)	5 017	1 518	127	1 052	34	5	17	2833,9	22,6
Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca									
Anónimas									
Número	0	0	0	0	1	3	0	-100,0	-73,9
Capital social (10^3 euros)	0	0	0	0	100	7575	0	-100,0	30,1
Quotas									
Número	21	22	31	23	27	23	26	-80,2	-36,3
Capital social (10^3 euros)	1 053	752	842	187	188	277	125	-70,8	-47,9
Outras									
Número	0	1	1	0	1	0	0	-100,0	-69,2
Capital social (10^3 euros)	0	1255	5	0	13	0	0	-100,0	2030,0
Indústria, incluindo a Energia e a Água									
Anónimas									
Número	6	13	6	4	8	8	7	-53,8	-42,3
Capital social (10^3 euros)	6 931	2 458	93 877	2 826	795	5 817	3 513	182,3	-3,0
Quotas									
Número	110	90	71	95	75	83	66	-77,8	-53,4
Capital social (10^3 euros)	6 006	2 633	1 652	3 272	2 385	12 346	1 709	-80,6	-51,8
Outras									
Número	0	0	0	2	0	2	0	-100,0	-53,8
Capital social (10^3 euros)	0	0	0	8	0	0	0	-100,0	-99,5
Construção									
Anónimas									
Número	8	14	8	5	6	10	10	-65,2	-42,5
Capital social (10^3 euros)	10 495	8 085	8 730	3 687	1 310	2 339	6 019	-24,1	-35,7
Quotas									
Número	105	103	105	85	105	96	102	-89,9	-68,3
Capital social (10^3 euros)	3 032	3 923	4 262	4 065	3 353	4 257	4 171	-86,3	-64,4
Outras									
Número	3	3	1	4	2	0	5	-57,1	-35,5
Capital social (10^3 euros)	9	0	3	499	21	0	8	12,5	643,8
Atividades de Serviços									
Anónimas									
Número	60	51	44	47	46	38	35	-43,9	-60,3
Capital social (10^3 euros)	46 531	383 683	58 067	62 593	214 805	79 431	39 595	-92,8	-85,9
Quotas									
Número	953	803	762	790	691	657	655	-75,8	-56,5
Capital social (10^3 euros)	14 472	39 710	14 729	30 452	16 281	12 609	10 159	-85,4	-72,8
Outras									
Número	5	3	4	5	1	6	5	-80,0	-55,7
Capital social (10^3 euros)	5 008	263	119	545	0	5	9	3477,1	27,3

NOTA: O número das entidades dissolvidas pode registar em alguns meses acréscimos consideráveis resultante de dissoluções voluntárias e não voluntárias, estas últimas, previstas pelo DL 76-A/2006, de 29 de março, o qual permite "a modalidade de dissolução e liquidação administrativa e oficiosa de entidades comerciais, por iniciativa do Estado, quando existam indicadores objetivos de que a entidade em causa já não tem atividade embora permaneça juridicamente existente".

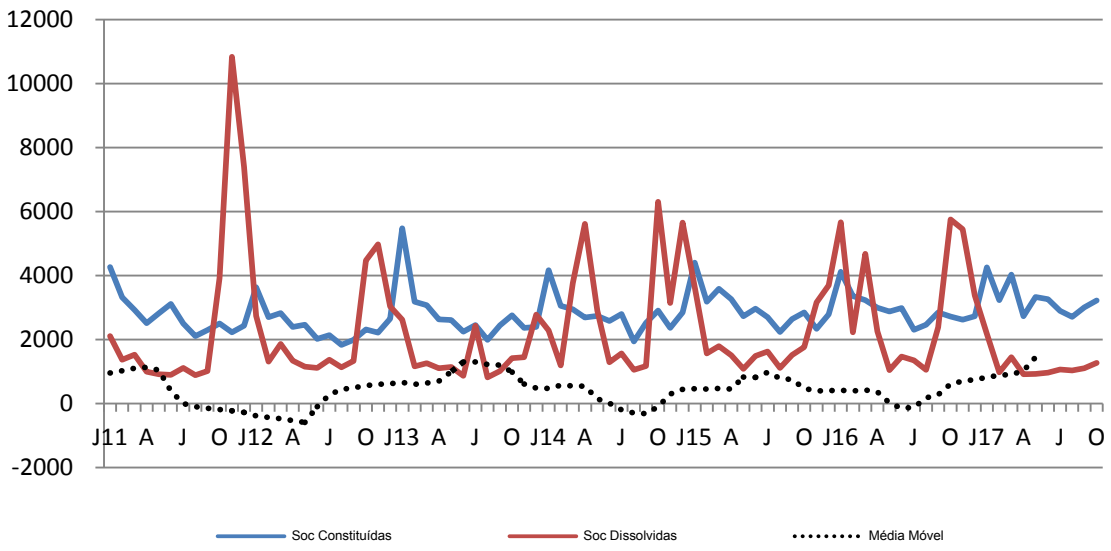
Secção A da CAE Rev.3 - Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca
Secções B a E da CAE Rev.3 - Indústria, incluindo a Energia e a Água
Secção F da CAE Rev.3 - Construção
Secções G a N, P a S da CAE Rev.3 - Atividades de Serviços
Fonte: Ministério da Justiça - Direção Geral da Politica da Justiça-DGPJ

8.3 - Constituição de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas, segundo a forma de constituição

	Valor Mensal							TOTAL
	Out. 2017	Set. 2017	Ago. 2017	Jul. 2017	Jun. 2017	Mai. 2017	Abr. 2017	Out. 2017
TOTAL								
Número	3 220	3 005	2 707	2 895	3 261	3 330	2 724	32 661
Capital social (10^3 euros)	81 752	2 475 782	36 286	85 120	48 434	49 380	172 266	3 108 858
Ex novo								
Anónimas								
Número	36	36	43	58	52	59	73	583
Capital social (10^3 euros)	50 402	3 220	3 836	8 068	15 979	4 110	8 870	128 697
Quotas								
Número	3 146	2 936	2 626	2 806	3 169	3 233	2 624	31 728
Capital social (10^3 euros)	29 606	50 938	32 116	35 541	32 145	45 203	24 814	372 407
Outras								
Número	31	23	23	23	32	32	19	263
Capital social (10^3 euros)	103	165	26	20	107	51	32	2 525
Por cisão, fusão e transformação								
Anónimas								
Número	1	2	-	3	-	-	2	10
Capital social (10^3 euros)	60	2 420 934	-	41 189	-	-	138 528	2 601 081
Quotas								
Número	6	8	14	5	8	6	6	76
Capital social (10^3 euros)	1 581	525	308	302	203	16	22	4 148
Outras								
Número	-	-	1	-	-	-	-	1
Capital social (10^3 euros)	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ministério da Justiça - Direção Geral da Politica da Justiça-DGPJ

Gráfico – Constituição e dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas



Capítulo 9. Comparações Internacionais

9.1 - Índice harmonizado de preços no consumidor

	Variação Homóloga (%)[1]				
	Out.17 / Out.16	Set.17 / Set.16	Ago.17 / Ago.16	Jul.17 / Jul.16	Outt.16 / Out.15
Bélgica	1,8	2,0	2,0	1,8	1,9
Alemanha	1,5	1,8	1,8	1,5	0,7
Estónia	4,0	3,9	4,2	3,9	1,0
Irlanda	0,5	0,2	0,4	-0,2	-0,4
Grécia	0,5	1,0	0,6	0,9	0,6
Espanha	1,7	1,8	2,0	1,7	0,5
França	1,2	1,1	1,0	0,8	0,5
Itália	1,1	1,3	1,4	1,2	-0,1
Chipre	0,4	0,1	0,5	-0,1	-1,0
Letónia	2,7	3,0	3,2	2,6	1,1
Lituânia	4,2	4,6	4,6	4,1	0,7
Luxemburgo	2,0	2,0	2,3	1,8	0,7
Malta	1,5	1,2	1,2	1,2	0,5
Países Baixos	1,3	1,4	1,5	1,5	0,3
Áustria	2,4	2,5	2,1	2,0	1,4
PORTUGAL	1,9	1,6	1,3	1,0	1,1
Eslovénia	1,3	1,4	1,4	1,2	0,7
Eslováquia	1,8	1,8	1,6	1,5	-0,3
Finlândia	0,5	0,8	0,8	0,6	0,6
Área Euro [2]	1,4	1,5	1,5	1,3	0,5
Bulgária	1,5	1,3	0,7	0,6	-1,0
República Checa	2,8	2,5	2,4	2,4	0,8
Dinamarca	1,4	1,6	1,5	1,5	0,1
Croatia	1,6	1,6	1,5	1,2	-0,3
Hungria	2,2	2,5	2,7	2,2	1,1
Polónia	1,6	1,6	1,4	1,4	0,1
Roménia	2,0	1,3	0,6	0,9	0,1
Suécia	1,7	2,2	2,2	2,3	1,1
Reino Unido	3,0	3,0	2,9	2,6	0,9
IEPC [3]	1,7	1,8	1,7	1,5	0,5

Fonte: EUROSTAT

Nota: (1) A partir de janeiro de 2006: base 100=2005, divulgação de índices a duas casas decimais e variações calculadas com base nesse nível de precisão.
(2) Área do Euro: AE - 18 a partir de Janeiro de 2014.
(3) Índice Europeu de Preços no Consumidor: UE-28 a partir de julho 2013.

www.ine.pt